



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO NO MEIO URBANO: UMA
ANÁLISE DO EMPREGO NO DISTRITO FEDERAL, DOS PIONEIROS DA
DÉCADA DE 1960 À GERAÇÃO Z.**

MARIA SOLANGE MELO DE SOUSA

**BRASÍLIA-DF
2024**

MARIA SOLANGE MELO DE SOUSA¹

**AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO NO MEIO URBANO: UMA
ANÁLISE DO EMPREGO NO DISTRITO FEDERAL, DOS PIONEIROS DA
DÉCADA DE 1960 À GERAÇÃO Z.**

Tese de Doutorado submetida ao Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Geografia, área de concentração Gestão Ambiental e Territorial.

ORIENTADORA: PROFA. DRA. MARÍLIA LUÍZA PELUSO

**BRASÍLIA – DF
2024**

¹ Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1996346183136521>

FICHA CATALOGRÁFICA

SOUSA, MARIA SOLANGE MELO DE

AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO NO MEIO URBANO: UMA ANÁLISE DO EMPREGO NO DISTRITO FEDERAL, DOS PIONEIROS DA DÉCADA DE 1960 À GERAÇÃO Z/MARIA SOLANGE MELO DE SOUSA/Orientadora MARIA PELUSO. – Brasília, 2024 170 páginas.

Tese (Doutorado – Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília, 2024.

1 Emprego Urbano 2. Geração Z 3. Mundo do Trabalho 4. Tecnologias. I. PELUSO, MARÍLIA LUÍZA, Orient. II. Título.

MARIA SOLANGE MELO DE SOUSA

**AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO NO MEIO URBANO: UMA
ANÁLISE DO EMPREGO NO DISTRITO FEDERAL, DOS PIONEIROS DA
DÉCADA DE 1960 À GERAÇÃO Z.**

A tese de Doutorado submetida ao Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do Grau de Doutora em Geografia, área de concentração Gestão Ambiental e Territorial, opção Acadêmica.

Aprovado em 23 de fevereiro de 2024

Prof.^a Dra. Marília Luíza Peloso (Orientadora)
Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho
Departamento de Geografia – Universidade de Brasília (UnB)

Profa. Dra. Ednea do Nascimento Carvalho
Universidade Federal do Oeste do Pará (PPGCS)

Prof. Dr. Fábio de Macedo Tristão Barbosa
UEG-Campos Nordeste/Formosa

Prof. Dr. João Mendes da Rocha Neto
Departamento de Administração – Universidade de Brasília (UnB)

O fato de teóricos indiscutivelmente competentes em suas áreas abrirem um leque tão amplo de perspectivas mostra que a dúvida e a insegurança sobre o futuro constituem a única realidade palpável.

Essa realidade da dúvida e insegurança em relação ao trabalho, sentida pelas sociedades ricas, aflige ainda mais o Brasil, que tem problemas especialmente graves.

Dessa forma, investir na produtividade dos empregos de ponta, e não no gigantesco descalabro político, social e econômico que está sendo gerado no conjunto da nação, é realmente uma política de avestruz. Mas, essa problemática social ameaçadora que se avoluma, permite, também vislumbrar um imenso potencial de desenvolvimento que cabe aproveitar.

A plena utilização dos recursos humanos existentes se apresenta como uma possibilidade suscetível de imediato encaminhamento no sentido de que, o essencial da luta por uma sociedade mais decente será cada vez menos manter o emprego e cada vez mais transformar o trabalho.

Ladislau Dowbor (2004)

DEDICATÓRIA

Esse trabalho é dedicado aos jovens que estão cheios de expectativas, em um mundo cheio de incertezas. Nele, o ciberespaço vislumbra possibilidades diversas de trabalho, mas o que se encontra é a instabilidade em todos os sentidos. O desejo é que esses jovens valorizem as potencialidades da educação como transformadora de seus projetos de vida e consigam reinventar o mundo do trabalho, de uma visão meramente produtivista para uma de estruturação social de bem-estar e qualidade de vida, capaz de romper a fratura da desigualdade que tanto marca a sociedade brasileira.

AGRADECIMENTO

A finalização da tese consolida a realização de um projeto de vida. O caminho foi árduo, mas compensador e teve a participação de pessoas especiais. Por isso, agradeço a Deus, que soube o momento certo para a concretização de um sonho que demonstrou ser possível.

A união da minha família, proporcionou a paz e a serenidade de pesquisar com tranquilidade e produzir com leveza. A minha filha, o meu pai, os meus irmãos e demais familiares me proporcionaram momentos felizes que foram essenciais para o desenvolvimento do projeto. Por isso, meus agradecimentos cheios de amor e carinho.

Às(os) minhas/meus amigas(os), que são muitas(os), permitiram que eu usufruísse de diversão e alegria e funcionaram como elixir de inspiração. Valorizei cada encontro como único, pois eles são essenciais para dar significado à vida. Para elas(es), os meus mais sinceros agradecimentos.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação de Geografia da UnB, com os quais tive o privilégio de participar das aulas, adquirir e compartilhar conhecimento, agradeço pelos momentos gratificantes.

A querida Marília Peluso, que esteve comigo durante toda a minha caminhada acadêmica (Mestrado e Doutorado), tornou-se mais que uma orientadora, é uma amiga muito especial a quem devo o meu crescimento intelectual, entendendo que ele pode ser infinito. A sua sabedoria, serenidade e humildade mostram que não há diferenças entre as pessoas, elas apenas apresentam momentos distintos de aprendizagem e vivência. Assim, ela será sempre o meu exemplo de profissional competente, compromissada e criativa. Muito obrigada professora Marília.

RESUMO

No Brasil, até a década de 1930, o emprego formal urbano absorvia pequena parcela de mão-de-obra e os setores secundários e terciários tinham pouca representatividade. A partir da segunda metade do século XX, por meio da política desenvolvimentista, é que o país passou por um intenso processo de transformação econômica, quando se acelera a industrialização e a modernização da sociedade brasileira. Com isso, as relações de trabalho também sofreram profundas transformações e o emprego urbano atraiu grande quantidade de trabalhadores que saíram do campo e foram em busca de oportunidades nas grandes metrópoles. É nesse contexto de modernização que o país ganhou uma Nova Capital: Brasília. Assim, a região Centro-Oeste se transformou em um centro de atração de migrantes vindo de várias partes do Brasil. Logo, percebe-se que o Distrito Federal, unidade federativa que abriga a Capital do país, transformou-se na terceira metrópole brasileira no século XXI, portanto, precisa-se entender como as novas gerações se relacionam com o mercado de trabalho frente a tantas mudanças ocorridas no país nos últimos 63 anos de existência da Nova Capital. O objetivo geral da tese é analisar as mudanças no mundo do trabalho decorrentes do processo de urbanização, da modernização brasileira e da revolução informacional que impactam nas oportunidades de emprego da Geração Z no Brasil e, especialmente, no Distrito Federal. A investigação levanta as seguintes hipóteses: as oportunidades de emprego no serviço público e na iniciativa privada para os jovens com boa formação educacional e qualificação profissional estão cada vez mais restritas. Além disso, os jovens estão frustrados com esse novo cenário do mundo do trabalho e compram o discurso midiático de empreendedorismo e meritocracia como metas profissionais. A metodologia se constitui em uma abordagem social de caráter qualitativo, tendo como fonte de pesquisa material bibliográfico e análise documental; como instrumentos de investigação serão utilizados entrevistas e questionários; e, na fundamentação teórica trará como destaque alguns autores listados a seguir: Baumann (2000); Harvey (2014); Han (2017); Miller (2006); Prado Jr. (2006); Santos (2010, 2012, 2013, 2014). O recorte espacial do trabalho é o Distrito Federal, apesar da pesquisa tratar das gerações *baby boomers*, X e Y, o sujeito de análise será geração Z, linguagem adaptada aos novos tempos que identifica diferentes grupos no ambiente de trabalho. Com a finalização da investigação, pretende-se atingir os objetivos propostos e validar, ou não as hipóteses levantadas.

Palavras-chave: Emprego urbano; Empreendedorismo; Geração Z; Meritocracia; Mundo do trabalho.

ABSTRACT

In Brazil, until the 1930s, formal urban employment absorbed a small portion of the workforce and the secondary and tertiary sectors had little representation. From the second half of the twentieth century, through the developmentalist policy, the country underwent an intense process of economic transformation, when the industrialization and modernization of Brazilian society accelerated. As a result, labor relations also underwent profound transformations and urban employment attracted a large number of workers who left the countryside and went in search of opportunities in large metropolises. It is in this context of modernization that the country gained a New Capital: Brasilia. Thus, the Midwest region has become a center of attraction for migrants coming from various parts of Brazil. Therefore, it can be seen that the Federal District, the federative unit that houses the country's capital, has become the third Brazilian metropolis in the 21st century, therefore, it is necessary to understand how the new generations relate to the labor market in the face of so many changes that have occurred in the country in the last 63 years of the existence of the New Capital. The general objective of the thesis is to analyze the changes in the world of work resulting from the process of Brazilian urbanization, of modernization and the informational revolution that impact the employment opportunities of Generation Z. The research raises the following hypotheses: employment opportunities in the public service and in the private sector for young people with good educational training and professional qualification are increasingly restricted. In addition, young people are frustrated with this new scenario of the world of work and buy the media discourse of entrepreneurship and meritocracy as professional goals. The methodology is a social approach of a qualitative nature, having as a source of research bibliographic material and documentary analysis; Interviews and questionnaires will be used as research instruments; and, in the theoretical foundation, it will highlight some authors listed below: Baumann (2000); Harvey (2014); Han (2017); Miller (2006); Prado Jr. (2006); Santos (2010, 2012, 2013, 2014). The spatial cutout of work and the Federal District, although the research deals with generations *baby boomers* X and Y, the subject of analysis will be generation Z, a language adapted to the new times that identifies different groups in the work environment. With the completion of the research, it is intended to achieve the proposed objectives and validate, or not, the hypotheses raised.

Keywords: Urban employment; Entrepreneurship; Generation Z; Meritocracy; World of work.

ÍNDICE DE FLUXOGRAMAS/GRÁFICOS/IMAGENS/MAPAS/QUADROS

FLUXOGRAMA

Fluxograma 1: Organização curricular do NEM.....	132
--	-----

GRÁFICOS

Gráfico 1: Grupo étnico-racial dos respondentes do questionário.....	36
Gráfico 2: Gênero dos respondentes do questionário.....	37
Gráfico 3: Renda dos respondentes do questionário.....	37
Gráfico 4: Condição profissional dos respondentes do questionário.....	38
Gráfico 5: Respondentes do questionário que gostam do emprego atual.....	39
Gráfico 6: Respondentes do questionário que pretendem permanecer no emprego atual.....	39
Gráfico 7: Primeiros dados demográficos do DF.....	72
Gráfico 8: Pessoas que conhecem a CLT.....	89
Gráfico 9: Participantes da pesquisa que conhecem o termo uberização.....	94
Gráfico 10: Uberização e a informalidade.....	94
Gráfico 11: Pessoas que tiveram ou não conhecimento da Reforma Trabalhista.....	97
Gráfico 12: Pessoas que apoiam a Reforma Trabalhista.....	97
Gráfico 13: Descrição dos pontos mais relevantes da Reforma trabalhista.....	99
Gráfico 14: Trabalhadores favoráveis à contribuição previdenciária.....	105
Gráfico 15: Pessoas que investem em previdência privada.....	106
Gráfico 16: A IA e o seu impacto no mercado de trabalho.....	108
Gráfico 17: Conhecimento ou desconhecimento do termo meritocracia.....	109
Gráfico 18: Acreditam ou não na meritocracia.....	109
Gráfico 19: Igualdade de oportunidades de emprego.....	110
Gráfico 20: Conhecimento do termo empreendedorismo.....	111
Gráfico 21: Desejo de ser empreendedor.....	111
Gráfico 22: O Estado e o empreendedorismo.....	112
Gráfico 23: As plataformas digitais e o empreendedorismo.....	113
Gráfico 24: Emprego e a questão étnico-racial.....	115
Gráfico 25: Emprego, carreira e gênero.....	116
Gráfico 26: Respondentes que acreditam que o DF oferece oportunidades de emprego.....	117

Gráfico 27: Setor que mais oferta oportunidades de emprego no DF.....	117
---	-----

IMAGENS

Imagem 1: Caminhão leva operários para construir a nova Capital (1958)	52
Imagem 2: Recorte de Jornal 1.....	53
Imagem 3: Recorte de Jornal 2.....	54
Imagem 4: Recorte de Jornal 3.....	55
Imagem 5: Recorte de Jornal 4.....	56
Imagem 6: Recorte de Jornal 5.....	57
Imagem 7: Trabalhadores na construção do Palácio da Alvorada.....	59
Imagem 8: Cantina dos acampamentos dos trabalhadores.....	60
Imagem 9: Comércio na Ceilândia no início da década de 1970.....	62
Imagem 10: Jovem pioneiro na Avenida Central da Cidade Livre (1967)	64
Imagem 11: Carteira de trabalho de um pioneiro.....	65
Imagem 12: Supermercado do Serviço de Abastecimento de Brasília – SAB (1958)	68
Imagem 13: Escritório do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Novacap (1958)	69
Imagem 14: Hospital volante das Pioneiras Sociais (1957)	69
Imagem 15: Recorte de Jornal Mulheres Pioneiras.....	70
Imagem 16: Vista da Esplanada dos ministérios e acampamento de operários (1959)	71
Imagem 17: Mural contendo os mapas mentais.....	127
Imagem 18: Recorte do mural de um dos mapas mentais.....	128

MAPAS

Mapa 1: Distrito Federal, 2024.....	41
Mapa 2: Localização do Distrito Federal na região Centro-Oeste.....	50
Mapa 3: Municípios limítrofes do Distrito Federal.....	85

QUADROS

Quadro 1: Geração a que pertence os respondentes do questionário.....	35
Quadro 2: Local de origem das pessoas que responderam ao questionário.....	35
Quadro 3: Grau de escolaridade dos respondentes da pesquisa.....	38
Quadro 4: Sujeitos da geração <i>Baby Boomers</i>	40
Quadro 5: Sujeitos com renda familiar superior a cinco salários-mínimos.....	40
Quadro 6: Sujeitos com renda familiar inferior a cinco salários-mínimos.....	40

Quadro 7: Estrutura do emprego no Brasil – 1925 a 1960.....	58
Quadro 8: Estrutura do emprego por setor no Brasil (1940 – 1960)	77
Quadro 9: Ocupação dos respondentes da pesquisa da Geração X.	79
Quadro 10: Ocupação dos respondentes da pesquisa da Geração Y	80
Quadro 11: Estrutura da ocupação no Distrito Federal (1992)	82
Quadro 12: Estrutura da ocupação do Distrito Federal (2021)	82
Quadro 13: Ocupação (resultado da pesquisa)	83
Quadro 14: Distribuição dos trabalhadores por setor de atividades no DF (2021)	84
Quadro 15: Área de atuação dos servidores públicos no DF em 2021.....	90
Quadro 16: Modalidade de contratação de trabalhadores no setor público	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CADES – Companhia de Aperfeiçoamento e Difusão de Educação Secundária
CAEEB – Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras
CEI – Centro de Erradicação de Invasões
CETN – Centro de Ensino Médio de Taguatinga
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal
DF – Distrito Federal
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A
FEDF – Fundação Educacional do Distrito Federal
FGTS – Fundo de Garantia por tempo de Serviço
IA – Inteligência Artificial
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização
IPAM – Instituto de Pesquisa aplicada da Mulher
JK - Juscelino Kubitschek
MBA – Master in Business Administration (Mestrado em Administração de Empresas)
MEC – Ministério da Educação
MEI – Microempreendedor Individual
NEM – Novo Ensino Médio
NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A
PJ – Pessoa Jurídica
RA – Região Administrativa
RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEEDF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
UCS – Universidade Cruzeiro do Sul

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

RESUMO	08
ABSTRACT	09
ÍNDICE DE IMAGENS/MAPA/QUADRO	10
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	13
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1: O percurso metodológico e os sujeitos da pesquisa a partir de um recorte espacial definido	
1.1 O caminho metodológico a ser percorrido.....	27
1.2 A caracterização das gerações <i>Baby boomers</i> X, Y e Z.....	31
1.2.1 Perfil dos sujeitos que responderam ao questionário.....	35
1.2.2 Perfil dos sujeitos da Geração <i>Baby boomers</i> Z que foram entrevistados.....	39
1.3 Recorte espacial da pesquisa: a construção da nova Capital (Brasília) no período desenvolvimentista.....	40
CAPÍTULO 2: O Eldorado no Planalto Central: Nasce uma Capital com novas oportunidades de emprego	
2.1. A integração do Brasil por meio da marcha para o Oeste.....	49
2.2. A nova Capital e a mão de obra imigrante pouco qualificada.....	59
2.3. As outras possibilidades de trabalho para os pioneiros nas duas primeiras décadas de existência da Nova Capital do país.....	61
2.4. A presença da mulher na construção de Brasília.....	67
CAPÍTULO 3: Urbanização e mercado de trabalho: uma análise a partir da teoria crítica urbana	
3.1. O crescimento desordenado do Distrito Federal e seu impacto no mercado de trabalho.....	76
3.2. Geração X e Y: mudanças no perfil dos trabalhadores no Distrito Federal.....	78
3.3. Discussões a respeito da dinâmica do emprego	81
3.4. O Distrito Federal e o fluxo migratório pendular de trabalhadores.....	84
3.5. O mercado de trabalho urbano que prioriza o capital em detrimento ao social.....	87
3.6. Economia compartilhada: forma alternativa de emprego ou pauperização das relações de trabalho?.....	92
CAPÍTULO 4: As diferentes formas das Gerações X, Y e Z vislumbrarem a estrutura do emprego no Brasil	
4.1. O mundo do trabalho para a Geração Z apontada nas entrevistas.....	102
4.2. Diferentes percepções em relação à IA e à meritocracia para diferentes gerações.....	107
4.3. O empreendedorismo como meta profissional.....	110
4.4. Estrutura de classe e emprego: uma questão de raça e gênero.....	113

CAPÍTULO 5: Por uma educação voltada para os jovens da Geração Z e seu projeto de vida.

5.1. O que pensa a Geração Z que está na etapa final da educação básica em relação ao mercado de trabalho.....	120
5.1.1. Estudantes de escola pública que cursavam a primeira série do NEM que responderam ao questionário.....	120
5.1.2. Estudantes da terceira série do ensino médio de uma escola pública que responderam ao questionário de forma virtual.....	123
5.1.3. Estudantes da terceira série do ensino médio que participaram da entrevista.....	124
5.2. Quais as perspectivas da Geração Z quanto ao seu projeto de vida.....	126
5.3. O projeto de vida da Geração Z: perspectivas para além do Novo Ensino Médio.....	129
5.3.1. Operacionalização das aprendizagens do Novo Ensino Médio: Formação Geral Básica (FGB) e os Itinerários Formativos (IF).....	130
5.3.2. O projeto de vida proposto no Novo Ensino Médio.....	133
DISCUSSÕES FINAIS	140
CONCLUSÃO	147
REFERÊNCIAS	152
APÊNDICE	159
ANEXOS	164

INTRODUÇÃO

O trabalho é para o homem e não o homem para o trabalho

João Paulo II

A pesquisa começa com a seguinte frase: a questão social se centraliza, hoje, na crise do trabalho e do desemprego (MOURA, 1998). O autor faz a argumentação em sua obra **A crise do emprego: uma visão além da economia**, na qual considera que os economistas tomaram para si a análise do mundo do trabalho, quando o tema deveria ser analisado em conjunto com outras especialidades. Moura (1998) cita os sociólogos, os administradores, os antropólogos, os psicólogos e há vários outros como, por exemplo, os geógrafos e conclui que, afinal, “o trabalho é mais uma questão social, do que um fato econômico” (MOURA, 1998, p. 19).

Diante do exposto no parágrafo anterior, o aspecto econômico ganhou importância por ser o ponto de partida no entendimento da estrutura social e urbana em que se desenvolve as relações de trabalho. Assim, a investigação a ser realizada nesta tese irá tratar do emprego não como fato isolado; o tema irá ser discutido, como propôs Moura (1998), em conjunto com outras dimensões de análise que são as perspectivas da juventude em relação ao mercado de trabalho e as novas tecnologias que afetam o emprego e o urbano.

Quando a pesquisa inclui o econômico é porque ela apresentará uma breve reconstrução histórica da economia brasileira para entender o seu impacto no emprego, uma vez que, cada época e cada cultura criam condições especiais, dentro das quais se realiza o trabalho humano (MOURA, 1998) e o Brasil, no decorrer de sua história, teve diversas formas de tratar o tema, até mesmo no seu modelo agroexportador quando a mão-de-obra escrava era mercadoria dentro do seu processo produtivo.

O conceito de trabalho segundo o dicionário do Pensamento Social do Século XX é o esforço humano dotado de um propósito e envolve a transformação da natureza através do dispêndio de capacidades mentais e físicas. Na sociedade atual, entende-se que o trabalho é sinônimo de emprego com remuneração (MOURA, 1998). A partir dessa definição, cria-se um ciclo no qual o trabalho produz bens, de forma recorrente, reproduz a sociedade, alimenta os trabalhadores e reconstrói o aparelho produtivo (MOURA, 1998); portanto, há relação direta com o econômico e com o social.

O conceito primitivo de trabalho (bíblico), que era a luta para sobreviver avança e alcança a terminologia de emprego na sociedade contemporânea. As profundas transformações que ocorrem na contemporaneidade a partir da revolução tecnológica, muda o próprio conceito de

trabalho e gera um deslocamento acelerado das formas pelas quais se vincula com o processo de mudar o mundo (DOWBOR, 2004). O autor argumenta que o universo do trabalho é atingido por um movimento sísmico de transformações estruturais e, diante dessa nova concepção, as tecnologias abrem um leque diversificado de áreas de trabalho, o que confunde as visões tradicionais de profissão e carreira (DOWBOR, 2004).

O contexto apresentado definiu um dos elementos de análise da pesquisa: o emprego. Na sequência, o segundo escopo a ser definido é o urbano, espaço de análise da pesquisa em que os vários elementos se integram e interagem. Nele (urbano) é que ocorrerá o desenvolvimento da investigação e para compreender a nova realidade do mundo do trabalho, o Brasil é o cenário de estudo, tendo o Distrito Federal como recorte espacial.

A partir da abordagem apresentada, entende-se que o intenso desenvolvimento do meio urbano no Brasil é um fenômeno decorrente da industrialização e ele não pode ser confundido com o incremento de infraestrutura nas cidades. O conceito do urbano é uma “abstração concreta”, na qual relações socioespaciais contraditórias do capitalismo são territorializadas e ao mesmo tempo se generalizam (BRENNER, 2014). Destaca-se que o processo de urbanização está associado às precárias condições de vida no campo, em função da falta de trabalho e da modernização da agricultura que empurra a população rural para a cidade em busca de novas oportunidades de emprego.

O processo de urbanização como descrito no parágrafo anterior é um fenômeno recente no Brasil e acelerou em meados da década de 1930, com as ações do governo de Getúlio Vargas o qual promovia a industrialização para substituição das importações e intensificou-se na segunda metade do século passado, na Era de Juscelino Kubitschek de Oliveira, com a política desenvolvimentista, impulsionada pelo capital estrangeiro e marcada pelo êxodo rural descontrolado. Até os anos de 1930 a população urbana não era significativa e o trabalho estava associado às atividades do meio agrário. Com isso, o emprego formal urbano no país absorvia pouca mão-de-obra e os setores secundários e terciários tinham pouca representatividade.

Dessa forma, a crise da monocultura agroexportadora e o processo de modernização da era Vargas impulsionaram a urbanização no Brasil. Mas, foi na segunda metade do século XX com a industrialização do país que ela se consolidou. Portanto, a crise² da monocultura agroexportadora da década de 1930, a modernização da sociedade e a industrialização foram

² De acordo com Prado Jr. (2006) A crise da monocultura agroexportadora teve o seu desenlace com o *crash* da Bolsa de Valores de Nova York em outubro de 1929. A exportação do café não resistiu ao abalo sofrido em todo o mundo financeiro e declinou bruscamente. Ao mesmo tempo, estancou-se o crédito externo e se suspendeu o financiamento do café retido; além disso, processou-se à liquidação dos débitos contraídos. Naquela época o café era o principal produto de exportação brasileira.

fatores determinantes para o fenômeno da urbanização brasileira.

A partir da segunda metade do século XX, as relações de trabalho também vão sofrer profundas transformações no país. O emprego urbano atrai grande quantidade de trabalhadores que saem do campo e vão em busca de oportunidades nas grandes metrópoles, principalmente, na região Sudeste. É notório que a questão da terra no Brasil é um problema histórico, antecede ao século XX e, segundo Furtado (1980), tem suas raízes no Brasil colonial com a criação dos latifúndios e das políticas estruturadas pela metrópole portuguesa a partir dos sistemas das capitânicas hereditárias e das sesmarias.

Diante do exposto, Schmitz e Bittencourt (2014) destacam que é importante entender que o início do movimento social-rural no Brasil data do período colonial, principalmente em decorrência da dificuldade de acesso à terra e da alta concentração da propriedade rural nas mãos de poucas pessoas. Mas, esses movimentos se intensificaram no período entre 1949 e 1964, quando os sindicatos dos trabalhadores rurais passaram a se organizar mais intensamente.

A tensão no campo precisava ser contida e em resposta à sociedade, principalmente, aos movimentos sociais e rurais foi estabelecido o Estatuto da Terra de 1964 (SCHMITZ; BITTENCOURT, 2014), que era a Lei de Reforma Agrária elaborada pela Ditadura Militar. De acordo com Schmitz e Bittencourt (2014), para o governo de Castelo Branco, ela poderia ser a solução para a modernização da agricultura.

O Estatuto da Terra não resolveu o problema da questão fundiária no Brasil, ao contrário elevou o índice concentração de terra. De acordo com Bergamasco (1997), ao ter propiciado uma modernização da agricultura sem resolver o problema da concentração fundiária, o Estatuto de 1964 trouxe consequências desastrosas para a área rural. Bergamasco (1997) argumenta que o documento favoreceu a formação de uma classe de assalariados rurais com baixo poder de compra, gerou desemprego, provocou a precariedade das condições de trabalho e exclusão social, e fez com que mais de 28 milhões de pessoas deixassem o campo em direção aos centros urbanos no período de 1960 a 1980.

É nesse contexto que o Brasil estrutura o seu mercado de trabalho formal e informal, pois nem sempre aquele trabalhador com pequena qualificação profissional iria conseguir um emprego e ter as garantias estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), implantada em 1943, no governo de Getúlio Vargas.

Decorridos mais de sessenta anos, desde o início do processo de industrialização e intensificação da urbanização, a questão do emprego ainda é um grave problema na sociedade brasileira e torna o país um dos mais injustos em termos de desigualdade e qualidade de vida. A

grande quantidade de pessoas mal remuneradas ou jogadas na informalidade provocam a precariedade de vida nos grandes centros urbanos do país.

Entende-se ainda que a urbanização provocou o processo de favelização nas grandes metrópoles e uma massa de excluídos vivem nas periferias dos centros urbanos, com precárias condições de vida ou falta de infraestrutura. Esse fenômeno foi intenso nas últimas seis décadas e se tornou um problema crônico para a sociedade brasileira, no qual as invasões de áreas insalubres ou de risco surgem como solução para resolver o problema habitacional das pessoas que foram para as grandes metrópoles em busca de empregos e estabilidade financeira. Mas, geralmente, sobrevivem de subempregos com baixos salários ou na informalidade.

É a partir do desenvolvimento da industrialização e da intensa urbanização que Brasília é inaugurada. A nova Capital surgiu para ser um símbolo de modernidade que configurava a nova realidade brasileira, mas, a cidade já nasceu com os mesmos problemas enfrentados pelas demais metrópoles: aglomeração urbana; favelização, exclusão social; falta de infraestrutura e precárias condições de vida para parte da população.

Até a década de 1990, as metrópoles brasileiras, principalmente, as da Região Sudeste, conseguiam absorver parcelas significativas dos trabalhadores brasileiros e, mesmo com grande contingente de pessoas jogadas na informalidade, o Estado brasileiro fornecia garantias trabalhistas, respeitando a CLT. Mas, no início do século XXI, a discussão em torno da flexibilização dos direitos dos trabalhadores ganhou força, na qual o capital empresarial e financeiro e alguns segmentos políticos começam a defender uma reforma trabalhista e previdenciária. E, com isso, a suposta estabilidade dos empregados se fragilizou ainda mais.

Na Capital do país o emprego no setor público era o sonho da juventude nas décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990. No restante do país, mesmo o setor público não sendo prioridade, os jovens estudavam e se preparavam para participar de um concurso que lhe permitiria estabilidade e bom salário em alguma instituição do Governo Federal, estadual ou municipal, ou até mesmo em alguma empresa estatal. Com as mudanças descritas no parágrafo anterior e com a diminuição das oportunidades de trabalho no serviço público – o discurso da vez é o Estado mínimo – as perspectivas mudam e as novas gerações buscam oportunidades e valorização profissional na iniciativa privada e muitos vislumbram se tornar empresários. Parte da juventude atual resiste à ideia de ter patrão.

Além disso, novos ideais e projetos para justificar as flexibilizações trabalhista ganharam corpo. Os trabalhadores se deparam com discursos de que o seu desempenho e a sua criatividade é que os tornam profissionais de sucesso. A meritocracia é, provavelmente, a resposta para que

os sujeitos se convençam de que é sua capacidade de produtividade que irá permitir a ele ter uma carreira promissora e bem remunerada. O conceito de meritocracia foi criado pelo sociólogo inglês Michael Yong, em 1958, que introduz a noção do termo à um sistema que está em oposição aos privilégios aristocráticos. Dessa forma, segundo Mazza e Mari (2021), atualmente, inicia-se um processo de organização social baseado em valores meritocráticos em decorrência da apologia aos ideais liberais.

Para os trabalhadores que almejam autonomia profissional, o empreendedorismo é a solução, principalmente, diante das novas tecnologias (VALENCIANO SENTANTINI; BARBOSA, 2005), da diversidade criativa do sujeito e das possibilidades oferecidas pelas redes sociais. De acordo com a ideologia empreendedora, supostamente, o sucesso ou fracasso depende, exclusivamente, do desempenho pessoal. Diante da competitividade do mercado, é preciso que empresários ou pessoas adotem medidas ou comportamentos diferenciados. Assim, Valenciano Sentantini e Barbosa (2005) argumentam que o empreendedor é o sujeito que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo riscos calculados.

O advento da tecnologia digital permitiu o surgimento de novas formas de organizações de trabalho, como as *startups* (AZEVEDO, 2020), por meio de aplicativos digitais; e o trabalhador informal consegue o seu sustento, mas não um emprego. Dessa forma, a uberização, que também pode ser considerada uma forma de empreender, assumindo riscos calculados, como mencionado no parágrafo anterior, é uma expressão para designar a precarização das relações de trabalho no meio urbano, em que Azevedo (2020) considera que o capital parece querer evidenciar novas modalidades laborais, promovendo uma ruptura com a sistemática anterior, na qual o trabalho gerava empregabilidade e segurança na relação empregado-organização.

Diante disso, as discussões relacionadas à urbanização, em consonância com a formação do mercado de trabalho brasileiro se justifica, para que se possa compreender a atual estrutura do emprego no urbano. A partir do cenário apresentado, percebe-se que parte dos trabalhadores se encontram na informalidade mesmo com boa escolaridade e, por isso, é preciso entender, como a juventude projeta a carreira profissional dentro das oportunidades oferecidas pelo mundo do trabalho.

A tese tem o seguinte **problema de pesquisa**: limites e tensões que a juventude do século XXI enfrenta em relação ao mercado de trabalho para realizarem seus projetos de vida, diante das dificuldades da vida urbana decorrentes da precarização do emprego e da fragilidade das relações que caracterizam, atualmente, o mundo do trabalho.

A investigação propõe as seguintes perguntas: Qual a relação entre a migração rural-

urbana e o seu impacto na formação do mercado de trabalho brasileiro nos últimos sessenta anos? Quais as principais mudanças que vem ocorrendo nas relações de trabalho a partir da intensificação das políticas econômicas neoliberais na década de 1990? Qual a análise que se faz necessária em relação aos termos empreendedorismo, meritocracia e uberização das relações de trabalho? Qual o papel da educação na formação e qualificação dos trabalhadores para as próximas décadas do século XXI? As respostas aos questionamentos propostos serão tratadas e discutidas em capítulos específicos desenvolvidos no trabalho de pesquisa.

O objetivo geral é analisar as mudanças no mundo do trabalho decorrentes do processo de urbanização brasileira e revolução informacional que impactam nas oportunidades de emprego da Geração Z.

Para alcançar o objetivo geral o trabalho tem como **Objetivos específicos**: identificar a estrutura socioeconômica do Brasil a partir da década de 1960, quando se intensifica o processo de urbanização, de industrialização, de modernização do país e se concretiza a construção de Brasília; comparar as políticas públicas do pleno emprego adotadas no país entre as décadas de 1960 e 1980 e as mudanças nas relações de trabalho a partir do fortalecimento de novas políticas econômicas na década de 1990; relacionar os termos empreendedorismo, meritocracia e uberização às perspectivas para o mundo do trabalho no século XXI; questionar o papel da educação na formação plena e na qualificação profissional da Geração Z diante de um mercado de trabalho em processo de profundas transformações; e, por fim, discutir e analisar os resultados encontrados para entender se a hipóteses foram alcançada.

As **hipóteses** levantadas é que as oportunidades de emprego formal para os jovens com boa formação educacional e qualificação profissional estão cada vez mais restritas. Além disso, os jovens estão frustrados com o cenário que se vislumbra no mundo do trabalho e compram o discurso midiático de empreendedorismo e meritocracia como metas profissionais.

O Distrito Federal (DF) será o palco da investigação, uma vez que ele abriga a Capital do país; é uma região de construção recente, que acompanhava as transformações que ocorriam no país durante o processo rural-urbano e era, também, um forte polo de atração para os imigrantes que se deslocavam do meio rural para o urbano no período de intensas mudanças.

O resgate de memória, por meio de relatos, dos primeiros imigrantes nordestinos, cujos filhos vivenciaram na infância parte dessa história, contribuirá para que a pesquisa ganhasse corpo. A partir da análise desses relatos, foi possível entender que os sujeitos que foram retirados das invasões que surgiram no Distrito Federal na década de 1960, em intenso processo de urbanização, eram transportados com seus pertences em caminhões da NOVACAP – seguindo

orientações de forma ordeira – e conduzidos às novas cidades satélites, atuais Regiões Administrativas. Lá, eram alojados em lotes sem nenhuma infraestrutura. Os novos moradores se abrigavam embaixo de lonas, que eram as suas moradias provisórias, enquanto construía seus barracos.

A princípio, não havia hospitais, escolas e demais instituições públicas para atender aquelas famílias que habitavam as primeiras cidades satélites. A princípio, por falta de escolas, as crianças em idade escolar não estudavam. Quando as primeiras instituições escolares foram construídas, muitos desses jovens foram matriculados e com o passar do tempo, eles concluíram a educação básica, graduaram-se e muitos passaram em algum concurso público, superando assim todas as adversidades encontradas.

Esses jovens construíram uma vida socioeconômica diferente da realidade dos seus pais, geralmente, nordestinos analfabetos, outros, no entanto, por razões diversas não frequentaram a escola ou interromperam os estudos. Para os jovens que não deram continuidade à escolarização, as oportunidades de prosperar profissionalmente ou de construir uma vida socioeconômica diferente da dos seus pais não foi exitosa.

Tendo como referência a história de vida dos jovens daquelas gerações e a comparação entre as oportunidades relacionadas à formação escolar e ao emprego da juventude atual foi que despertou o interesse para a pesquisa. Apesar de compreender que as realidades temporais das décadas de 1970, 1980, 1990 e o início do século XXI, são distintas, é preciso investigar se, de fato, a intensa malha urbana e o crescimento demográfico do Distrito Federal interferiram na estrutura do emprego e estabeleceram um mosaico de precarização das relações de trabalho decorrentes do grande exército reserva de mão-de-obra, vivenciado pela juventude atual.

Quando se alcança os jovens nascidos na primeira década do século XXI, que também fazem parte da Geração Z – são os estudantes que cursam o ensino médio – é preciso observar a forma como eles se preparam para disputar o mercado de trabalho, no qual eles farão parte nos próximos anos. Logo, é importante considerar também que as políticas públicas adotadas nos últimos cinco anos estão afetando diretamente as aprendizagens e o conhecimento dessa juventude como a Lei nº 13.415/2017, que trata do Novo Ensino Médio (NEM), por isso é importante investigar como ela está impactando na formação básica desses estudantes.

Dessa forma, o texto terá como sujeito de pesquisa a geração Z, mas para entender as suas características, serão feitas descrições das gerações *Baby boomers*, X e Y – também definida como *Millenius*. Os termos geração *Baby boomers*, X, Y e Z serão utilizados na tese para definir o conjunto de trabalhadores em determinadas décadas ou períodos. É importante destacar que a

terminologia se faz necessária por ser bastante explorada nos principais meios de comunicação e plataformas digitais que tratam de gestão, marketing, mercado de trabalho, formação profissional e mundo do trabalho. Além disso, essas terminologias que definem gerações de trabalhadores precisam ser mais exploradas no ambiente acadêmico por serem muito utilizadas no meio empresarial e nas mídias digitais que estudam, descrevem o comportamento dos trabalhadores e ofertam capacitação profissional.

O suporte bibliográfico é dado por autores como Caio Prado Júnior que, no clássico **História Econômica do Brasil** (2006), faz uma ampla reconstrução da economia brasileira desde o período colonial ao final do século XX. No livro, é possível entender o processo que ocorreu no país ao se transformar de um modelo agrário voltado para a exportação para o urbano-rural.

O teólogo, historiador e pesquisador norte-americano John Miller (2006), em seu livro **Impacto Brasília** (2006) dá uma visão da ocupação do Centro-Oeste, pois chegou à região dez anos antes da inauguração da nova Capital. Dessa forma, a leitura de sua narrativa e a sua visão peculiar do lugar, traz importantes contribuições para se compreender a realidade cultural, social e econômica da região do Planalto Central antes da construção de Brasília.

A pesquisadora Nair Heloisa Bicalho de Sousa, em sua obra **Construtores de Brasília: Estudo de Operários e sua Participação Política** (1983) dá voz aos operários que participaram da construção de Brasília. Ela visitou canteiros de obras e entrevistou operários para entender o cotidiano e as condições de trabalho dos imigrantes que vieram para o Planalto Central em busca de emprego e dignidade, mas, nem sempre conseguiam encontrar, nas duas primeiras décadas após a inauguração de Brasília.

Para entender as adversidades do mundo do trabalho no espaço urbano, é preciso compreender essa categoria de análise e a obra **Cidades Rebeldes** (2014) de David Harvey fará uma análise do urbano como espaço de relações socioespaciais contraditórias (BRENNER, 2014) onde o mundo do trabalho se desenvolve de maneira desigual.

A obra de Baumann **Modernidade Líquida** (2000) dará o suporte teórico para comparar o emprego na concepção de capitalismo pesado, em que predominava a estabilidade do bem-estar social e da modernidade líquida, na qual se configura a flexibilização nas relações de trabalho.

A **Sociedade da Transparência** de Byung-Chul Han (2017), mostra a valorização da hiper informação e da hiper comunicação que interfere nas relações sociais e profissionais das novas gerações ao criar expectativas de um mundo virtual no qual, segundo o autor, no lugar da instância moral, surge a transparência como um novo imperativo social.

Outros autores como Milton Santos (2010, 2012, 2013, 2014), Carlos, Sousa e Sposito, organizadores da obra **A Produção do Espaço Urbano** (2011), dão o apoio bibliográfico para dialogar com os campos de análise que sustentaram teoricamente a pesquisa.

O trabalho contará com cinco capítulos em coerência com os objetivos apresentados. No primeiro capítulo será apresentado o percurso metodológico da pesquisa; o segundo capítulo fará a reconstrução histórica das mudanças socioeconômicas ocorridas no país na segunda metade do século XX, o intenso fluxo rural-urbano, a construção de Brasília e o forte adensamento demográfico na nova capital. No terceiro capítulo, será discutido as relações de trabalho em um entendimento de estabilidade relativa no emprego e o início das mudanças relacionadas à flexibilização das garantias trabalhistas após o fortalecimento das políticas neoliberais dos anos de 1990.

No quarto capítulo a análise alcança o século XXI e as discussões se ampliam tendo a Geração Z como o sujeito da pesquisa e as discussões envolverão a compreensão do advento das novas plataformas digitais e das novas relações de trabalho marcada pela insegurança e fragilização dos direitos trabalhistas. O quinto capítulo pretende discutir a forma com que os jovens da Geração Z que ainda estão no ensino médio projetam as suas expectativas em relação à emprego, e como as políticas públicas podem contribuir para a formação de estudantes que estão em fase de conclusão da educação básica se preparando para vida profissional, em um provável cenário de grande instabilidade e incerteza que caracteriza o mundo do trabalho.

Diante do exposto, a pesquisa pretende fazer a relação entre crescimento urbano e o mercado de trabalho, tendo como lógica de análise a importância da fluidez do capital, que se intensificou na década de 1990 com as novas tendências econômicas globais, como essas políticas tiveram maior liberdade de ação com a mediação do Estado nos processos de condução das políticas públicas e o seu impacto no mundo do trabalho.

CAPÍTULO 1

O PERCURSO METODOLÓGICO E OS SUJEITOS DA PESQUISA A PARTIR DE UM RECORTE ESPACIAL DEFINIDO

O grandioso futuro que nos é prometido no longo prazo terá pouco sentido se não sobrevivermos no modesto curto prazo.

Ladislau Dowbor (2010, p. 19)

Os resultados da pesquisa realizada para a dissertação de mestrado, que mostraram quais eram as perspectivas dos estudantes do ensino médio em relação à educação e, em particular, à escola pública, foram apresentadas na obra **A educação e seus jovens: lugar de controvérsias e perspectivas**³ (SOUSA, 2021). Entendeu-se, nas análises apresentadas no livro que os estudantes gostam do ambiente escolar e o consideram essencial para os seus projetos de vida. Dessa forma, a pesquisa dará continuidade à investigação e abordará o contexto da juventude em novas dimensões de análise que são a formação profissional, sua inserção no mercado de trabalho e as adversidades relacionadas à questão do emprego.

Ao avançar em sua escala de análise, a pesquisa irá investigar as possibilidades de emprego para a juventude na faixa etária de 17 a 28 anos – esse recorte etário representa a geração Z que será descrita mais à frente – em um contexto de profundas transformações econômicas, sociais e políticas às quais o país e o mundo vêm vivenciando. Logo, é preciso considerar as flexibilizações que tem ocorrido no mundo do trabalho no que diz respeito à Reforma Trabalhista, às novas formas de trabalho decorrentes do avanço tecnológico e do desenvolvimento das plataformas digitais, o crescimento das redes sociais e sua importância para a geração Z.

É importante destacar também que no Brasil, na última década, a crise econômica e política provocou um retrocesso quanto aos investimentos destinados à educação e à juventude. Novos valores ideológicos foram incorporados à sociedade e, com isso, novas formas de ver o mundo provocaram conflitos nas relações sociais e pessoais, inclusive afetando a vida dos jovens.

É diante de tantas mudanças, como as descritas no parágrafo anterior, que a pesquisa se propõe a investigar o mundo do trabalho e a perspectiva dos jovens que já foram inseridos no mercado de trabalho, estão adentrando em um curso superior e os que saíram ou estão concluindo a educação básica, para compreender como esse grupo de sujeitos têm enfrentado a realidade

³ O livro apresenta os resultados de minha dissertação de mestrado defendida em 2019.

posta. O novo cenário considera importante a análise da flexibilização e precarização das relações de trabalho, a perda do poder aquisitivo, o desemprego e/ou a falta de estabilidade e, também, o surgimento de novas profissões decorrentes do avanço das plataformas digitais.

1.1. O caminho metodológico a ser percorrido

A investigação tem uma abordagem social de cunho qualitativo e apresenta gráficos com dados estatísticos que trazem clareza à pesquisa. A Geografia é tratada a partir de sua concepção enquanto ciência humana e social (SOUSA, 2021, p. 27), para discutir sua importância na análise do urbano e das relações socioespaciais no mundo do trabalho.

A pesquisa tem como recorte espacial o Distrito Federal, uma vez que ele abriga a Capital do país, Brasília, que simboliza os ideais de urbanização e modernização. O Brasil em processo de modernização e industrialização precisava de uma nova capital e, também, era preciso promover uma marcha para o oeste, com o objetivo de ocupar a parte central do país. É a partir desse entendimento que, em 1955, na cidade de Jataí, em Goiás, Juscelino Kubitschek faz o seu famoso discurso no qual prometeu a construção de Brasília aos eleitores presentes. Portanto, a cidade foi planejada e concebida com a intenção de atender as novas diretrizes de um país moderno e industrializado e com grandes oportunidades de emprego.

O recorte temporal da pesquisa é o período que vai da década de 1960, momento da construção da nova Capital às primeiras décadas do século XXI, para compreender as transformações urbanas e, por conseguinte, as alterações no mercado de trabalho e nas ofertas de emprego ocorridas no país nesse período.

As fontes de pesquisa se constituíram de material bibliográfico e análises documentais. A partir de leituras bibliográficas e análises documentais a pesquisa fez a construção do processo histórico referente às mudanças socioeconômicas do Brasil na segunda metade do século XX, fazendo uma relação com a construção de Brasília, o intenso fluxo de urbanização e os impactos relacionados ao emprego provocados na nova Capital do país. A pesquisa também utilizou outras produções bibliográficas para fortalecer as discussões no que diz respeito ao tema investigado como, artigos de jornais, reportagens e entrevistas. As fontes de bibliográficas mencionadas foram exploradas nas versões impressa e online.

Dentre os elementos que foram utilizados para a fundamentação da pesquisa, tem-se a análise documental. Nela, estudou-se a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que regulamenta o serviço no setor privado; a Lei 8.112/1990 que trata dos direitos e deveres dos servidores públicos federais e a Lei 840/2011, que estabelece normas para o serviço público no

Distrito Federal, uma vez que esse é o recorte espacial da pesquisa; a Lei nº 13.467/2017, da Reforma Trabalhista. Além disso, também foi analisada a Lei nº 13.475/2017, que implementou o Novo Ensino Médio (NEM).

Com a análise documental, a investigação também coletou dados oficiais, no que diz respeito às legislações da ocupação territorial do Distrito Federal, a obtenção de informações legais juntos a órgãos públicos relacionadas ao emprego e à educação. A pesquisa bibliográfica, denominada fonte secundária, fundamenta as discussões e a análise da investigação (SOUSA, 2021, p. 38).

Para Sousa (2021) as técnicas ou instrumentos de pesquisa quando bem utilizados favorecem para o alcance dos resultados de cunho científico, pois

O conjunto de técnicas utilizadas em determinados estudos, relaciona-se, assim, mais aos problemas operacionais da pesquisa que a seus fundamentos filosóficos. Pode-se dizer que a utilização de um método de pesquisa não implica diretamente posicionamentos políticos e concepções existenciais do pesquisador, resultando muito mais das demandas do objeto tratado e dos recursos técnicos de que se dispõe (MORAES; COSTA, 1984, p. 26).

A partir da compreensão definida no fragmento, um dos instrumentos de pesquisa foi a aplicação de um questionário⁴ utilizado para investigar como as pessoas de diversas gerações vislumbram o mundo do emprego. O questionário de modelo único foi disponibilizado na ferramenta *google forms*⁵ para que os sujeitos que formam os grupos *Baby boomers*, X, Y e Z o respondessem, sendo que o primeiro grupo representa os pioneiros, a maioria já aposentado; o segundo (composto pela Geração X), que é constituído por pessoas que nasceram entre o início da década de 1960 e final da década de 1970, entraram no mercado de trabalho a partir da década de 1980 e são os filhos dos pioneiros que vieram para Brasília em busca de melhores condições de vida. Dentro desse grupo, provavelmente, haverá pessoas que já se aposentaram.

O terceiro grupo (Geração Y) é formado por pessoas que nasceram a partir da década de 1980 e primeira metade da década de 1990, eles representam a mão de obra ativa, empregados no mercado formal e informal. E, por fim, a geração Z, que são os filhos da geração X ou Y, jovens que nasceram entre 1995 e 2010, dos quais alguns não ingressaram no ensino superior e foram direto atuar no mercado de trabalho, parte já concluíram o ensino superior e já se configuram como mão de obra ativa, outros estão entrando no ensino superior e tentando se inserir no mercado de trabalho, e os mais jovens estão cursando o ensino médio, última etapa da

⁴ Disponível nos anexos.

⁵ Constitui-se em uma ferramenta para pesquisa e avaliação, que permite criar formulários e gráficos com feedbacks precisos. Disponível em: <https://workstars.com.br/marketing/ferramentas/google-forms-o-que-e-para-que-serve/>. Acesso em 27 jan./2024.

educação básica.

O questionário abordou questões relacionadas à faixa etária, naturalidade (nascido no Distrito Federal ou em outra unidade de federação), escolaridade, tipo de emprego (formal ou informal, setor público ou privado, profissional liberal, autônomo) ou está desempregado, experiência profissional, renda, oportunidades profissionais vivenciadas e se o sujeito se sente realizado profissionalmente.

Para a Geração X, que é constituída pelos filhos dos imigrantes que vieram no período de construção e estruturação da nova Capital, o questionário aplicado teve por finalidade compreender como essa geração organizava o seu projeto de vida em um período no qual as ofertas de emprego no Distrito Federal eram mais amplas e o serviço público era o grande ideal para os trabalhadores daquela época. A partir da compreensão da realidade vivida por aqueles sujeitos, é possível identificar como as experiências deles podem influenciar ou interferir nos objetivos profissionais dos seus filhos.

Em relação a geração Y, o objetivo do questionário foi analisar as experiências profissionais que, provavelmente, são diferentes da geração X, mas, é preciso compreender como esse grupo enxerga o mundo do trabalho e se as experiências vividas sofreram mudanças significativas no decorrer das últimas décadas. Por fim, o questionário foi aplicado para a Geração Z, objeto de análise e que junto com as entrevistas deram sustentáculo à tese, pois é essa juventude que enfrenta as dificuldades e as transformações do mundo do trabalho nas últimas décadas.

O outro instrumento de investigação foi a entrevista, a escolha dos participantes foi aleatória e considerando o perfil que se adequasse à pesquisa. Assim, perguntou-se em ciclos de amigos, de familiares, de vizinhos e de colegas de trabalho indicações de pessoas que pudessem participar da pesquisa.

No primeiro momento, a investigação utilizou a fonte histórica oral, que são testemunhos colhidos ou provocados pelo pesquisador (D'A BARROS, 2019) por meio de relatos de memória de três pessoas da geração *Baby Boomers* – elas tinham entre 77 e 91 anos – com o propósito de entender o cenário socioeconômico do Distrito Federal nos primeiros anos após a inauguração da Capital, como se apresentavam as oportunidades para trabalhadores que não buscavam emprego na construção civil e, também, quais eram os ideais dos pioneiros que vieram para Brasília naquela época. As conversas foram espontâneas, não formais e não estruturadas, sem perguntas formuladas ou direcionadas a temas específicos.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com jovens da geração Z e foi dividida

em dois grupos. No primeiro grupo, foram entrevistados jovens cujas famílias recebem acima de cinco salários-mínimos, estudam/estudaram em escolas particulares ou públicas e cursam/cursaram o ensino superior. No segundo grupo os entrevistados são jovens das camadas mais populares, com renda em torno de um a cinco salários-mínimos, que estudam/estudaram em escolas públicas, que estão cursando/cursaram ensino superior ou tiveram que abandonar a graduação para entrar para o mercado de trabalho, pois precisavam ajudar na renda e garantir o sustento familiar. O critério de escolha por renda, deveu-se ao fato de considerar que esse fator interfere nas perspectivas profissionais da juventude.

Para entender como os entrevistados da geração Z percebem as oportunidades de emprego diante de um cenário socioeconômico tão instável como o que se vive e quais as expectativas deles em relação ao mercado de trabalho, a pesquisa apresentou as seguintes questões a serem respondidas: i) Grau de escolaridade; ii) Possui curso técnico, tecnólogo, graduação (licenciatura ou bacharelado), mestrado ou doutorado; iii) Justificar a escolha do curso de graduação; iv) Explicar se investiga o mercado de trabalho para o campo de atuação do curso escolhido; v) Caso esteja empregado, responder em que tipo de empresa atua (pública ou privada) ou é profissional liberal ou autônomo; vi) Explicar que tipo de empresa mais o atrai para trabalhar (pública; privada) ou prefere ser profissional liberal ou autônomo; vii) Que tipo de emprego o entrevistado considera mais atrativo e os motivos; viii) Se o entrevistado se sente realizado profissionalmente e a justificativa; ix) Solicitar ao entrevistado que faça uma análise a respeito do mundo do trabalho, suas perspectivas e projeções em relação às questões de profissões, de emprego e de renda.

As perguntas apresentadas serviram como diretrizes para a condução da investigação, o que não impediu que novas questões fossem levantadas, uma vez que a entrevista se desenvolveu de forma espontânea e pouco formal. Para os entrevistados que não tinham formação escolar completa foi preciso esclarecer os motivos que os impediram de concluir essa etapa tão importante para a vida profissional.

A pesquisa teve um recorte temporal de sessenta e três anos para compreender o processo histórico e econômico que interferiu ou interfere no mundo do trabalho, uma vez que não é possível entender o momento presente sem resgatar informações do passado. A investigação analisou as décadas de sessenta, setenta, oitenta e noventa com o objetivo de fazer a reconstrução de um passado recente que explica o processo de consolidação urbana no Brasil, sua relação com a política desenvolvimentista, a construção de Brasília e o fortalecimento dos ideais neoliberais no país, a partir da década de 1990.

No que diz respeito à análise documental, a proposta de estudar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) se fez necessária em função de sua importância para os trabalhadores brasileiros. Entender por que mesmo depois de sete décadas após a sua implantação, ela representa a proteção e a segurança para a classe trabalhadora, mesmo sofrendo fortes ataques por parte do setor produtivo que a vê como um entrave para as relações de trabalho e o desenvolvimento do país.

A CLT regulamenta as leis trabalhistas do setor privado e parte do emprego público, a parte estatutária do serviço público é regido pela Lei 8.112 de 11/12/1990, por isso também é importante estudá-la e compreender a sua importância para os trabalhadores do setor público que são regidos por essa lei. A Lei nº 8.112/1990 regulamenta as relações de trabalho entre o patrão (Estado) e os trabalhadores (Servidores públicos, a nível federal). A nível estadual, cada estado cria as suas normas, como no caso do Governo do Distrito Federal que é regido pela Lei Complementar 840 de 23/12/2011. O conhecimento em relação à Lei nº 8.112 e Lei nº 840 são importantes porque a nível de Distrito Federal, um dos setores que mais emprega na Unidade de Federação é o serviço público.

Para entender as perspectivas em relação ao projeto de vida da Geração Z que está cursando a educação básica, a análise documental utilizou da Lei nº 13.475/2017, que implantou o Novo Ensino Médio (NEM), e o Currículo em Movimento das Escolas Públicas do Distrito Federal. A partir da interpretação dos documentos (NEM e Currículo em Movimento) foi possível entender como as políticas públicas adotadas pela Estado e aplicadas nas diferentes Unidades da Federação como, por exemplo, o Distrito Federal podem afetar a formação intelectual e o projeto de vida dos jovens dessa geração.

No tópico a seguir, a pesquisa faz a caracterização das gerações *Baby Boomers*, X, Y, o que possibilita compreender o comportamento da Geração Z, sujeito da pesquisa e a sua relação com pessoas de diferentes faixas etárias no mercado de trabalho.

1.2. A caracterização das gerações *Baby boomers*, X, Y ou *Millenius* e Z

Nesse tópico será identificado o sujeito da pesquisa, mas é preciso primeiro conhecer as características das diferentes gerações que constituem os trabalhadores brasileiros nos últimos sessenta anos. Para fazer essa caracterização utilizou-se uma linguagem adaptada aos novos tempos que identifica diferentes grupos de pessoas no ambiente de trabalho dos últimos sessenta anos e são organizados e definidos como gerações *Baby boomers*, X, Y ou *Millenius* e Z.

Para Mayer (2021) comparar gerações é muito difícil, quando se pensa que antigamente elas eram formadas a cada vinte e cinco anos. No entanto, as relações de trabalho mudam cada vez mais rápido e as mudanças na mentalidade de colegas de trabalho não ocorrem na mesma velocidade.

As consequências de mudanças tão rápidas e aceleradas são, provavelmente, o impacto na convivência nos locais de trabalho devido a troca de experiências entre as diferentes gerações. De acordo Mayer:

Os mais velhos aprendem com os mais novos (ou se recusam e geram conflitos). O gerenciamento de conflitos e resolução de problemas é hoje feito em períodos cada vez menores, muito pelo fato de os jovens resolverem mais rapidamente e sempre procurarem a forma mais fácil de ser feita (MAYER, 2021, ONLINE).

Dessa forma, foi preciso considerar e entender no decorrer da pesquisa como gerações tão distintas convivem no ambiente do trabalho. Mas, nesse capítulo a proposta é caracterizar cada uma dessas gerações aqui definidas como *Baby boomers*, X, Y e Z.

A jornalista Nila Maria em reportagem realizada para o jornal da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em maio de 2020, descreve que a geração *Baby Boomers*, anterior à geração X, são os nascidos entre 1945 e início da década de 1960 e o termo em inglês se refere ao *boom* demográfico que ocorreu nos Estados Unidos, naquele período. Para a jornalista, parte dessa geração vivenciou as consequências da Segunda Guerra Mundial e por isso foram criados com muita rigidez e disciplina. Dessa forma, cresceram muito focados e obstinados.

Nila Maria (2020) argumenta ainda que essa geração tem por características a valorização do trabalho, a dedicação à família, a realização pessoal, a estabilidade financeira e a aversão a grandes mudanças, por isso buscam melhores condições de vida e bem-estar. A jornalista escreve que a geração *Baby boomers* acompanhou de perto o crescimento das lutas por igualdade e justiça social, bem como a ascensão da contracultura⁶, por meio dos movimentos artísticos. Sendo, inclusive, que muitos deles participaram efetivamente das lutas.

Os estudos referentes a essa geração focam, principalmente, nos Estados Unidos e mostram que ela permitiu profundas mudanças no comportamento dos estadunidenses como, por exemplo, em relação ao consumo de bens materiais ao ingressar no mercado de trabalho. Diante disso, ao serem responsáveis pelo *boom* populacional, essa geração propiciou, também, o *boom* do consumo de bens materiais no país norte-americano.

⁶ Luciano Tomé descreve esse movimento como um fenômeno de revolta juvenil do final dos anos de 1960, do século passado, com caráter de negação da ordem tecnocrática vigente a partir do trabalho *The Making of a Counter Culture*, de Theodore Roszak, publicado em 1969. Ensino, direitos e democracia XIII Encontro Estadual de História da ANPHH RS, Santa Cruz do Sul, 2016. Disponível em: http://www.eeh2016.anpuh-rs.org.br/resources/anais/46/1476382682_ARQUIVO_Contracultura.pdf. Acesso em 26 jul./2023.

Apesar de mencionar essa geração, a pesquisa não irá dar ênfase a esse grupo uma vez que, segundo dados da reportagem de Maria (2020, ONLINE) ele, “Atualmente com idades entre 65 e 75 anos, aproximadamente, a geração que mais influenciou a economia dos Estados Unidos até hoje, está chegando – se já não chegou – à fase de aposentadoria e, portanto, deixando o mercado de trabalho” – muitos já estão próximos da faixa etária dos 80 anos – e a investigação trata do emprego. Portanto, esse grupo ficará fora da pesquisa, embora a pesquisadora tenha utilizado alguns relatos de pessoas desse grupo etário para observar como eles vivenciaram as questões de emprego na sua fase ativa.

Quanto a geração seguinte, definida como X, Meyer (2021) esclarece que o termo foi criado por Robert Capa, inclui aqueles que nasceram no início da década de 1960 ao final da década de 1970. Segundo o autor, parte dessa geração é constituída por profissionais bem-sucedidos, com cargos bem remunerados e carreiras consolidadas. Meyer (2021) assim descreve essa geração:

[...] a Geração X cresceu, passou pela fase hippie, teve ideais, esqueceu-se dos mesmos e foi fazer carreira no mercado. Viu surgir computador pessoal, a internet, o celular, a impressora, o e-mail etc. e viu seu mundo mudar muito. Grande parte da Geração X chegou aos 45, 50 anos ou mais e descobriu que para juntar meio milhão e dar entrada, com sorte, num apartamento modesto que irá pagar até os seus 60 anos, o caminho é longo e o preço alto, bem alto, as vezes impagável [...] (2021, ONLINE).

A juventude das décadas entre 1963 e 1979 idealizava o pleno emprego como projeto de vida. Os filhos dos nordestinos que vieram para o Distrito Federal na época da consolidação da nova Capital, tiveram a oportunidade de estudar e sonhar com a estabilidade no emprego. Muitos desses jovens idealizavam o emprego público, como símbolo de segurança e *status* social.

Ao analisar as gerações anteriores à década de 1990 que residem no Distrito Federal, percebe-se que naquela época as perspectivas em relação ao emprego eram distintas dos projetos de vida da geração Z. Como dito anteriormente, um cargo no serviço público era o objetivo de boa parte dos filhos dos imigrantes nordestinos e parte daqueles que cursaram uma faculdade ou universidade, tiveram acesso a um emprego com bom salário e conquistaram uma posição social privilegiada na classe média.

A geração Y ou *Millenius* nasceu a partir de 1980 e metade da década de 1990. Segundo especialistas que estudam as gerações, eles cresceram rodeados de facilidades, oferecidas pelos seus pais. Eles são acostumados a conquistarem o que querem, não se sujeitam às atividades subalternas de início de carreira e por isso lutam por salários ambiciosos desde cedo (MAYER, 2021). Com isso, entende-se que:

Foi uma geração que se desenvolveu em uma época de grandes avanços tecnológicos e prosperidade econômica. As crianças da geração Y cresceram tendo tudo o que muitos dos seus pais não tiveram, como TV a cabo, videogames, computadores, vários tipos de

jogos e muito mais. Se a geração X viu nascera internet e a tecnologia, a geração Y já nasceu quando elas estavam plenamente desenvolvidas, cresceram e internalizaram os mesmos desde pequenos (MAYER 2021, ONLINE).

Vale destacar que, apesar de esclarecer quem são os representantes da geração Y, eles não terão o mesmo destaque na pesquisa como os das outras gerações, mesmo coexistindo com as demais gerações, pois eles estão em um grupo específico que, provavelmente, pouco influenciam nas concepções de vida da geração Z. Parte dos que nasceram no início da década de 1980 e primeira metade da década de 1990 também são filhos da geração X.

A geração Z vivencia uma nova realidade no contexto socioeconômico do país, diferente do período dos seus pais. Essa juventude denominada como Geração Z são os nascidos no “boom” da criação e desenvolvimento dos aparelhos tecnológicos e que, provavelmente, tem uma forma diferente das gerações anteriores de entender a questão do emprego.

Para Guimarães (2021) essa geração surgiu na transformação digital, gostam de inovar, sentem-se desafiados e estão sempre conectados ao universo das redes sociais e dos aplicativos. Na plataforma Gupy⁷ de Recursos Humanos, Guimarães (2021) mostra o comportamento da Geração Z no mercado de trabalho:

As pessoas que nasceram na época Z tendem a investir em um empreendimento próprio, por serem visionários e desejarem trabalhar à sua própria maneira. Como estão sempre em movimento, antenados aos acontecimentos, participam ativamente dos grupos de trabalho oferecendo ideias e dinamismo (GUIMARÃES, 2021, ONLINE).

A geração Z vivencia um momento em que “o universo do trabalho é atingido por um movimento sísmico de transformações estruturais” (DOWBOR, 2004, p. 17). Dessa maneira, o emprego não apresenta as mesmas características idealizadas pela Geração X, as novas formas de trabalho vão ao encontro dos ideais da Geração Z uma vez que, “As tecnologias abrem um leque extremamente diversificado de áreas de trabalho, o que confunde nossas visões tradicionais de profissão e carreira” (DOWBOR, 2004, p. 17-18).

Em reportagem online disponível no site da Universidade Cruzeiro do Sul, o Doutor em neurociências Lucas Fürstenau de Oliveira, descreve que a Geração Z cresceu exposta a estímulos variados e simultâneos e na expectativa de gratificação instantânea (UCS, 2019). Na mesma reportagem de título **A geração Z na visão das Neurociências**, o Professor argumenta que “Como boa parte dos serviços de tecnologia permitem respostas instantâneas, o usuário acostumou-se a esperar prazer da resposta imediatamente. O sujeito atribui mais valor ao prêmio imediato”. Diante disso, segue a reportagem, “uma consequência do imediatismo é a redução da capacidade de lidar com o adiamento da recompensa, o que vai influenciar de relações

⁷ Plataforma de Recursos humanos que trabalha com recrutamento e seleção de pessoas.

peçoais a padrões de consumo”.

Portanto, comparar os objetivos profissionais da Geração X e Z contribuiu para entender as transformações que ocorreram no mundo do trabalho nas últimas décadas e traz elementos relevantes para a pesquisa no que diz respeito aos projetos profissionais de cada uma dessas gerações. Além disso, tem-se a oportunidade de mostrar se a Geração Z que reside no Distrito Federal possui os mesmos interesses profissionais descritos nas reportagens digitais das plataformas de emprego.

1.2.1. Perfil dos sujeitos que responderam ao questionário

O questionário foi elaborado pela ferramenta *google forms*, como mencionado na metodologia, e compartilhado de forma aleatória para grupos de pessoas que se propuseram a respondê-lo, o perfil dos respondentes será descrito a seguir.

Quanto a faixa etária, tem-se os seguintes percentuais de acordo com a geração em que os respondentes se encaixam.

Quadro 1 – Geração a que pertence os respondentes do questionário

Geração	%
<i>Baby Boomers</i>	11,7
Geração X	36,8
Geração Y	26,5
Geração Z	20,6
Não informaram a idade	4,4

Fonte: Autora⁸, 2023

As pessoas que responderam ao questionário vieram de diferentes estados brasileiros, há inclusive um estrangeiro. Mas a maioria já nasceu da Capital do país. Observe o Quadro 2.

Quadro 2 – Local de origem das pessoas que responderam ao questionário

Local de Origem	Quantidade
Brasília	26
*Brasileira	10
Maranhão	06
Paraná	05

⁸ Autora da tese: Maria Solange Melo de Sousa

Rio de Janeiro	04
São Paulo	04
Ceará	03
Goiás	03
Minas Gerais	02
Mato Grosso do Sul	02
Estrangeiro (Bolívia)	01
Espírito Santo	01
Rio Grande do Norte	01
Total	68

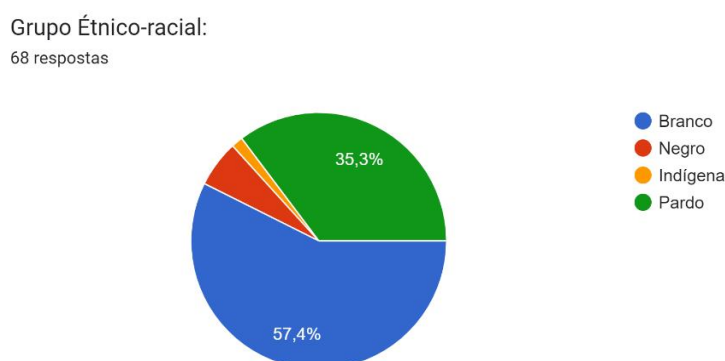
Fonte: autora, 2023.

* Não informou o estado de origem.

Em relação ao quantitativo de migrantes, os dados mostram que 36 respondentes indicaram o ano que chegaram à Brasília, assim distribuídos: duas pessoas responderam que chegaram à Capital da República em 1959; quatro na década de 1970; quatro na década de 1980; cinco chegaram na década de 1990 e doze responderam ter chegado nas duas primeiras décadas do século XXI.

No questionário foi solicitado que as pessoas que participaram da investigação respondessem a qual grupo étnico racial eles pertenciam e o resultado é apresentada no Gráfico 1⁹.

Gráfico 1 – Grupo étnico-racial dos participantes da pesquisa



Fonte: Sousa, 2023 (Google Forms).

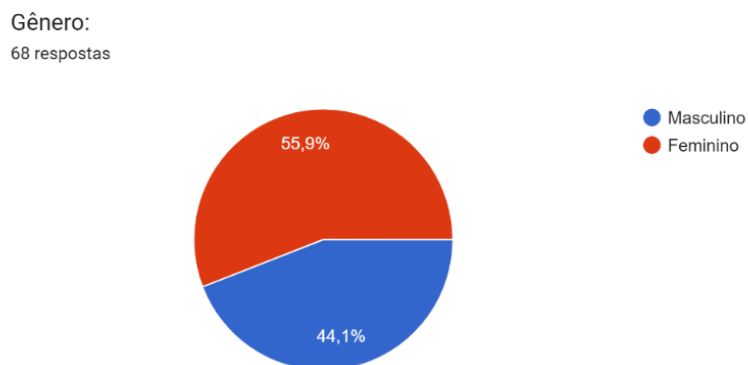
Ao analisar o gráfico, entende-se que os participantes da pesquisa, assim como parcela

⁹ Todos os gráficos apresentados na tese são dos respondentes do questionário, nenhum deles mostram os resultados dos entrevistados.

significativa dos brasileiros, se autodeclaram brancos. Segundo a pesquisa, cujos os dados estatísticos não aparecem no gráfico apenas 5,9% responderam que são negros e 1,5% se declararam ser indígenas.

O gráfico 2 mostra o perfil dos participantes da pesquisa quanto à questão de gênero.

Gráfico 2 – Gênero dos participantes da pesquisa

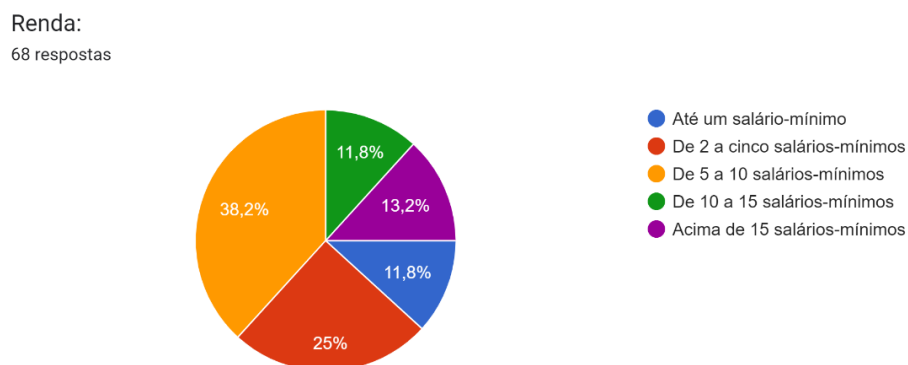


Fonte: Sousa, 2023 (Google Forms).

Apesar do questionário disponibilizar o item “outros” na pergunta quanto ao gênero, o item não apareceu nas respostas.

O gráfico 3 mostra o perfil socioeconômico das pessoas que responderam ao questionário, no que diz respeito a renda.

Gráfico 3 – Renda dos participantes da pesquisa



Fonte: Sousa, 2023 (Google Forms).

O grau de escolaridade dos participantes que responderam ao questionário está listado no

quadro 3.

Quadro 3: Grau de Escolaridade dos respondentes da pesquisa

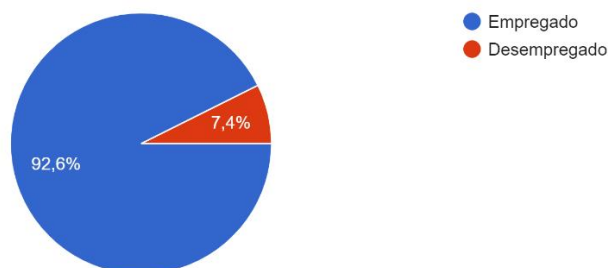
Escolaridade	%
Ensino fundamental incompleto	1,5
Ensino fundamental completo	1,5
Ensino médio incompleto	8,8
Ensino médio completo	13,2
Graduação	29,4
Especialização	26,5
Mestrado	16,2
Doutorado	1,5
Pós-doutorado	1,5

Fonte: Sousa, 2023

Os participantes da pesquisa que responderam ao questionário exercem atividades variadas e 92,6% estão empregados. O índice de desempregados é pequeno (7,4%) em relação aos que se encontram na condição de empregado, observe o Gráficos 4.

Gráfico 4: Condição profissional atual dos participantes da pesquisa

Condição profissional atual:
68 respostas



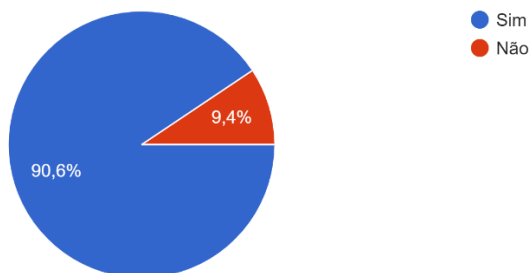
Fonte: Sousa, 2023 (Google Forms).

Uma das questões apresentadas era se os trabalhadores gostavam do emprego atual e se tinham a pretensão de permanecer nele. Dessa forma, o resultado apresentado no questionário foi que a maioria gosta do seu emprego atual (90,6%) e, portanto, não pretendem buscar outra vaga no mercado de trabalho (81,3%). Contudo, mesmo gostando do que faz, um pequeno percentual (9,3%), tem a intenção de buscar novas oportunidades de trabalho Gráficos 5 e 6.

Gráfico 5. Respondentes do questionário que gostam do emprego atual

Caso esteja empregado, gosta do seu emprego atual?

64 respostas

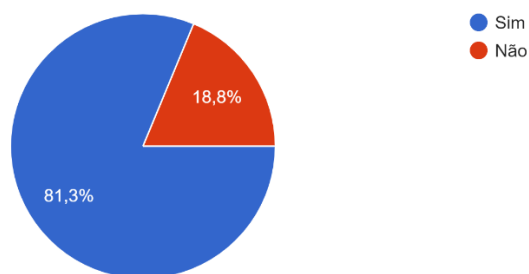


Fonte: Sousa, 2023 (Google Forms).

Gráfico 6. Respondentes do questionário que pretendem permanecer no emprego atual

Deseja permanecer no emprego atual?

64 respostas



Fonte: Sousa, 2023 (Google Forms).

Para entender as expectativas no que diz respeito ao mercado de trabalho e ao emprego da juventude que está cursando o Novo Ensino Médio, o questionário foi adaptado para esse grupo e aplicado para sete estudantes de uma escola pública da periferia do Distrito Federal. Os resultados serão apresentados no Capítulo 5.

1.2.2. Perfil dos sujeitos da Geração *Baby Boomers* e Geração *Z* que foram entrevistados

Conforme a proposta metodológica apresentada, os depoimentos da Geração *Baby boomers* representam a fonte histórica oral e mostram como os pioneiros vivenciaram as oportunidades de emprego nas duas primeiras décadas após a construção de Brasília. Quanto aos jovens que compõem a Geração *Z*, eles constituem o foco principal da investigação e foram

divididos em dois grupos considerando a renda, como mencionado anteriormente. Ao descrever os entrevistados(as) que participaram da investigação, os nomes verdadeiros foram preservados e foi utilizado números para identificar os sujeitos *Baby boomers* e letras alfabéticas para identificar os entrevistados da Geração Z, o objetivo é que se respeite a privacidade deles(as).

Quadro 4. Sujeitos da Geração *Baby Boomers*

Identificação do sujeito	Idade (anos)	Escolaridade	Ocupação
1	84	Alfabetizado	Comerciante aposentado
2	77	Ensino Médio	Servidor Público aposentado
3	91	Pós-graduação	Servidor Público aposentado

Fonte: Sousa, 2023

Quadro 5. Sujeitos com renda familiar superior a 5 salários-mínimos

Identificação do sujeito	Idade (anos)	Escolaridade	Ocupação
A	23	Superior cursando	Estudante de Psicologia
B	22	Superior cursando	Administrativa/Contabilidade
C	17	Ensino Médio - cursando	Estudante
D	17	Ensino Médio - cursando	Estudante
E	24	Tecnólogo – Aviação Civil	Servidor público

Fonte: Sousa, 2023.

Quadro 6. Sujeitos com renda familiar inferior a 5 salários-mínimos

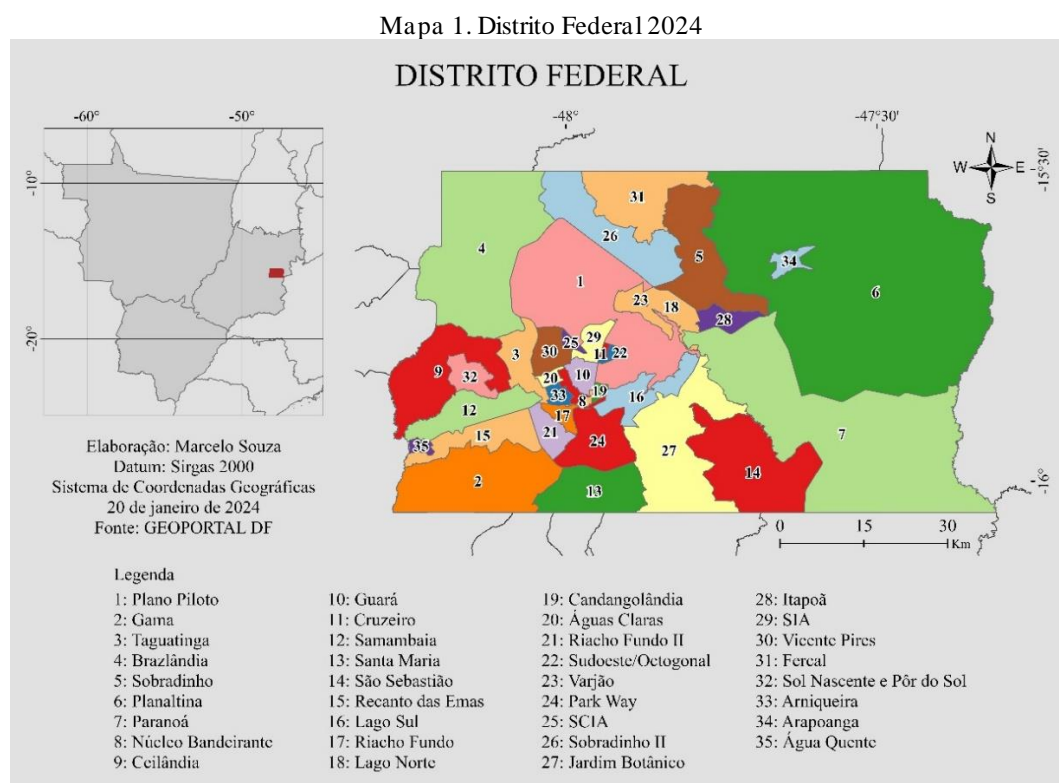
Identificação do sujeito	Idade (anos)	Escolaridade	Ocupação
F	18	Ensino Médio	Nem Nem
G	22	Superior Cursando	Comerciária
H	24	Tecnólogo em RH	Desempregada
I	28	Ensino Médio	Administrativo/Artesã
J	27	Especialização	Professor

Fonte: Sousa, 2023.

1.3. Recorte espacial da pesquisa: a construção da nova Capital (Brasília) no período desenvolvimentista

O Distrito Federal foi inaugurado na década de 1960 para sediar a Capital Federal, Brasília. A princípio, nova Capital (Brasília) foi planejada para receber um contingente

populacional de, aproximadamente, 500 mil habitantes (COSTA; STEINKE, 2014), entretanto, ela não alcançou a meta da projeção inicial. Mas, o Distrito Federal demonstrou ser muita dinâmica e segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE possui atualmente um contingente populacional de 2.817.068 habitantes (IBGE, 2022) e é a terceira metrópole nacional. Vide mapa 1.



Fonte: Marcelo Sousa, 2024.

Ao redor do Plano Piloto surgiram muitos adensamentos populacionais cuja finalidade era abrigar os trabalhadores que vinham de outros estados brasileiros para construir Brasília; pessoas em busca de oportunidades que proporcionassem melhores condições de vida; funcionários públicos transferidos da cidade do Rio de Janeiro e de outros estados brasileiros para trabalhar nos órgãos públicos. O crescimento territorial desordenado do Distrito Federal provocou o surgimento de invasões que se espalharam ao redor da nova Capital, como: Vila Amauri, Vila Sara Kubitschek, Vila Tenório, Vila do IAPI (OLIVEIRA; PELUSO, 2022); as invasões foram retiradas e os moradores foram transferidos para lugares distantes do Plano Piloto. Criou-se assim as cidades-satélites, hoje denominadas de Regiões Administrativas.

Com a intensão de conter a proliferação das invasões e organizar territorialmente o

Distrito Federal, que já era constituído por algumas cidades-satélites como, por exemplo, Planaltina, Sobradinho, Taguatinga, Gama e Guará. No início da década de 1970, o governo criou o projeto denominado de Centro de Erradicação de Invasões – CEI e, em março de 1971 fundou Ceilândia, cujo nome se originou da sigla CEI. No decorrer das décadas de 1970, 1980 e 1990, o processo de ocupação regular e irregular do solo se intensificou dando origem a novos adensamentos demográficos e, atualmente, o Distrito Federal é constituído por trinta e três Regiões Administrativas (RA).

É importante entender que a partir da década de 1950 se intensificou no Brasil a ideologia desenvolvimentista e modernizante e um dos pilares desse pensamento foi a transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para Brasília. De acordo com Costa e Steinke (2014), a atuação do poder público, em combinação com o capital privado nacional e estrangeiro, promoveu a transformação substancial quantitativa e, em certa medida, qualitativa no sistema econômico e social brasileiro.

A pesquisa discutirá temas relacionados à construção de Brasília e seus impactos no que diz respeito ao fluxo migratório para a nova Capital, tendo como consequência o crescimento populacional desordenado. Também serão explorados textos que abordam o contexto desenvolvimentista e modernizante do capitalismo nacional das décadas de 1960 e 1970.

Diante dessa nova concepção desenvolvimentista e modernizante, a construção da nova Capital promoveu um intenso fluxo migratório para a região central do país. Para Miller (2006, p. 292):

O impacto do aumento populacional acelerado na região trouxe como consequências a ocupação desordenada do solo. Muitos dos problemas que Brasília enfrenta atualmente advém da falta de programa habitacional e de ocupação do solo de forma adequada e racional. O projeto inicial de Lúcio Costa não foi devidamente observado e não há uma atuação efetiva por parte dos governantes e dos políticos, incluindo os três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário.

Como foi esclarecido anteriormente, a ocupação desordenada do solo tratada por Miller (2006) retrata o surgimento de vários assentamentos irregulares, exigindo assim uma organização territorial na área do quadrilátero onde está localizado o Distrito Federal. Logo, “Brasília rapidamente adquiriu sua forma urbana polinucleada, um centro cercado de cidades-satélites, à medida que a população aumentava.” (PELUSO, 2003, p. 16).

Ao contrário de muitas cidades que tiveram o seu crescimento decorrente da industrialização, a nova Capital não recebeu ninguém que buscasse trabalho no setor industrial, uma vez que esse setor não foi planejado para a cidade em construção, o que atraiu as pessoas de várias partes do país foi a oportunidade de emprego, principalmente, na construção civil e no serviço público. No entanto, assim como muitas capitais do mundo é preciso entender Brasília

no contexto do “urbano como horizonte” e como “problemática” (LEFEBVRE, 2004, p. 103). A capital cresceu, por ser considerada um eldorado de oportunidades e geradora da capacidade produtiva capitalista, mas, também, estruturou-se com problemas típicos de muitas metrópoles que são: violência, ocupação desordenada do solo, falta de infraestrutura e limites em sua capacidade de geração de emprego.

O espaço urbano e suas contradições criaram a lógica de segregação e fragmentação que “[...] se sustenta pelos mitos e ideologias, reproduzindo o modo capitalista de produção” (FIORAVANTI, 2013, p. 178). Diante desse entendimento, Brasília se encaixa perfeitamente na compreensão das adversidades vivenciadas no urbano.

Em relação ao urbano do Distrito Federal, entende-se que a expansão espacial da capital se intensificou nas décadas de 1980, 1990 e chegou ao século XXI com graves problemas estruturais relacionados à questão da ocupação do território e da falta de emprego para atender a grande massa populacional. Em relação ao primeiro, é possível observar a gentrificação que se caracteriza pela desapropriação dos territórios das populações menos favorecida nas periferias em favor do capital, com investimentos imobiliários destinados às classes mais abastadas como, por exemplo, o Guará II.

Os moradores que ocupavam o lugar onde estava localizado, por exemplo, a antiga Vila Tenório e parte da Vila do IAPI, foram retirados e levados para a Ceilândia, cidade periférica criada para abrigar a maioria dos habitantes das invasões. O local (Vila Tenório) é ocupado hoje pelo Guará II, que junto com o Guará I, formam a RA X¹⁰, local composto por uma classe média com alto nível de escolaridade e poder aquisitivo elevado¹¹, que garante aos moradores boa qualidade de vida. Atualmente, a média de preços de uma casa nessa RA, pode ultrapassar 1 milhão de reais¹²

No início da década de 1990, surgiram os condomínios horizontais em terras públicas por meio da grilagem de terras. Nesses locais, foram criados bairros nobres como os condomínios do Grande Colorado, em Sobradinho; Jardim Botânico¹³, hoje uma RA, cuja área pertencia à RA de São Sebastião; Vicente Pires¹⁴, nas proximidades de Taguatinga, antigo cinturão verde que abrigava chacareiros com direito de uso do solo para a produção agrícola, cedido pelo Governo do Distrito Federal. Nesses locais, a média de preço dos imóveis, também, ultrapassa 1 milhão

¹⁰ Disponível: <https://guarafm.com.br/conhece-a-historia-do-guara/>. Acesso em 07 mar./2023.

¹¹ Disponível em: <https://www.guara.df.gov.br/category/sobre-a-ra/conheca-a-ra/>. Acesso em 07. Mar./2023.

¹² Disponível em: <https://www.wimoveis.com.br/casas-venda-guara-ii-guara.html>. Acesso em 07 mar./2023.

¹³ Disponível em: <https://admjardimbotanico.df.gov.br/category/sobre-a-ra/conheca-a-ra/>. Acesso em 07 mar./2023.

¹⁴ Disponível em: <https://www.vicentepires.df.gov.br/category/sobre-a-ra/conheca-a-ra/>. Acesso em 07 mar./2023.

de reais. Dessa forma, o histórico do Distrito Federal é caracterizado pela exclusão da população periférica dos locais próximos ao centro de Brasília. A maioria das RA's cuja população possui baixo poder aquisitivo estão distantes do Plano Piloto como, por exemplo, Ceilândia, Recanto das Emas, Samambaia e Sol Nascente.

No que diz respeito à falta de emprego, é importante entender que o processo de industrialização brasileiro se caracterizou pela produção de capital intensivo, poupadora de mão-de-obra e controlada pelos monopólios internacionais (COSTA, 2015) e isso explica a origem de uma população marginal em termos ocupacionais e que se concentram nas metrópoles urbanas.

A industrialização não absorveu toda a mão-de-obra disponível e, de forma intencional criou um setor terciário informal e útil ao processo de acumulação, pois empregava temporariamente e permitia a existência de um exército de reserva de mão-de-obra (COSTA, 2015). Em Brasília, além da construção civil e do serviço público, o setor terciário era o que mais empregava e a lógica permanece.

Viver nos grandes centros urbanos como a região metropolitana do Distrito Federal é perceber as adversidades cotidianas. Observa-se intenso fluxo de trabalhadores em busca de trabalho, aqueles que tem a oportunidade de ter um emprego fixo no setor público ou privado, sofrem com as dificuldades na mobilidade urbana, ou com os baixos salários que são insuficientes para o sustento familiar e não chegam ao final do mês. No retorno para casa ao final do expediente, sofrem com a falta de transporte público de qualidade e de segurança.

É importante destacar que não há realidade única no mundo do trabalho e que ao lado das adversidades vividas pelos trabalhadores descritas anteriormente, há, por outro lado, profissionais bem remunerados que não sofrem com tais problemáticas. Além disso, o Distrito Federal se assemelha ao Brasil, que é um país de contradições e de grandes desigualdades, portanto, há trabalhadores que ganham muito bem e podem usufruir os benefícios que sua renda permite. Para Corrêa

Os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista. Refletem, assim, necessidades e possibilidades sociais, criadas por processos e mecanismos que muitos deles criaram. E são os agentes que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja a rede urbana, seja o espaço intraurbano. Afirma-se que os processos sociais e agentes sociais são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento (CORRÊA, 2019, p. 43-44).

Logo, as contradições se consolidam quando se percebe a informalidade explícita, por meio de vendedores ambulantes com suas mercadorias espalhadas pelas calçadas e em diferentes espaços urbanos; vende-se de tudo desde roupa, acessórios ou aparelhos eletroeletrônicos. A informalidade, mostra a precariedade do emprego no país. Aliado a essa questão, tem-se ainda o

desemprego.

Dessa maneira, em uma perspectiva de Brasil, vive-se um caos e, provavelmente, esse cenário é o impacto do modelo de sociedade descrito por Harvey. Para Harvey (2014, p. 29), “Hoje, não é difícil enumerar todos os tipos de descontentamento e ansiedades urbanos, assim como comoções no cenário de transformações cada vez mais rápida. Contudo, de algum modo parece nos faltar a coragem de exercer uma crítica sistemática”.

A partir do entendimento exposto no parágrafo anterior, analisar o mundo do trabalho e das relações de trabalho, perpassa pela compreensão do urbano, pois o Brasil é um país que se define como tal, com problemas diversos relacionados à essa dimensão espacial. Com isso, entende-se que o espaço urbano é uma imensidão de concentração de riquezas, privilégios e consumismo em quase todas as cidades do mundo e, como bem descreve as Nações Unidas, um explosivo “planeta de favelas” (HARVEY, 2014) característico do Brasil, onde a pobreza aflora e a ausência do poder público destrói a qualidade de vida da população.

Nesse ambiente urbano vive a Geração Z, sujeitos da pesquisa, muitos deles moram às margens do centro da cidade. No Distrito Federal, apesar de muitos jovens terem um bom padrão de vida, outros residem nas regiões periféricas, nas RA's distantes do Plano Piloto ou na região do Entorno, em municípios do Goiás ou de Minas Gerais. Por isso, a pesquisa precisa ouvir tanto os jovens com renda familiar até cinco salários-mínimos e a parcela dessa geração que tem renda familiar acima desse valor. Com os relatos adquiridos pelas entrevistas, será possível identificar as características do emprego no urbano; e como as novas formas de ocupação podem superar as adversidades relatadas anteriormente e permitir a melhoria na qualidade de vida da Geração Z e das gerações futuras.

Nesse capítulo, apresentou-se o percurso metodológico, os sujeitos e o recorte espacial da pesquisa. No próximo capítulo, a pesquisa fará uma reconstrução histórica do período em que se desenvolveu a pesquisa. Esse recorte temporal se iniciará na década de 1960, apesar de uma breve visita às décadas de 1930, 1940 e 1950, mesmo não sendo objeto de análise da investigação. Mas, essa é a fase em que o Brasil deu início às mudanças socioeconômicas que tem por objetivo sua transformação em um país moderno e industrial que permitiu um intenso processo de urbanização.

CAPÍTULO 2

O ELDORADO NO PLANALTO CENTRAL: NASCE UMA CAPITAL COM NOVAS OPORTUNIDADES DE EMPREGO

Brasília passou do sonho à realidade concreta e se tornou, historicamente, símbolo da nova realidade. A nova Capital gerou, portanto, um impacto na Região Central e em todo o país.

John Laurence Miller (2006, p. 160)

Nesse capítulo, será discutido o processo de ocupação territorial brasileiro e sua importância no processo produtivo da economia a partir da década de 1930. Para Santos (2014, p. 48), “A transformação do espaço natural em espaço produtivo é o resultado de uma série de decisões e escolhas historicamente determinadas”. Portanto, a reconstrução histórica do meio produtivo brasileiro é fruto de suas escolhas e se faz presente quando se analisa o uso da terra, que é resultado da apropriação do espaço rural, como mencionado nas palavras de Santos (2014).

O objetivo do capítulo não é fazer uma análise quanto ao modelo econômico adotado no país, após a era Vargas, mas sim mostrar como o histórico econômico influenciou no processo de urbanização adotado no país e como ele impactou na metropolização e na concentração urbana de determinadas regiões.

Na reconstrução histórica da economia brasileira, o trabalho fez um breve recorte das décadas de 1930, 1940 e 1950 do século passado, para que fosse possível compreender as mudanças que ocorreram na transição do espaço rural de economia com produção agrícola voltada para o mercado externo, para o modelo urbano-industrial. Destaca-se aqui que o país já passava por mudanças significativas desde o início do século XX, como apresenta Prado Júnior:

A abolição da escravidão e a conseqüente transformação do regime de trabalho (com a imigração estrangeira por corolário); o rompimento dos quadros conservadores da monarquia e a eclosão de um novo espírito de negócios e especulação mercantil; a acentuação e consolidação do domínio da finança internacional na vida econômica do país (e são estes, em suma, os fatores que direta e indiretamente interferem na vida brasileira desde os últimos anos do século XIX e vão provocar a crise de transformação por que passou), estes fatores não são senão preliminares e preparatórios que farão do Brasil uma nação ajustada ao equilíbrio mundial moderno, e engrenada, se bem que no lugar próprio de semicolônia para que a preparara à evolução anterior, no círculo internacional do imperialismo financeiro (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 168).

No Brasil, o uso da terra gerou riquezas e desigualdades e esse processo foi intenso e mais significativo até a primeira metade do século XX. O país ainda era predominantemente agrário

e a base da economia agroexportadora. A indústria pouco desenvolvida e com características artesanais e se baseava na produção de têxteis, bebidas e alimentos que utilizam pouca tecnologia.

Nesse processo, o setor primário era o que mais empregava e a população urbana ainda era pouco significativa, sendo a Região Sudeste a que mais se destacava em termos de industrialização e urbanização. Desde aquela época, já havia no Brasil, desigualdades regionais que impactavam na economia e no desenvolvimento do país.

A força política e econômica do Brasil era dividida entre os estados da região Sudeste, devido à grande participação da produção do café na economia regional, além disso, o Rio de Janeiro era considerado o coração político, na condição de Capital Federal; São Paulo figurava como o poder econômico, devido ao ciclo do café e a indústria ainda insipiente; Minas Gerais se destacava economicamente em decorrência da mineração, mas a agropecuária era bem significativa; e, por fim, o Espírito Santo também tinha no café sua base econômica, apesar da pouca disponibilidade de terras aproveitáveis (PRADO JR., 2006).

Enquanto a Região Sudeste se apresentava como a mais desenvolvida, o Nordeste era considerado o mais pobre onde a seca impedia o progresso e a prosperidade. Em entrevista concedida em 1998 Celso Furtado argumentou que “[...] a pobreza do Nordeste não é como se afirmava, consequência da seca, mas sim do subdesenvolvimento e da exploração da região pelas próprias elites nordestinas e por grupos diferentes de outras regiões” (TAVARES; ANDRADE; PEREIRA, 1998, p. 7-8). Portanto, o Nordeste não se apresentava forte economicamente. Mas, não pode esquecer que o Nordeste foi a primeira região a se desenvolver com a cultura da cana-de-açúcar que justamente formou a elite nordestina na qual predomina as mesmas tradições socioeconômicas até hoje.

As demais regiões brasileiras ainda se caracterizavam como vazios demográficos e a economia se baseava no extrativismo, como na região Norte, ou eram constituídas por pequenos povoados que se formaram durante o ciclo da mineração e da pecuária, como na região Centro-Oeste. Na região Sul, predominava a pequena propriedade rural com produção agrícola familiar dos imigrantes europeus.

Em um artigo publicado na revista *Veja* online, em 2010, os jornalistas Branca Nunes e Bruno Abbud, assim descrevem a região Norte do país:

A região Norte já foi praticamente a mesma coisa: a capitania hereditária do Grão-Pará, que abrangia inteiramente a maior floresta tropical do mundo. Separada em duas províncias, o Amazonas e o Pará, em 1850, só terminaria de ser completamente desmembrada em 1989, com a criação de Tocantins [...]. Região com menores eleitores do Brasil, o Norte só foi olhado com real interesse pelos governantes durante o ciclo da borracha (VEJA ONLINE, 2010).

Quanto ao Centro-Oeste, as tentativas de exploração econômica entre o século XVIII e

início do século XIX foram muitas, com destaque para a descoberta do ouro. Mas, com a decadência da mineração no início do século XIX, as províncias do Goiás e Mato Grosso tiveram redução significativa no número de povoamentos. Dessa forma, permaneceram como atividades produtivas, a pecuária extensiva e a lavoura de subsistência (GUIMARÃES; LEME, 2002).

Já na região Sul, a pequena propriedade encontrou seu primeiro meio propício nas colônias agrícolas (PRADO JR., 2006) e que começou a ser estabelecidas no Brasil desde a transferência da corte portuguesa em 1808. Para Prado Jr. (2006), durante o século XIX, e ainda no século XX, multiplicaram-se largamente, embora com intensidade variável, estes núcleos de pequenas propriedades no Sul do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná).

Ao café, produzido principalmente no Sudeste, coube o primeiro lugar entre todos os produtos brasileiros modernos (PRADO JR., 2006) e sua produção ainda é significativa e se destaca dentre os produtos agrícolas de exportação. Deve-se considerar que as condições naturais (clima, solo e relevo) favoreceram ao desenvolvimento do ciclo do café no país, mas a participação da mão de obra foi fator de destaque para o enorme surto cafeeiro no país, foi ela que forneceu os braços e o trabalho necessário (PRADO JR., 2006).

A utilização da mão de obra imigrante europeia na produção cafeeira substituiu o trabalho escravo e contribuiu para uma nova fase nas relações de trabalho do país. Os imigrantes vieram com todo auxílio e amparo oficiais, pois

Para este complexo e dispendioso serviço que será a mola mestra da prosperidade paulista, a administração de São Paulo destinará sempre o melhor dos seus esforços e rendas. Com sucesso e resultados notáveis, pois do ano da República até 1930, o Estado recebera mais de 2 milhões de imigrantes (sendo que cerca da metade subvencionados), de que a parte substancial se destinará à cultura do café. Esta não resulta assim do acaso ou de circunstâncias fortuitas; mas de um longo e persistente esforço conduzido com inteligência e notável capacidade de organização (PRADO JR., 2006, p. 170).

Com a crise da monocultura agroexportadora, o processo de industrialização e a modernização da era Vargas a economia brasileira passou por mudanças na segunda metade do século XX. É justamente a experiência da mão de obra imigrante que vai fazer a diferença no novo modelo econômico que irá vigorar no país a partir dessa época.

A produção industrial que se desenvolveu a partir da década de 1930 tinha por objetivo substituir as importações e Furtado (2005) argumenta que ela cresceu 50% entre o período de 1929 a 1937. Mas, era preciso criar condições de infraestrutura para o processo de industrialização no país. Para Furtado:

O crescimento da procura de bens de capital, reflexo da expansão da produção para o mercado interno, e a forte elevação dos preços de importação desses bens, acarretada pela depreciação cambial, criaram condições propícias para a instalação no país de uma indústria de bens de capital. Esse tipo de indústria encontra, por uma série de razões óbvias, sérias dificuldades para se instalar em uma economia dependente. A procura de

bens de capital coincide, nas economias desse tipo, com a expansão das exportações - fator principal do aumento da renda - e, portanto, com a euforia cambial (FURTADO, 2005, p. 159).

A partir da década de 1940 alguns fatores vão possibilitar o incremento do desenvolvimento industrial. A indústria de base dá novos contornos à economia brasileira, com a implantação de infraestrutura como, por exemplo, a criação da siderúrgica nacional. Os autores Arvin-Had; Willumsen; Witte (1997, p. 130) explicam que:

No início do governo Vargas o produto do setor metalúrgico representava somente 3,5% do produto industrial, enquanto no fim de sua administração ele já era responsável por praticamente 10% do produto industrial brasileiro. Nesta época (década de 1930), grupos nacionalistas e militares lutaram por uma solução do problema do aço via participação direta do estado. A produção da indústria do aço iniciou-se nos anos 1920 quando o governo favoreceu diretamente esta indústria. Na década de 1930, várias indústrias do aço foram implementadas no Brasil e, finalmente, em 1941 o governo criou a companhia estatal Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A instalação da CSN em Volta Redonda, em 1946, representa um marco na história econômica do Brasil.

Arvin-Had, Willumsen, Witte (1997) destacam ainda o desenvolvimento da indústria do setor químico, composto por produtos farmacêuticos e de perfumaria e, também da indústria petroquímica. Foi na gestão de Vargas que em 1953 foi criada a PETROBRAS (Petróleo Brasileiro S.A). Naquela época, foram enviados ainda para o Congresso vários projetos para criação da ELETROBRAS (Centrais Elétricas Brasileira S.A), que seria uma *holding* do setor energético.

Com a industrialização e a urbanização funcionando a pleno vapor naquela época, foi necessário promover a integração regional do país. Por isso, teve início a marcha para o oeste e a interiorização do território brasileiro, que será o tema do próximo tópico.

2.1. A integração do Brasil por meio da marcha para o oeste

Com o objetivo de integrar economicamente o Norte e o Centro-Oeste do Brasil à região litorânea e desenvolver o interior do país, Getúlio Vargas promoveu a Marcha para o Oeste, durante o período ditatorial do Estado Novo. Essa política foi amplamente divulgada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo. Segundo Trubiliano (2014, p. 56)

Em trinta e um de dezembro de 1937, durante a saudação de fim de ano ao povo brasileiro, o presidente Getúlio Vargas anunciou o programa de colonização denominado Marcha para Oeste. Em mensagem radiofônica transmitida para todo o território nacional, o chefe de governo conclamava os brasileiros a rumarem para o oeste em busca das oportunidades de descoberta de um novo Brasil que, anteriormente explorado pelos bandeirantes, encontrava-se agora esquecido.

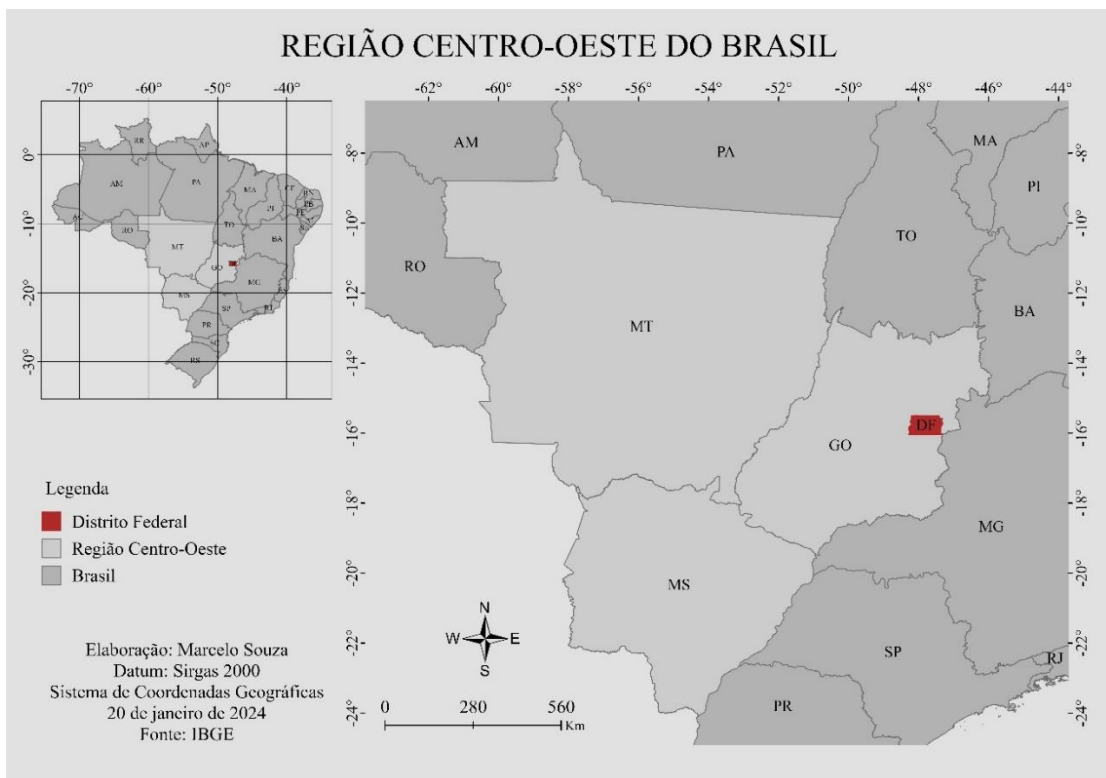
O governo tinha a intenção de aproveitar economicamente as terras por meio da

agricultura familiar, criando pequenas propriedades rurais. De certa forma, ele alcançou a sua meta, quando se considera o crescimento populacional da região e o aumento da malha rodoviária. Mas, não conseguiu quebrar a estrutura latifundiária que também estava presente nas regiões mais centrais do país. De acordo com Trubiliano (2014, p. 58)

Vale destacar que, para os ideólogos da Marcha para Oeste, os sertões do interior do Brasil eram apontados como espaços vazios porque careciam da proteção e das vistas dos governos, dos meios de comunicação e do elemento homem para povoamento conveniente do solo e cultura dos seus campos. Dessa forma, sua efetiva integração ao corpo da nação ocorreria, inicialmente, com o provimento de estradas e caminhos, após o que passaria a zona a receber os demais benefícios, como a vinda do homem do Nordeste e do europeu, a quem necessariamente se dariam os elementos de primeira instalação e terras para o trabalho. Para tanto, era imprescindível que não se mantivessem, sobretudo na fronteira, os latifúndios que prejudicavam o povoamento do solo.

Outro fato importante em relação à marcha para o oeste foi a transferência da Capital do país para o interior, daí a necessidade de se priorizar a implantação de infraestrutura como, por exemplo, a construção de rodovias, dentre elas a Belém-Brasília.

Mapa 2. Localização do Distrito Federal na Região Centro-Oeste



Fonte: Marcelo Souza, 2024

Na década de 1950, parte do território brasileiro já era constituído por grandes cidades,

que se concentravam, principalmente, na parte litorânea do país. Nesse período, o planalto central do Brasil era praticamente vazio, com grandes extensões de cerrados, muitos rios, cachoeiras, lagoas, cavernas e poucos habitantes (MILLER, 2006). É nessa região que surgiu a nova Capital do país: Brasília. Observe a localização do Distrito Federal dentro da região Centro-Oeste (Mapa 2).

Os caminhos para o acesso ao lugar reservado para a construção de Brasília eram poucos e malconservados (MILLER, 2006). Segundo relatos do missionário John Lawrence Miller, em sua obra **Impacto Brasília** (2006, p. 48), “as comunidades, os sítios e fazendas eram separados uns dos outros por grandes distâncias”. Ele destaca ainda que:

As vastidões das terras, as grandes distâncias, as íngremes picadas que serviam de estradas até as vilas, as longas veredas, os difíceis caminhos, a falta de pontes nos rios e córregos, nada disso era empecilho, nem dificuldade para o sertanejo. Não havia para esses desbravadores correntezas ou rios, nem paredões de serras que os afastasse do caminho (MILLER, 2006, p. 48).

É nessa região a esmo que será erguida a nova Capital, onde ocorria grandes temporadas de muita seca, outras com chuva demais (MILLER, 2006). Para a sua construção foram destinadas terras de três cidades do estado de Goiás: Luziânia, Formosa e Planaltina de Goiás. Miller (2006, p. 50) enfatiza que:

A cultura, o modo de vida das pessoas que habitavam a região onde Brasília estava situada, era muito diferente do estilo de vida das pessoas que viviam nas cidades e nas zonas rurais do Sul e do litoral do país. Naquela época, o povo que morava em fazendas dos municípios do Planalto Central, mesmo os moradores das cidades, tinham poucas informações de como era a vida nos centros urbanos ou nas fazendas de outras regiões brasileiras. Eles nunca tinham saído dos limites do seu município. Nem cinco por cento da população havia visitado Goiânia, capital do estado e, menos ainda, as grandes cidades como São Paulo ou Rio de Janeiro – a capital do Brasil, naquela época. Só havia luz elétrica em Formosa, Planaltina, Luziânia e Posse. As demais cidades e vilas só conheciam a luz de lamparinas, lâmpões e velas [...].

Os relatos apresentados acima têm o objetivo mostrar como até a segunda metade do século XX, as disparidades regionais no país eram gritantes. Ao descrever, alguns municípios de Goiás, é possível entender que o desenvolvimento econômico no país foi desigual, pois, enquanto a região Sudeste caminhava a passos largos rumo ao progresso industrial, ainda havia regiões com características culturais e produtivas bem rudimentares.

Diante do exposto, compreender os aspectos socioeconômicos do Planalto Central é necessário para entender como a construção de Brasília transformou, em pouco tempo, as características dessa região. Além disso, como mencionado anteriormente, a Capital do país será o recorte espacial da presente tese. É no Distrito Federal que se estudou como ocorreram as mudanças nas relações de trabalho nos últimos 63 anos e, para tanto, foi preciso investigar a chegada dos pioneiros (Imagem 1), suas condições de trabalho durante os primeiros anos do

desenvolvimento da nova Capital e sua contribuição no processo de urbanização do país. Como destaca Miller (2006, p. 111):

Em 1957, em diante, com a construção de Brasília, foi preciso cada dia de mais operários. Então aumentou a quantidade de caminhões que vinham de Minas Gerais, Goiás e do Nordeste, transportando pessoas para trabalhar nas obras da cidade. Contudo, na verdade, as trilhas e o percurso continuavam os mesmos. Para chegar ao local da construção de Brasília, mesmo saindo do norte de Goiás ou do Nordeste, era preciso passar por um pedaço da Bahia, depois Goiás e, mais adiante, pelo estado de Minas. Só então se chegava novamente em Goiás. As estradas eram as mesmas, estreitas e esburacadas, sem pontes adequadas e, em muitos trechos, tão difíceis de serem transitadas devido aos atoleiros, que os motoristas abandonavam seus caminhões. Muitos precisavam ser arrastados por carros de bois.

O Brasil moderno e industrial precisava de uma nova Capital e, de acordo com Sousa (1983)¹⁵, ela deveria responder às tentativas de criar um polo intermediário entre o centro industrial da região Sudeste e as áreas periféricas do Centro-Oeste e da Amazônia. Dessa forma, “O processo de industrialização reativado em 1956 exigia a ampliação das frentes de acumulação e do mercado interno, assim como a implementação de uma infraestrutura capaz de suportar a dinâmica desse processo” (SOUSA, 1983, p. 30).

Imagem 1: Caminhão leva operários para construir a Nova Capital (1958)



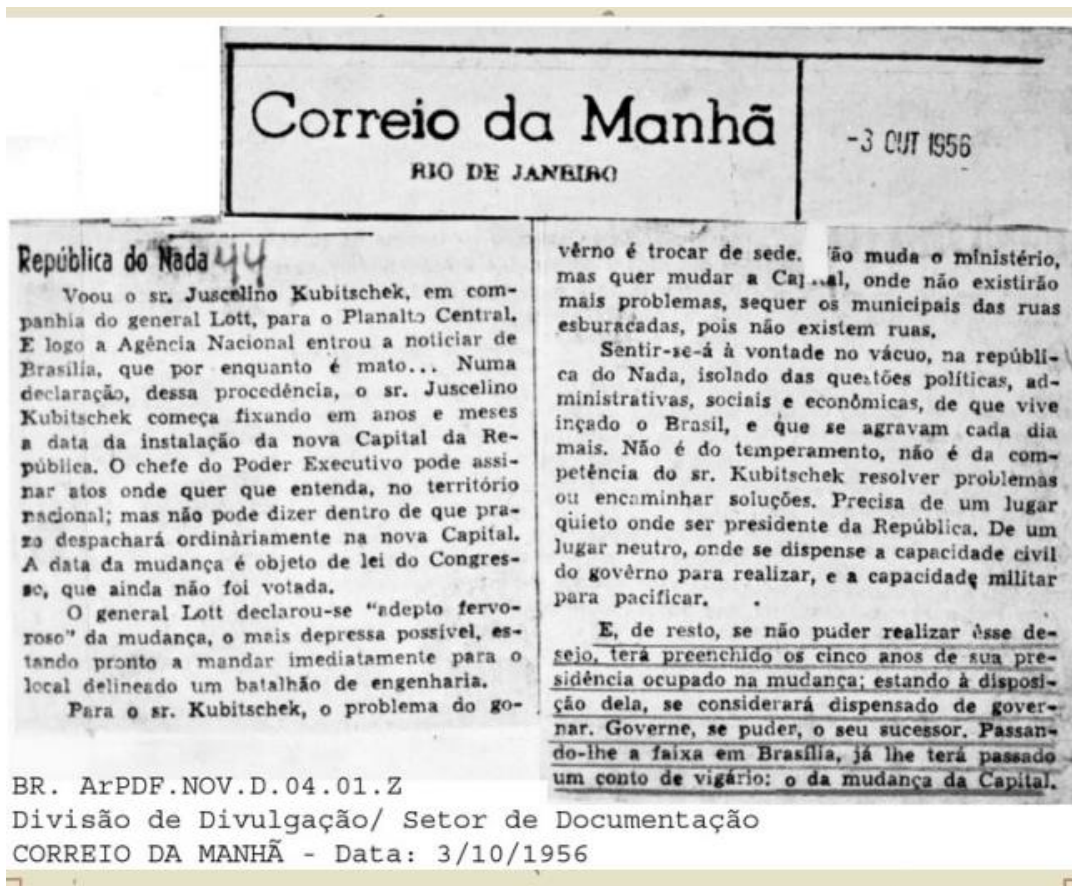
Fonte: Mário Fontenelle (Arquivo Público do DF)¹⁶

¹⁵ O livro *Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política*, de Nair Heloisa de B. de Sousa, é fruto da pesquisa de mestrado (década de 1970) e mostra de forma bem-sucedida, a situação dos operários da construção de Brasília, a partir de um conjunto de depoimentos cuidadosamente colhidos pela autora.

¹⁶ Disponível em: <http://www.memorialdademocracia.com.br/card/construcao-de-brasilia/5>. Acesso em 31 jul./2022.

Entende-se assim que na Era do governo de Juscelino Kubitschek (JK), em plena política desenvolvimentista, a necessidade de interiorizar o processo de desenvolvimento tinha por objetivo encurtar distâncias de carácter socioeconômico entre as diferentes regiões brasileiras (SOUSA, 1983). Cabia a Brasília então ser um polo integrador entre as regiões dinâmicas e as atrasadas da economia brasileira. Além disso, a proposta incluía ainda a possibilidade de novas fontes de emprego, a centralização da administração pública e uma maior proximidade com fronteiras dos países latino-americanos (SOUSA, 1983). Mas, a transferência da Capital gerou polêmicas, observe algumas reportagens de jornais da época da transferência.

Imagem 2. Recorte de jornal 1



Fonte: Acervo Fundo Novacap - ArPDF¹⁷

Em um artigo de 1956, do **Correio da Manhã** com o título "República do Nada", a análise contida no texto considera ser uma utopia a transferência da Capital e como uma

¹⁷ Os recortes de jornais fazem parte do dossiê elaborado pela equipe do curso **Outras Brasília**s, da Universidade de Brasília retirados do Arquivo Público do DF. Disponível em: <https://outrasbrasílias.com.br/material-didatico/>. Acesso em 29 jul./2023.

probabilidade de um “conto do vigário” a cidade sair do papel. Segundo o autor do artigo, o projeto de JK era uma provável tentativa de esconder os graves problemas econômicos enfrentados pelo país, além de que os elevados custos poderiam endividar o Brasil, comprometendo mais ainda a economia. Para os empresários das indústrias, tal mudança provocaria grandes prejuízos para o setor.

Imagem 3. Recorte de jornal 2



Fonte: Acervo Fundo Novacap - ArPDF

Em uma outra crítica, de 1957, cujo título do artigo é “Se já houvesse Brasília”, o **Jornal da Noite** argumentava que a resistência em relação a mudança é que ela provocaria o isolamento dos três poderes em uma região distante das grandes aglomerações populacionais, promovendo assim uma blindagem para os governantes de manifestações populares e isso poderia fortalecer a autonomia da gestão pública para políticos que não beneficiariam a sociedade, e sim ao um seleto grupo de privilegiados sem a resistência ou manifestações contrárias do povo.

Com a leitura e análise das reportagens, percebe-se como a sociedade brasileira e os jornais da época analisavam a transferência da Capital para o interior do país. Com isso, é possível considerar o grande desafio que seria a transferência da Capital que não contava com o apoio majoritário de políticos e nem da imprensa do Rio de Janeiro.

Imagem 4. Recorte de jornal 3



Fonte: Acervo Fundo Novacap - ArPDF

Apesar da resistência do Sudeste, provavelmente, as demais regiões viam a transferência da Capital como novas oportunidades de mudança de vida ao desbravar novas terras. Assim como ocorreu nos Estados Unidos, a “marcha para o oeste” era vista como possibilidade de prosperidade no Eldorado brasileiro. Observe as reportagens seguintes (Imagem 4).

Para Miller (2006), JK enfrentou adversidades, mas ele queria contagiar o povo brasileiro com os seus sonhos. O presidente acreditava que era possível juntar os brasileiros numa cruzada nacional, formando um verdadeiro mutirão para a construção da Capital. O maior projeto de Juscelino era deslocar o eixo sobre o qual o Brasil girava, para que o país pudesse tomar posse de si mesmo e ser uma nação com identidade própria (MILLER, 2006). O seu ideal contava com

o apoio de jornalistas que viviam fora do Rio de Janeiro, observe o Imagem 5.

Imagem 5. Recorte de jornal 4



Fonte: Acervo Fundo Novacap – ArPDF.

Apesar das resistências enfrentadas, principalmente, pelos componentes da elite carioca, JK ousou enfrentar os adversários e realizar o seu projeto. Assim, conseguiu formar um conjunto de profissionais que aceitaram o desafio e concordaram em colaborar com ele.

O Jornal *À Noite*, traz a análise de um jornal polonês que argumentava que a mudança tinha por objetivo ocupar o interior do país. Dessa forma, resolveria dois problemas que seria ocupar o interior do Brasil e amenizar o grande adensamento demográfico nas regiões de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, a ocupação da região Central seria uma forma de superar o isolamento que o Brasil vivia em relação aos países vizinhos como Bolívia, Peru ou Colômbia. Veja a Imagem 6.

BRASILIA, UMA CAPITAL EM PLENA FLORESTA

Sob o título "Brasília, uma capital em plena floresta", o jornal polonês "Thyburne Ludu" publica uma reportagem sobre a construção de Brasília, focalizando os motivos determinantes da transferência da capital brasileira para o planalto goiano. Diz a publicação:

"O plano ousado, quase fantástico, de transferir a capital do Brasil, do Rio de Janeiro para um local a 1.200 quilômetros de distância do mar, em plena floresta, está se transformando numa realidade. O presidente Juscelino Kubitschek assinou, recentemente, o decreto da transferência da capital.

Os principais motivos dessa mudança são o aumento da população do Brasil (que conta, atualmente, com 60 milhões de habitantes e no ano de 1960 contará com mais de 100 milhões) e o agrupamento irregular desta população no país. O sul do Brasil acha-se superpopulado, especialmente as regiões perto de grandes centros como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte (as duas primeiras cidades contam com mais de 3 milhões de habitantes). Ao mesmo tempo, grandes áreas no interior do país, especialmente nos Estados do Pará, Amazonas ou Mato Grosso, são mal povoadas.

Na opinião de políticos brasileiros, a decisão de transferir a capital para o interior do país poderá alterar a situação de "apendid isolation" em que o Brasil se encontra, atualmente, em relação aos países vizinhos: Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela. Criará, também, melhor intercâmbio cultural e colaboração entre esses países e o Brasil.

A planta da nova capital foi criada pelos maiores arquitetos sul-americanos, entre outros Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. A parte arquitetônica caracteriza-se pela simplicidade de formas e pelo modernismo. Brasília será, exclusivamente, um centro administrativo, contará meio milhão de habitantes e não possuirá indústrias.

Serão, construídos, até o ano de 1960, os edifícios do Congresso, o palácio presidencial, quatorze edifícios para ministérios, a sede do Supremo Tribunal, residências para funcionários, centros esportivos, quartéis e outros edifícios.

Os grandes industriais do Rio de Janeiro e São Paulo pro-

testam, com veemência, contra a transferência da capital para o interior, pois isto é contrário a seus interesses. Outrossim, alguns círculos econômicos são de opinião que o Brasil não pode racar, atualmente, com as despesas ligantes à construção da nova capital por causa da crise econômica interna.

BR.ArPDF.NOV.D.04.01.Z

Divisão de Divulgação/ Setor de Documentação

À NOITE - Data: 26/12/1957

Fonte: Acervo Fundo Novacap – ArPDF.

A construção de Brasília possibilitou a integração regional e o Brasil, finalmente, estava se consolidando como um país desenvolvido, industrializado e urbano. Segundo Sousa (1983, p. 31)

As formulações desta política econômica voltam-se para um esquema de desenvolvimento associado, ou seja, a industrialização, polo central desta política, não se orienta para o fortalecimento do capitalismo nacional, porém integra um processo crescente de internacionalização da economia brasileira, deixando a proposta nacionalista ao nível ideológico. Assim, o apoio ao setor privado, principalmente aquele vinculado ao capitalismo mundial e à indústria brasileira de bens de capital, é reforçado com uma política de investimentos públicos.

O projeto econômico de JK, que constituía o seu Plano de Metas, baseou-se no investimento em infraestrutura e na expansão da indústria de base e de bens de consumo duráveis (automobilística), por meio de capitais privados nacionais e estrangeiros.

Santos (2010) em sua obra **Urbanização desigual** mostra que até a década de 1960 a estrutura de emprego no país estava concentrada principalmente no setor agrícola, ao contrário de Brasília, que já nasceu urbana. Destaca-se dessa forma, que as mudanças no modelo econômico após a Era Vargas e a política desenvolvimentista do Governo JK foram determinantes para a mudança de paradigmas no país. Observe a quadro 7.

Quadro 7: Estrutura do emprego no Brasil (1925 – 1960)

Em %	1925	1950	1960
Agrícola	68	61	52
Não agrícola	32	39	48

Fonte: Santos, 2010.

Portanto, o Brasil da segunda metade do século XX já não se caracterizava mais como um país de mentalidade agroexportadora – apesar da produção agrícola de exportação ainda ser significativa –, o setor secundário tinha grande representatividade, oferecendo oportunidades de empregos nas indústrias (principalmente na região Sudeste) e o setor terciário se tornou líder na questão de geração de emprego, com vagas para as pessoas com baixa qualificação profissional.

No decorrer das décadas seguintes, por ser o centro administrativo do país, a Capital recebeu vários trabalhadores transferidos do Rio de Janeiro para atuar no serviço público, estes, bem mais qualificados. Para atender esse grande contingente de pessoas o comércio se tornou dinâmico e passou a ofertar empregos às pessoas que possuíam certa formação escolar. Como dito anteriormente, diferente do restante do país, Brasília já nasceu urbana e a estrutura do emprego nunca se concentrou no setor agrícola.

A construção de Brasília assumiu dentro do quadro desenvolvimentista o caráter simbólico das metas pretendidas. Com isso, a realização das propostas econômicas estava

consubstanciada na iniciativa da nova capital, uma vez que está incorporada globalmente o objetivo de crescimento e integração nacional (SOUSA, 1983). Além disso, ofertou novos postos de trabalho no crescente urbano brasileiro, como será discutido a seguir.

2.2. A nova Capital e a mão de obra imigrante pouco qualificada

A partir da década de 1950, o país passou por um intenso fluxo rural-urbano. O desenvolvimento econômico decorrente da industrialização, trouxe a esperança de novas oportunidades de empregos nas grandes cidades da Região Sudeste e na nova Capital. Nesse período, a população urbana começa a superar a população rural e é do Nordeste que sai um grande contingente de pessoas com destino à São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

Em São Paulo e no Rio de Janeiro, os trabalhadores de baixa qualificação profissional, pretendiam conquistar uma vaga de emprego na indústria, no comércio e no setor de serviços. Em Brasília, o caso se repetiu e os imigrantes, vindo de várias regiões do país, buscavam emprego, principalmente, na construção civil, atividade ligada ao setor secundário.

Apesar da importância da intensificação da urbanização e do crescimento do mercado de trabalho da Região Sudeste, a pesquisa terá como foco a Capital do país. A investigação apresentará o grande quantitativo de pessoas vindas, principalmente, do meio rural para Brasília e como elas conseguiram se estabelecer no Planalto Central.

Imagem 7: trabalhadores na construção do Palácio da Alvorada



Fonte: Acervo Público (Foto Reprodução)¹⁸

¹⁸ Disponível em: <https://www.dicasfree.com/historia-de-brasilia-distrito-federal/>. Acesso em 13 jan./2023.

Mesmo diante de todas as adversidades, os migrantes encontraram trabalho na construção civil (Imagem 7) e tiveram a oportunidade de dar aos seus filhos condições de vida bem diferentes das que eles vivenciavam em sua terra de origem. Observe que:

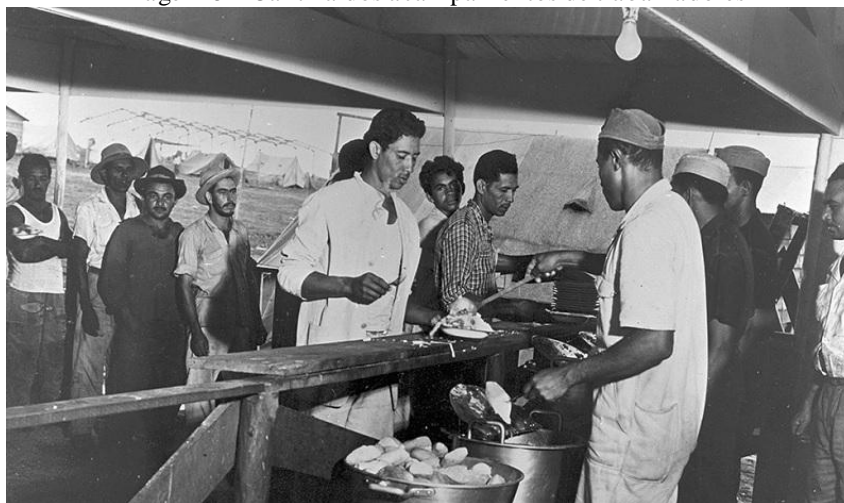
Em 1957 é o início efetivo dos trabalhos. Canteiros de obras instalam-se com rapidez, transformando a solidão do Planalto em um formigueiro de operários encarregados da terraplanagem e fundações. No final de janeiro, o número de trabalhadores ascende a 2.500 e o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) assume a tarefa de efetuar a triagem de operários para os canteiros. A vinda em busca de trabalho era a esperança de uma oportunidade efetiva de fixação (SOUSA, 1983, p. 33).

Os primeiros trabalhadores vinham só, não traziam os seus familiares. Eles eram encaminhados à Delegacia, para obter uma ficha de identificação. Depois de identificados, eles seguiam para o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), onde se localizava o balcão de empregos, na sequência eram enviados aos canteiros de obras (SOUSA, 1983). As condições de vida nos canteiros de obra eram bem precárias. Sousa (1983, p. 37) argumenta que:

Registro de moradores antigos descrevem um cenário pouco confortável nos acampamentos. Eles incluíam alojamentos compostos por galpões que possuíam dez a quinze quartos, com beliches de dois ou três andares. Os colchões eram de capim e a falta de higiene nos alojamentos favorecia a presença de percevejos, pulgas e piolhos, sendo às vezes necessário incendiá-los. O sanitário era uma ‘casinha’ com porta de lona ou um simples buraco cavado no chão. Além disso, os acampamentos aglomeravam milhares de operários, obrigando os trabalhadores famintos a guardarem em longas filas para o almoço. Estas condições insatisfatórias de vida e trabalho ocasionavam reivindicações dispersas, encontrando eco numa associação operária capaz de responder a estas situações.

A vida daqueles candangos não era fácil, alguns operários chegavam bêbados no acampamento e reclamavam da comida e das péssimas condições de higiene. Observe na Imagem 8 os operários nos refeitórios dos acampamentos.

Imagem 8 – Cantina dos acampamentos de trabalhadores



Fonte: Arquivo público do DF, via memorial da democracia¹⁹

¹⁹ O relato e a imagem estão disponíveis em: <https://history.uol.com.br/historia-geral/retrato-sobre-massacre-de-operarios-durante-construcao-de-brasilia-ainda-e>. Acesso em 13 jan./2023

Apesar de Brasília se configurar no imaginário social que seria o eldorado brasileiro, já nos primeiros anos da década de 1960, as oportunidades de trabalho tornaram-se escassas para os operários que idealizaram uma vida melhor na nova capital. Eles vivenciaram os primeiros problemas com o desemprego e a fome, como pode ser percebida em uma reportagem do **Correio Braziliense** na edição 01176 de 21 de março de 1964, cujo título é “Providências básicas para o aproveitamento de 5.380 desempregados em novas frentes de trabalho”.

Nas últimas horas da tarde de ontem, após uma série de conferências das quais participaram o chefe de gabinete civil Prof. Darci Ribeiro, Prefeito Ivo Magalhães e Chefe de Polícia Coronel Lemos de Avelar, dirigentes sindicais e líderes populares das Cidades Satélites, foi encontrada a solução que porá fim aos motins, que há três dias vinham convulsionando toda a periferia do Plano Piloto. Reportagem completa dos acontecimentos na página 3 desta edição: a partir desta manhã, levas e levas de desempregados começaram a ser encaminhados às obras de abertura de rodovias e de construção de estradas de ferro Brasília - Pires do Rio, e outras às empresas que mantêm contratos de obras com o governo (Correio Braziliense, 1964, p.1).

E continua a reportagem:

NÃO VENHAM. O chefe do Gabinete Civil, Prof. Darci Ribeiro, anunciou aos jornalistas credenciados no Planalto, os termos do acordo firmado com os dirigentes sindicais para a cessação dos movimentos reivindicatórios, que chegaram a assumir características de verdadeira rebelião popular contra o desemprego e a fome reinantes nas Cidades Satélites (Correio Braziliense, 1964, p.1).

A reportagem convida a fazer uma reflexão crítica, quanto a importância de se analisar a construção de Brasília a partir de grupos invisibilizados como, por exemplo, os operários da construção civil e suas precárias condições de vida na Nova Capital, eles vinham para servir como mão de obra e, com a finalização do projeto, ela não acolheria os trabalhadores que a construíram. A ideia é que eles voltariam para a sua terra natal.

2.3. As outras possibilidades de trabalho para os pioneiros nas duas primeiras décadas de existência da nova Capital do país

Neste tópico, a utilização da fonte histórica oral, que é constituída por depoimentos de pessoas que vivenciaram momentos e eventos históricos, foram realizadas entre maio e outubro de 2023. Os depoimentos de alguns pioneiros que chegaram ao Distrito Federal nas duas primeiras décadas após a inauguração de Brasília, mostram como esses trabalhadores se estabeleceram e consolidaram o seu projeto de vida fora da construção civil – o mais interessante foi perceber a motivação e a alegria dos idosos em relatar os momentos vividos, disponibilizando, inclusive, registros pictóricos (fotos, documentos).

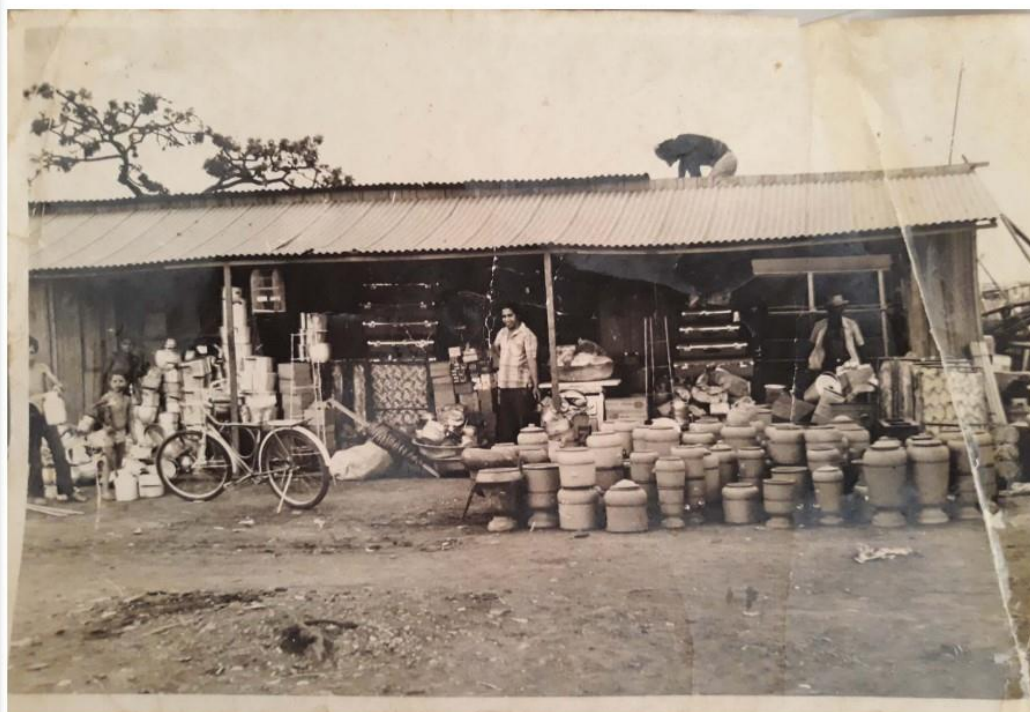
Por isso, é importante ressaltar que naquela época o mercado de trabalho não se restringia à indústria da construção civil, pois outros setores da economia ganharam forma e se destacaram

na cidade em construção. O setor terciário – comércio e serviços – ainda naquele período ganhou relevância e empregou parcela significativa dos trabalhadores que habitavam a Capital do país.

Muitos migrantes não tinham a intenção de trabalhar na construção civil, eram empreendedores e acreditavam que poderiam crescer economicamente montando o seu próprio negócio. Assim, o comércio cresceu e se desenvolveu no Plano Piloto e nas cidades satélites (RA's), os pioneiros que se aventuraram e investiram no setor terciário, prosperaram e alguns até enriqueceram. A imagem 9 mostra um pequeno comércio na Ceilândia no início da década de 1970.

O proprietário do comércio contido na imagem 9, aqui definido como entrevistado 1 (descrito no Quadro 4)²⁰, foi um dos três pioneiros que aceitou participar da entrevista informal. O idoso está atualmente com 84 anos e é morador de Águas Claras, ele relatou que chegou em Brasília em 1969, aos vinte e nove anos e veio de uma pequena cidade do Maranhão, porque queria dar uma vida melhor para a sua família – ele tinha quatro filhos, já em Brasília, teve mais duas filhas sendo que uma morreu com dez dias de nascida – o pai de família tinha pouca leitura e afirmou que trabalhou para que os seus filhos não fossem analfabetos como ele.

Imagem 9. Comércio na Ceilândia no início da década de 1970



Fonte: Acervo pessoal, 1974²¹.

²⁰ O quadro 4 descreve os participantes das entrevistas por meio de relatos históricos orais.

²¹ A foto mostra a reforma do barraco que não comportava mais a quantidade de mercadorias disponível para a venda, por isso a ampliação do local. O pioneiro relatou que a grande quantidade de mercadorias que está exposta na imagem era vendida rapidamente, tanto na loja quanto na feira, sendo necessário repor o estoque com frequência.

Assim como muitos imigrantes nordestinos da época, o pioneiro deixou esposa e filhos em sua cidade de origem e foi para São Luís, capital do Maranhão, mas esse não era o seu destino. Lá na Capital, se hospedou em um pequeno hotel e ficou confuso sem saber para onde seguir, ao conversar com um outro hospede decidiu que o melhor local para viver naquela época seria Brasília, o eldorado brasileiro. Dessa maneira, comprou uma passagem, com o pouco dinheiro que tinha e seguiu para a Capital do país.

Como ele tinha uma irmã morando no Guará (RA X), ficou na casa dela até conseguir encontrar algo para trabalhar, o pioneiro não tinha a pretensão de ser empregado. Assim, comprou algumas mercadorias fiadas – pois o dinheiro que tinha não era suficiente para montar um negócio -, comprou, também uma bicicleta e começou a vender as peças nas ruas da antiga Vila do IAPI. Em seis meses conseguiu comprar um barraco na invasão, montou um pequeno comércio e pode trazer a sua família para morar na Capital.

No final da década de 1960 e início da década de 1970, teve início a campanha para a erradicação das invasões. Em 1971, o comerciante ganhou um lote residencial e outro comercial na Ceilândia, a princípio não foi fácil. De acordo com a sua narrativa, os funcionários da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP chegaram em seu barraco na Vila do IAPI, pegaram os seus pertences, inclusive as mercadorias, jogaram tudo em um caminhão e o transportaram para a Cidade Satélite que estava sendo criada, Ceilândia.

Na nova cidade não havia a menor infraestrutura. O novo morador ficou alojado embaixo de uma lona até construir o seu barraco (o mesmo que está na imagem 9), além da moradia ele instalou, também, o seu pequeno comércio. No decorrer dos anos, ele foi proprietário de vários outros tipos de comércio e viu muitos amigos prosperarem e crescerem economicamente, tornando-se grandes empresários. O seu objetivo inicial de dar uma vida melhor para a sua família foi concretizado, os seus cinco filhos se formaram e três são funcionários públicos, outro é contador em uma grande empresa e exerce um cargo de chefia. O mais velho, infelizmente, veio à óbito.

No setor terciário havia ainda os funcionários públicos que vieram transferidos do Rio de Janeiro para trabalhar na Capital da República. As adversidades vivenciadas na terra vermelha do Planalto Central não eram atrativas para os servidores que trabalhavam no antigo Distrito Federal. Mesmo recebendo incentivos, como moradia, perspectivas de crescimento profissional e bons salários, os trabalhadores resistiam em ser transferidos e abandonar a Cidade Maravilhosa. Com o tempo, a maioria se adaptou ao seu novo ambiente de trabalho e de moradia.

Há casos de jovens que viam Brasília como uma possibilidade de prosperidade

profissional e vieram de forma espontânea. Em um período em que o analfabetismo apresentava elevados índices no Brasil, quem tinha um curso secundário (atual Ensino Médio) ou mesmo ensino superior poderia conquistar um bom emprego ou uma vaga no serviço público. O entrevistado **2** da Imagem 10, reside no Guará e está com 77 anos.

Imagem 10: Jovem pioneiro na Avenida Central da Cidade Livre (1967)



Fonte: Acervo pessoal.

De acordo com o depoimento do pioneiro que chegou à cidade em 1967, aos vinte e um anos, a Capital dava a ele a perspectiva de qualidade de vida, ele exerceu algumas atividades na iniciativa privada, mas logo se tornou empregado em uma empresa pública.

Em diálogos com o trabalhador ele afirmou que, embora no registro da Carteira de Trabalho conste o Registro nº 3 (Imagem 11), após o afastamento dos dois primeiros trabalhadores, ele se tornou o funcionário número um da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO e trabalhou na empresa até se aposentar, em 2001. Aqui ele se casou e teve três filhos, todos estudaram e um é funcionário público.

Imagem 11: Carteira de trabalho de um pioneiro

10 CONTRATO DE TRABALHO

Empregador *Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária - Superleas*

Rua *SCS Edifício Champs* N.º *6º andar*

Município *Brasília* Est. *D. F.*

Esp. do estabelecimento *Empresa Pública*

Cargo *Auxiliar de Administração "B"*

Data admissão *1º* de *Junho* de 19 *63*

Registro n.º *003* M.º/Ficha

Remuneração especificada *R\$ 1.000,00 (Um mil e cem reais) mensais*

Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária

Ass. do empregador ou a r.ºgo c/ test.

1.º

2.º

Data saída *12* de *FEVEREIRO* de *2001*

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

INFRAERO

Galaxy A53 5G

2.º

Fonte: Arquivo pessoal.

O entrevistado **3**, atualmente com 91 anos de idade, é morador do Guará. Os relatos do aposentado que veio de Goiânia para morar e trabalhar em Brasília no período da Construção, mostram as boas oportunidades de emprego para quem tinha escolaridade. Ele chegou na Capital em 1960 para trabalhar como vendedor na Companhia de Vidros de Brasília, ele tinha cursado até o segundo grau científico. Mas, queria seguir nos estudos, por isso, à noite estudava física e matemática no acampamento.

O trabalhador relatou que em um anúncio de jornal viu a divulgação da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão de Educação Secundária – CADES²², criado na época pelo Ministério da Educação (MEC) para fomentar o ensino secundário no Brasil. Ao terminar o curso, o estudante faria uma prova e se fosse aprovado, saia com título de professor categoria “D” – o pioneiro fez o curso três vezes para obter o certificado –, na terceira tentativa, ele finalmente

²² Criado pelo Ministério da Educação (MEC) pelo Decreto nº 34.638 de 17 de novembro de 1953. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao-paginas-unicas/conheca-a-historia-da-educacao-brasileira>. Acesso em 28 dez.2023

conseguiu o certificado e foi atuar como professor. Mas, os cursistas não adquiriam o diploma de curso superior.

Em 1964 a Prefeitura do Distrito Federal fez concurso para professor e ele foi aprovado para atuar no segundo grau, mesmo não possuindo curso superior, foi trabalhar como professor na Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDEF), atual Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). O pioneiro relatou que ao fazer o exame final conquistou o primeiro lugar, obtendo o certificado para lecionar no 2º ciclo. De acordo com os relatos do pioneiro, naquela época, no Distrito Federal, havia o professor horista e o de contrato (que eram os docentes que vinham do Rio de Janeiro), ele atuou alguns anos como professor horista.

Ainda na década de 1960, o idoso exerceu cargos de professor e de diretor em algumas escolas públicas do Distrito Federal, a maioria em Taguatinga. Foi ele que instituiu, em 1968, o curso de Edificações no Colégio de Taguatinga Norte, atual Centro de Ensino Médio de Taguatinga Norte - CETN²³. Em seus relatos, ele afirmou que foi no serviço público que ele conseguiu concluir a sua graduação em administração e contabilidade – ele cursou em uma instituição privada – e pós-graduação (especialização) que ele fez na Universidade de São Paulo (USP).

O entrevistado 3 informou que a pós-graduação concluída na USP só foi possível, porque ele foi aprovado em primeiro lugar no concurso para a especialização oferecido pela Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileira (CAEEB) e custeado pelo Ministério das Minas e Energias. No final da década de 1960, ele havia pedido demissão da Fundação Educacional e fazia estágio na Secretaria de Finanças do Distrito Federal. Segundo o idoso, as oportunidades de trabalho em Brasília eram tão boas que após a conclusão da pós-graduação, ele prestou novo concurso público e retornou para a FEDEF. Atualmente é aposentado em duas matrículas na Secretaria e Educação do Distrito Federal.

De acordo com o pioneiro (entrevistado 3), mesmo que tenha atuado durante tanto tempo na educação, a sua maior frustração é não ter nenhum curso de licenciatura. A esposa do aposentado também era professora. Ela fez o curso normal em 1960 (primeira turma), naquela época, as normalistas concluintes recebiam como prêmio um contrato para atuar como professora na FEDEF. Já falecida, a professora se aposentou na rede pública de ensino da Capital. Os quatro filhos do aposentado também são servidores públicos.

²³ Dados contidos no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Instituição. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/09/ppp_cemtn_taguatinga.pdf. Acesso em: 25 out.2023.

Apesar da forte presença masculina no período da construção de Brasília e de algumas fontes oficiais não descreverem a presença da mulher, elas já estavam presentes nos canteiros de obras e no cotidiano da Capital desde os últimos anos da década de 1950 como, por exemplo, a esposa do aposentado que era professora. O tema será tratado no próximo tópico.

2.4. A presença da mulher na construção de Brasília

Na história oficial da construção de Brasília não é comum identificar a presença da mulher. Com isso, é importante se questionar quanto à possível tentativa de invisibilidade e de silenciamento da presença da mulher nos primeiros anos em que se concretizava o projeto da Nova Capital, uma vez que o protagonismo sempre se destinava à figura masculina. Personalidades de destaque como Juscelino Kubitschek, Oscar Niemayer, Lúcio Costa e Israel Pinheiro estão sempre presentes em textos jornalísticos ou documentários que tratam daquele período da história do país.

Embora não estivessem presentes nos canteiros de obra de forma significativa, as mulheres tiveram destaque no período da construção de Brasília, afirma a reportagem da revista online Brasília de Fato²⁴, em homenagem ao Dia das Mulheres em 30 de março de 2019. Na reportagem de Cristiane Sampaio, a jornalista mostra que o foco eram os homens em diferentes atuações profissionais como engenheiros, arquitetos, funcionários públicos de alto escalão ou mesmo peões de obra que foram fundamentais conduzindo as transformações que deram origem à Capital da Esperança.

Nessas narrativas, segundo a reportagem, a história oficial teria ignorado o papel da mulher no processo de construção de Brasília. Para reforçar os seus argumentos, a jornalista traz os dados da estudiosa do tema, Tânia Fontenele, coordenadora do Instituto de Pesquisa Aplicada da Mulher (IPAM).

A pesquisadora (Tânia Fontenele) destaca que as mulheres pioneiras atuaram em diferentes frentes para construir a Nova Capital Federal, e para ilustrar os seus argumentos ela cita algumas dessas pioneiras. Dentre elas, a desenhista Mercedes Parada, que veio do Goiás acompanhando o seu marido, o engenheiro Joffre Mozart Parada.

A coordenadora do IPAM descreve que a desenhista atuou diretamente na elaboração dos primeiros mapas de Brasília, confeccionados para dar contornos às fazendas e terrenos passíveis

²⁴ Março das mulheres/Como elas contribuíram para a construção de Brasília. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/30/marco-das-mulheres-or-como-elas-contribuiram-para-a-construcao-de-brasilia/>. Acesso em 22 jun./2023.

de apropriação do governo. A pesquisadora Tânia Fontenele, afirma que:

A dona Mercedes participou das medições, das plantas, desenhou os mapas, mas (nos registros) tem o nome dos auxiliares e de todos e não tem o nome dela. É uma injustiça histórica porque ela trabalhou dia e noites nesses mapas, mas só quem levou os créditos foi o marido (BRASIL DE FATO, 2019, ONLINE).

A reportagem apresenta ainda outros exemplos de mulheres que foram atuantes naquele período com o objetivo de destacar a importância do trabalho delas, para que o projeto Brasília se concretizasse. As mulheres atuavam em diferentes funções como lavadeiras, cozinheiras, professoras, motoristas, enfermeiras para citar algumas atuações. Em seus estudos, Tânia Fontenele argumenta que:

Independentemente das diferenças de classe social entre elas, as mulheres compartilhavam dificuldades semelhantes naquilo que se refere à vida com uma cidade ainda sem estrutura. Além disso, elas teriam sido fundamentais à permanência dos homens na Nova Capital (BRASIL DE FATO, 2019, ONLINE).

As Imagens (12, 13 e 14) mostram as mulheres exercendo diferentes funções na Capital em construção.

Imagem 12. Supermercado do Serviço de Abastecimento de Brasília-SAB.
Brasília-DF, 1958



Fonte: BR DFARPDF NOV.D.4.4. B.6(808).

Imagem 13. Escritório do Departamento de Urbanismo e Arquitetura da Novacap.
Brasília-DF, 1958 - 1960



Fonte: BR DFARPDF NOV.D.4.4. C.4(3301)

Imagem 14. Hospital volante das Pioneiras Sociais Brasília/DF, 1957



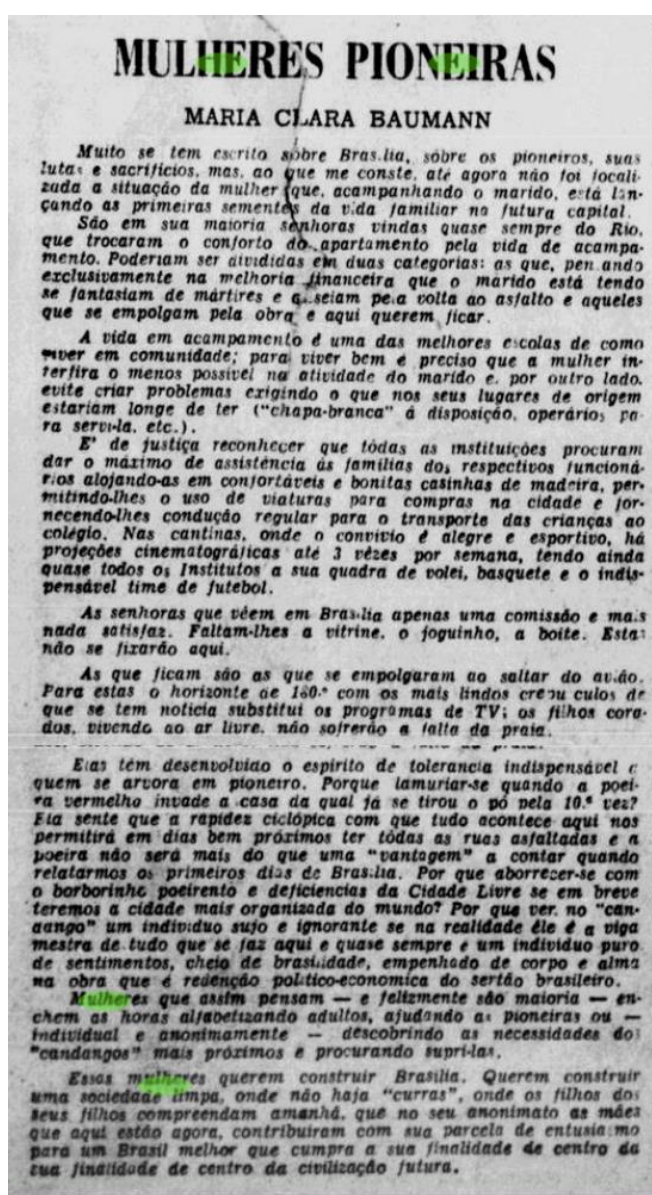
Fonte: BR DFARPDF NOV.D.4.4. B.12(1445)²⁵

No entanto, Provavelmente, no imaginário social, a mulher era coadjuvante que só se

²⁵ As imagens 12, 13 e 14 integram o Dossiê 5 – Sobre bailarinas e mães de família, do **Curso Outras Brasília**s, do departamento de História da Universidade de Brasília realizado no primeiro semestre de 2023, retiradas do arquivo Público do DF. Disponível em: <https://outrasbrasílias.com.br/material-didatico/>. Acesso em 29 jul./2023.

envolvia em amenidades e, por isso, elas deveriam evitar atrapalhar os seus companheiros durante a rotina de trabalho, pois a prioridade naquela época era a construção da Nova Capital. Algumas mulheres permaneceram na lógica tradicional dos papéis pré-definidos socialmente de dona de casa, mãe de família e subordinada ao homem chefe de família. Essas observações se concretizam quando se observa nas fontes o predomínio de relatos de amenidades no cotidiano da vida das mulheres. Observe o texto do Correio Braziliense de 21 de abril de 1960 (Imagem 15).

Imagem 15: Recorte de jornal Mulheres Pioneiras.



Fonte: Correio Braziliense (1960, p. 44)²⁶

²⁶https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_01&pasta=ano%20196&pesq=MULHER&pagfis=44. Acesso em 04 ago./2023.

Mas há rupturas e elas se estabelecem quando se tenta reconhecer o protagonismo de mulheres como, por exemplo, ao exercer uma profissão (engenheira, motorista, enfermeira, funcionária pública etc.) que fosse capaz de dar a elas autonomia financeira e, provavelmente, permitissem a superação ao romper a lógica hegemônica de papel de coadjuvante imposto nas representações e imaginário social em que as mulheres se encontravam.

Com o início da construção de Brasília o fluxo migratório para a região central do país foi intenso. Porém, o fluxo não aconteceu na mesma proporção numérica entre homens e mulheres, é o que revela o Censo Experimental de Brasília, que ocorreu em 1959. Os dados apresentados no Censo Experimental foram divulgados na edição 001 do Correio Braziliense (1960, p. 44), nele as mulheres representavam 34,2% da população total, em 1960 elas já constituíam 37,8% da população residente na Capital.

Imagem 16: Vista da Esplanada dos Ministérios e acampamento de operário 03/06/1959

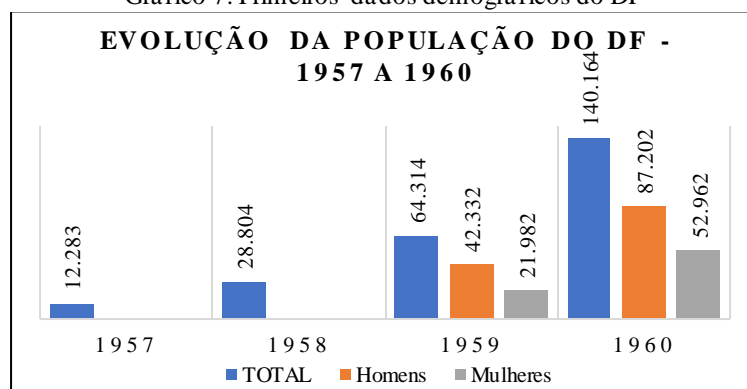


Fonte: BRDFARPDF NOV.D.4.45(724)²⁷

O Gráfico 7 mostra a evolução da população no Distrito Federal a partir da contagem não oficial do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), nos anos de 1957 e 1958, o Censo Experimental de 1959 e o primeiro Censo Demográfico do DF em 1960. Neles, comparam-se o quantitativo entre homens e mulheres.

²⁷ Imagem que integra o Dossiê 5 – Sobre bailarinas e mães de família, do **Curso Outras Brasília**s, do departamento de História da Universidade de Brasília realizado no primeiro semestre de 2023 retiradas do Arquivo Público do DF. Disponível em: <https://outrasbrasiliass.com.br/material-didatico/>. Acesso em 29 jul./2023.

Gráfico 7. Primeiros dados demográficos do DF



Fonte: IBGE - Contagem da população em 1957 e 1958; Censo Experimental de Brasília, 1959; Censo Demográfico de 1960.

Ainda em relação ao Censo Experimental de 1959, as mulheres trabalhadoras na época da construção de Brasília, em sua maioria eram jovens, declaravam-se brancas, casadas e de baixa escolaridade. Quanto a ocupação, no ano de 1959, as mulheres representavam 29,6% do setor terciário, enquanto no secundário atingiam 1,8% e no primário não ultrapassavam 3,7%.

Neste capítulo, foi trabalhado o processo de transformação econômica do Brasil a partir da década de 1930 até a época desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. Deu-se ênfase à construção de Brasília, ao processo de êxodo rural e à importância do emprego como fator de estímulo para a ocupação urbana da região central do país.

A mão de obra descrita até o momento são os pioneiros. Até a década de 1970 os trabalhadores que atuavam no mercado eram constituídos pelos *Baby boomers*, a geração X ainda vivia a infância e alguns a adolescência. Portanto, eles estavam em processo de escolarização e não eram mão de obra ativa, por isso a questão do emprego para geração X ainda não foi explorada.

Entretanto, o capítulo apresentou a chegada dos primeiros trabalhadores que vieram para ajudar na construção de Brasília, e eles são os pais das pessoas que constituem a geração X e alguns construíram projetos de vida diferente a partir do acesso à educação, que era restrito às camadas mais privilegiadas nas gerações anteriores.

É importante destacar que no próximo capítulo a pesquisa alcançará os dias atuais, perpassando pelas décadas de 1980 e 1990, para mostrar as mudanças nas relações de emprego das gerações X, Y e Z.

CAPÍTULO 3

URBANIZAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA CRÍTICA URBANA

A modernidade sólida era, de fato, também o tempo do capitalismo pesado – do engajamento entre capital e trabalho fortificado pela *mutualidade de sua dependência*. Os trabalhadores dependiam do emprego para a sua sobrevivência; o capital dependia de empregá-los para a sua reprodução e crescimento.

Baumann (2000, p. 182)

No capítulo anterior foi apresentada uma reconstrução histórica da economia brasileira no decorrer do século XX. A análise partiu das mudanças ocorridas no país decorrentes do declínio do modelo agroexportador e da modernização da sociedade à implantação da política desenvolvimentista nos primeiros anos da década de 1970. A partir das transformações que ocorrem no país, o capítulo também mostrou a Marcha para o Oeste e a construção da nova Capital do País, o que promoveu um intenso fluxo de pessoas para a região Centro-Oeste em busca de emprego e de melhores condições de vida.

A modernização da sociedade brasileira, citada no parágrafo anterior, passou pelo processo de intensificação da urbanização. Dessa forma, a questão urbana será analisada a partir da compreensão de Brenner (2018, p. 7) em que, “A condição urbana nunca é estática; é um redemoinho implacável de transformações socioespaciais e de contestações sociopolíticas. Portanto, qualquer investigação da vida urbana é, necessariamente, uma análise de fluxo, transição, mutação e reestruturação”.

Apesar de não ser uma pesquisa com foco predominante na questão urbana, a investigação tem inspiração na teoria crítica urbana. A expressão é usada com frequência como referência aos trabalhos de acadêmicos do urbanismo durante o período pós-1968 como, por exemplo, Henri Lefebvre ou David Harvey (BRENNER,2018). Segundo Brenner, 2018, p. 21):

A teoria crítica urbana rejeita divisões do trabalho e formas de compreensão urbana estatais, tecnocráticas e orientadas pelo e para o mercado. Nesse sentido, a teoria crítica difere fundamentalmente do que pode ser chamado de “teoria urbana dominante” – como, por exemplo, as abordagens herdadas da sociologia urbana da Escola de Chicago, ou aquelas aplicadas em formas tecnocráticas ou neoliberais da ciência política. Ao invés de afirmar a condição atual das cidades como expressão de leis trans históricas de organização social, racionalidade burocráticas ou eficiência econômica, a teoria crítica urbana dá ênfase ao caráter político e ideologicamente mediado, contestado socialmente e, portanto, maleável, do espaço urbano, ou seja, sua (re)construção contínua do lugar, meio e resultado de relações de poder socio-historicamente específica.

A justificativa para desenvolver os estudos em uma dimensão de análise da teoria crítica urbana é que não é possível mais entender o processo de urbanização como uma expressão espacial direta de forças sociais, pretensamente mais importantes, como a industrialização, a luta de classes e a regulação do Estado (BRENNER, 2018). Entende-se que o mundo mudou, a industrialização foi superada pelo meio técnico-científico informacional, a luta de classes se fragilizou diante da fluidez das relações de trabalho (BAUMANN, 2000) e o Estado se curva ao poder da financeirização do capital.

Em função dos argumentos apresentados anteriormente, é preciso discutir como os sujeitos se integram e interagem no espaço urbano de modo que se compreenda que a realidade imposta é uma verdadeira armadilha para a classe trabalhadora, uma vez que as oportunidades de emprego nem sempre possibilitam qualidade de vida para as pessoas que moram no meio urbano, principalmente, nas regiões metropolitanas. De acordo com Moura (1998, p. 61), “A pobreza não é só falta de renda, mas também a negação de oportunidades para o desenvolvimento humano. Afinal, a pobreza é uma construção política e um excelente instrumento de manutenção do poder”. As ideias de Moura (1998) se concretizam ao analisar a precarização das relações de trabalho que são evidenciadas na última década do século XX e neste início de século XXI e que, empobrece a classe trabalhadora.

Para exemplificar os argumentos de Moura (1998), é apropriado utilizar a fala de uma das entrevistadas que compõe a Geração Z durante o processo de investigação, em que ela esclarece que o emprego para pessoas de sua idade é muito difícil, uma vez que as empresas fazem muitas exigências e pagam salários baixíssimos. A jovem tem 24 anos (entrevistada **H**)²⁸, é tecnóloga em Recursos Humanos (RH) e perdeu o emprego recentemente. Ao buscar uma nova oportunidade no mercado de trabalho, ela se deparou com o anúncio de uma empresa que oferecia uma vaga para assistente de RH e exigia que o/a candidato/a tivesse pós-graduação na área, mas o salário ofertado era de R\$ 1.650,00 (hum mil, seiscentos e cinquenta reais). A jovem considerou o anúncio uma afronta para um trabalhador com curso superior e se negou a encaminhar o seu currículo.

Para a entrevistada **H**, provavelmente, há vagas no mercado, mas as empresas se recusam a remunerar de forma justa o trabalhador. Com isso, há muita rotatividade de funcionários o que compromete o nome da instituição e prejudica o desempenho do profissional. No entanto, é comum os empresários argumentarem que as pessoas não querem mais trabalhar, preferem viver

²⁸ As pessoas entrevistadas são representadas por letras do alfabeto, por questão de privacidade e respeito a todos que se disponibilizaram a participar da pesquisa (Quadros 4 e 5).

com os auxílios que o governo oferece. Logo, os empregadores não compreendem ou não tem interesse em entender que o problema é justamente a falta de reconhecimento e de valorização do trabalhador por parte das empresas.

Os baixos salários ofertados, principalmente, nas empresas privadas, provavelmente, estão relacionados à questão da demanda por trabalhadores que é inferior à oferta de mão de obra disponível no mercado dos centros urbanos. Assim como o restante do país, o Distrito Federal, também, tem dificuldade de resolver os problemas ligados ao crescimento de sua população urbana que impacta nas oportunidades de emprego.

A trabalhadora **I** é outra entrevista e está com 28 anos. Ela tem emprego formal, no qual ganha R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscientos reais), o salário baixo não permite à trabalhadora a manutenção dos gastos mínimos para manter a sua família. Por isso, produz artigos personalizados para festa e complementa a sua renda com a venda dos produtos, ganha em torno de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) líquido, tirando os investimentos na compra da matéria prima. A jovem se separou recentemente e tem dois filhos, um de 12 anos fruto de um relacionamento anterior – ela foi mãe aos 16 anos – e a segunda filha tem 09 anos. De acordo com **I**, o emprego ideal é ser autônoma e seu desejo é montar a sua própria empresa. A entrevistada argumenta que as empresas procuram resultados e não o crescimento profissional do seu funcionário.

Dessa forma, a entrevistada **I** não pesquisa o mercado de trabalho por não concordar com os requisitos exigidos, em que se busca experiência sem, no entanto, capacitar os trabalhadores. Segundo a trabalhadora, faltam oportunidades para os jovens de sua geração e, por não ter experiência, as empresas não abrem as portas para o ingresso dos jovens ao primeiro emprego. Para a trabalhadora, o Programa Jovem Aprendiz (Lei nº 1097/2000 – Lei da Aprendizagem) teoricamente é bom, na prática é um serviço que as empresas disponibilizam para captar mão de obra barata. **I** argumenta que a função exercida por esses jovens é de pouca relevância e braçal, em que o trabalhador de maior experiência a recusa, devido à baixa remuneração. Além disso, depois de um ano o contrato do jovem aprendiz é finalizado e ele é dispensado.

As situações apresentadas pelas entrevistadas são desestimulantes e pode afetar a saúde do trabalhador. Para Moura (1998), o ambiente urbano é hostil e as pessoas convivem com patologias sociais danosa e a questão do trabalho também afeta a vida nas grandes metrópoles e, de certa forma, pode provocar as patologias sociais que induzem as pessoas ao consumo de drogas, ao alcoolismo, à ansiedade e à depressão.

O autor (MOURA, 1998), pesquisou e analisou a evolução do mercado de trabalho brasileiro desde a década de 1980 e o resultado foi desanimador. Segundo a pesquisa, “Na década

de 1990, o Brasil perdeu quase 2,5 milhões de empregos com carteira assinada dos 25,5 milhões que tinha ao final dos anos de 1980” (MOURA, 1998, p. 63).

Observa-se que a pesquisa de Moura (1998) retrata o Brasil do final do século XX, com as mudanças impostas pelo desenvolvimento tecnológico e as políticas econômicas adotadas nas últimas décadas, é preciso entender se o cenário do emprego no século XXI avançou quando comparado com as décadas de 1980 e 1990. Mas, apesar da pesquisa trazer dados nacionais do mercado de trabalho, o foco da investigação é entender a realidade do Distrito Federal.

3.1. O crescimento desordenado do Distrito Federal e seu impacto no mercado de trabalho

A formação do mercado de trabalho urbano no país e em sua Capital está intrinsecamente relacionada à urbanização, à industrialização e à modernização da sociedade que caracterizaram o Brasil da segunda metade do século XX. Tal fato se torna mais explícito porque até a década de 1970 o Distrito Federal ainda estava em processo de construção e estruturação espacial e institucional e, por nascer urbana, a Capital do país passava por um processo de consolidação do trabalho nos setores secundário e terciário. Em relação ao primeiro, considera-se a construção civil como principal atividade geradora de emprego; com relação ao segundo, o serviço público (educação, saúde, segurança e administração pública) e o comércio eram os setores que mais ofertavam oportunidades para os trabalhadores.

No capítulo anterior da pesquisa, deu-se destaque aos trabalhadores que vieram de vários locais do país, principalmente Nordeste, Goiás e Minas Gerais para trabalhar na construção civil e idealizavam uma vida de prosperidade na nova Capital, mas, aos poucos foram se decepcionando. De acordo com Oliveira e Peluso (2022, p. 52) “Para os candangos, a esperança em busca da melhoria na qualidade de vida, a cada dia que se aproximava da inauguração da cidade ia se distanciando, pois já se percebia que a cidade que construíram não era para pertencer a eles”. As palavras dos autores indicam que já germinava na Capital da República a segregação socioespacial e trabalhista. Ainda segundo os autores:

As diferenças existentes, referente ao reconhecimento quanto ao trabalho do candango e dos técnicos e políticos eram enormes [...]. Enquanto o corpo tecnocrático – arquitetos, engenheiros, pesquisadores e políticos – foi exaltado e acolhido nos melhores ambientes da cidade, os operários humildes, que estavam engajados na construção da cidade, que derramaram sangue para erguê-la, foram removidos para as distantes cidades-satélites, logo após a conclusão das obras que lhes foram confiadas no Plano Piloto (OLIVEIRA; PELUSO, 2022, p. 52).

Com isso, fica claro as dificuldades enfrentadas pelos operários nas duas primeiras décadas após a inauguração de Brasília. Esses fatos confrontam os ideais de outros pioneiros,

que não eram os operários e tinham a seguinte visão da nova Capital:

Os trabalhadores, vindos de todos os cantos do País, num movimento semelhante à corrida do ouro na Califórnia e no Alasca, tornaram-se autênticos heróis, foram logo conquistados por esse espírito de luta e de solidariedade e os empreiteiros das obras aderiram ao ritmo fabril de trabalho, atendendo às exigências de prazos, esforços que permitiriam, por exemplo, a construção do Palácio da Alvorada em doze meses (...). O entusiasmo a todos empolgava, sentiam que colaboravam numa obra grandiosa e podiam, assim, enfrentar as dificuldades materiais e humanas e a campanha desatinada dos inconformados. Desse devotamento ao trabalho e desse entusiasmo resultaria um clima de união e amizade logo estabelecido: à noite os amigos se reuniam para conversar e batucar em guitarras e bandolins ou mesmo em copos e garrafas (...). Ao amanhecer os passarinhos enchiam o ar com seus cantos, chamando ao trabalho. Esse ambiente será lembrado por Niemeyer, passados anos: “está vamos naquele a fã de construir. Era todo mundo vestindo igual, comendo nos mesmos lugares. Esqueçamos qual era a vida que a gente teria que levar depois” (VESENTINI, 1986: 111-112).

Ao contrário das demais regiões brasileiras, o trabalho urbano na Capital do país não era constituído por operários fabris, os operários eram da construção e, após várias décadas, esse setor ainda é relevante para o mercado de trabalho. Com a consolidação do Distrito Federal como mais uma das Unidades de Federação, criada para abrigar a Capital do país, Brasília, outros setores econômicos foram se estruturando além da construção civil e do serviço público como, por exemplo, o comércio que se intensificou e se tornou um dos setores econômicos mais importantes da região.

O comércio está inserido no setor terciário, que cresceu muito na segunda metade do século XX. Até a década de 1940, o setor agrícola brasileiro era o que concentrava o maior número de trabalhadores, mas em 1980 a estrutura do emprego por setor passou por mudanças significativas e o setor terciário já superava o setor primário. Assim, é importante entender como as atividades urbanas cresceram nas décadas de 1960, 1970 e 1980, período em que Brasília já era a Capital do país. Veja o quadro 8, quando se compara a estrutura do emprego por setor de atividades no Brasil entre as décadas de 1940 e 1980.

Quadro 8 – Estrutura do emprego por setor no Brasil (1940 – 1980)

Em %	1940	1980
Primário	62,5	30,1
Secundário	11,9	27,8
Terciário	19,3	39,3

Fonte: Pochmann (Ciência & Saúde Coletiva) 2020.

A concentração de trabalhadores no setor terciário não significa que eles se destaquem como mão de obra qualificada, pois este setor também agrega a informalidade que é constituída por pessoas com baixa qualificação profissional. Nas últimas décadas do século XX e início do Século XXI, com o intenso processo de urbanização, o segmento informal vem crescendo muito, principalmente, devido a fragilização das relações de trabalho que afeta de forma mais impactante

os trabalhadores.

Vale ressaltar que o crescimento urbano pode impactar na organização social e espacial e afetar o mercado de trabalho, principalmente, em uma cidade em que as oportunidades de emprego não são tão diversificadas. No Distrito Federal, a maior parte do setor produtivo se concentra no terciário que, geralmente, exige mão de obra mais qualificada ou então, joga o trabalhador para a informalidade.

3.2 Geração X e Y: mudança no perfil dos trabalhadores no Distrito Federal

A tabela 7 mostra a estrutura do emprego por setor de atividade no Brasil até a década de 1980 e, naquela década, o quantitativo de trabalhadores concentrados no setor terciário, praticamente, se equiparava ao setor primário. Neste capítulo, a análise do recorte temporal será a partir da década de 1980 para compreender a importância do incremento do setor terciário para os trabalhadores que residem na Capital do país a partir daquela década. Desse período em diante, outros trabalhadores ganharam importância no setor produtivo. Além dos operários, pessoas escolarizadas que vieram, principalmente, do Rio de Janeiro para trabalhar nos órgãos do serviço público ganharam destaque. Os sujeitos com menor grau de instrução também foram introduzidas no mercado de trabalho.

Conforme foi mencionado no Capítulo 1, da Geração X que reside em Brasília, parcela significativa são os filhos da Geração *Baby boomers*, que vieram para a Capital durante o seu processo de construção e consolidação, muitos eram analfabetos e pretendiam dar aos seus filhos melhores condições de vida, por meio da escolarização e de um bom emprego, de preferência no serviço público. Porém, os *Baby boomers* com maior grau de instrução havia boas oportunidades no mercado de trabalho, em especial, para quem conseguia ser aprovado em concurso.

Uma década após a inauguração da Capital, muitas pessoas que não eram filhos(as) dos pioneiros idealizaram morar em Brasília para prestar concurso e trabalhar no serviço público, alguns alcançaram os seus objetivos e outros não. O fato é que a partir da década de 1980, os trabalhadores do Distrito Federal ganharam novos perfis e a ocupação ficou bem diversificada. E nesse período que a Geração X será inserida no mercado de trabalho.

A análise dos dados contidos no questionário, mostra o perfil dos respondentes e eles corroboram com as informações mencionadas nos dois parágrafos anteriores. Dessa forma, das vinte e cinco pessoas da Geração X que responderam ao questionário, dez nasceram em Brasília, e os demais vieram de diferentes regiões brasileiras.

Os participantes da pesquisa estão empregados e possuem bom nível de escolaridade, sendo que três tem mestrado, nove tem especialização, seis tem graduação, seis possuem o ensino médio completo e apenas um tem o ensino fundamental completo. Quanto as profissões ou cargos que exercem, elas estão descritas no Quadro 9.

Quadro 9 – ocupação dos respondentes da pesquisa (Geração X)

Profissão/Ocupação	Quantidade
Servidor Público (Diversos)	05
Professor	05
Empresário/MEI (Microempreendedor individual)	03
Aposentado(a)	02
Contador	02
Administrador	01
Dentista	01
Engenheiro	01
Representante comercial	01
Segurança	01
Supervisor de telemarketing	01
Técnico de enfermagem	01
Técnico de nutrição	01
TOTAL	25

Fonte: autora, 2023 (Dados da pesquisa)

Os dados da pesquisa indicam que tanto as pessoas que vieram de outros lugares do país quanto as nascidas na Capital, se dedicaram à formação profissional e alcançaram êxito. Diante disso, provavelmente, possuem boa remuneração e nenhum deles se encontra na informalidade.

Na sequência será analisado as respostas do questionário dadas pela Geração Y, pois é importante compreender se a situação profissional desses sujeitos sofreu transformações quando comparadas com a geração anterior.

Entre as pessoas que compõe a Geração Y, vinte e cinco responderam ao questionário, deles nove nasceram em Brasília e dez vieram de outras estados, sendo que um é estrangeiro, seis disseram ser brasileiros(as), provavelmente, também nasceram em Brasília, mas não mencionaram. Dentre os sujeitos que fazem parte desse grupo, dois tem o ensino médio completo,

onze tem graduação, um está cursando o ensino superior, sete são especialistas, três fizeram o mestrado e um possui o título de doutor. Dos vinte e cinco participantes da pesquisa, apenas um respondente se encontra desempregado – estudante –, os demais possuem profissões e cargos diversificados, observe o Quadro 10.

Quadro 10 – Ocupação dos respondentes da pesquisa (Geração Y)

Profissão/Ocupação	Quantidade
Administrador	01
Advogado	01
Analista	01
Arquiteto	01
Biomédica	01
Desenhista Técnico	01
Empresário	01
Engenheiro eletricista	01
Estudante	01
Estagiário	01
Pedagogo	01
Professor	08
Programador	02
Segurança de Patrimônio	01
Servidor Público	02
TOTAL	25

Fonte: autora, 2023 (Dados da pesquisa)

Observando o perfil dos trabalhadores das Gerações X e Y que responderam ao questionário da pesquisa, considera-se que eles se encontram em situação bem privilegiada se comparado com a realidade vivenciada pela maioria dos brasileiros, uma vez que eles apresentam alto grau de qualificação e o índice de desemprego está próximo do zero. É bem provável que a insignificante taxa de desemprego se justifica pela alta qualificação dos respondentes.

No entanto, o universo de respondentes do questionário não contempla a situação de parte significativa dos trabalhadores urbanos no Distrito Federal e no Brasil. Por isso, é importante entender a dinâmica do mercado de trabalho como um todo para que se possa discutir os fatores de realidades tão distintas.

3.3. Discussões a respeito da dinâmica do emprego urbano

Ao analisar a teoria dos circuitos da economia urbana, proposta por Milton Santos na década de 1970, Marina (2012) suscitou reflexões teóricas sobre a urbanização e suas características, principalmente, no que diz respeito ao mercado de trabalho e ao desenvolvimento econômico, indicando que havia uma combinação do crescimento da força de trabalho no meio urbano e uma verdadeira crise do emprego. Para Marina (2012, p. 148):

A partir de meados do século XX, a intensificação do processo de urbanização dos países subdesenvolvidos, caracterizou-se, dentre outros fatores, pelas grandes limitações na capacidade empregatícia por parte de setores intensivos em capital e pela proliferação da pobreza e de uma gama de atividades urbanas de baixa produtividade que acolhiam grande parte da força de trabalho que se multiplicava nas cidades desses países.

É a partir dessa crise do emprego, que não é capaz de absorver a massa de trabalhadores disponíveis nas grandes metrópoles que surge o setor informal. De acordo com Marina (2012, p. 152):

O aparecimento da expressão 'setor informal' é geralmente atribuído ao relatório, do início da década de 1970, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Quênia ('Rapport Kenya', ILO, 1972). Neste são definidas as seguintes características para o setor informal: facilidade de acesso à atividade; utilização de recursos locais; propriedade familiar da empresa; escala de atividade reduzida; uso de técnicas que privilegiam o recurso à mão-de-obra; qualificações adquiridas fora do sistema oficial de formação; e presença de mercados concorrenciais e sem regulamentação.

No decorrer dos anos, o setor informal ganha novos contornos e é visto como forma de precarização das relações de trabalho e gera consequências para o trabalhador que, ao contrário do setor formal, não dá garantias legais e nem segurança de estabilidade no emprego. Destaca-se assim, o crescimento da informalidade nas grandes capitais brasileiras, fruto do crescimento urbano e da grande disponibilidade de mão de obra excedente, presente também no Distrito Federal.

Quanto ao DF, segundo a CODEPLAN (2011) os dados da estrutura do emprego passaram a ser registrados a partir de 1992 e, naquela década, as atividades econômicas eram voltadas essencialmente para o setor de serviços (terciário), o setor de indústria (secundário) era pouco expressivo e absorvia 4,4% dos postos de trabalho, as atividades agropecuárias (primário) eram irrisórias, não alcançava 1% do PIB/DF e eram incluídas nos resultados da pesquisa de "outros setores".

A análise da estrutura da ocupação no Distrito Federal, de acordo com dados da CODEPLAN (2011), na década de 1990, apresentava grande concentração de trabalhadores no serviço público e mostrava uma diferença bem pequena em relação ao setor privado. Esses

números identificam a importância do caráter administrativo da Capital. Observe no Quadro 11 que mostra a estrutura da ocupação do Distrito Federal em 1992.

Quadro 11 – Estrutura da ocupação no Distrito Federal (1992)

OCUPAÇÃO	Em %
Empregadores	3,4
Empregados domésticos	11,8
Autônomos	14,2
Setor Privado	34,3
Setor Público	31,6%
Outros	4,6

Fonte: CODEPLAN, 2011.

Devido ao fluxo migratório, que continuou intenso no Distrito Federal na década de 1990 decorrente das políticas públicas de doação de lotes – as ações do governo local estimularam a vinda de famílias inteiras de várias partes do país –, percebe-se que a estrutura do emprego vai sofrer alterações nas décadas seguintes, mas, o setor terciário permaneceu como principal fonte de ocupação e atraiu grande contingente de trabalhadores da região do entorno o que favoreceu o desenvolvimento da migração pendular²⁹, que será a temática do próximo tópico. O Quadro 12 mostra a concentração de trabalhadores por ocupação, segundo o PDAD/2021.

Quadro 12 – Estrutura da ocupação Distrito Federal (2021)

OCUPAÇÃO	Em %
Empregado setor privado (exceto doméstico)	46,4
Autônomo	22,5
Empregado no setor público	18,4
Empregado doméstico	4,2
Forças armadas/polícia militar/bombeiros	2,7
Dono de negócio familiar	1,9
Empregador	1,9
Profissional liberal (autônomo universitário)	0,5
Estágio remunerado	0,5
Trabalhador sem remuneração	0,5

Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD, 2021.

Quando se analisa o Quadro 13 da estrutura de ocupação do Distrito Federal, observa-se

²⁹ Migração pendular é o deslocamento diário das pessoas para trabalhar ou estudar em uma outra cidade, estado ou país diferente da que elas residem.

que ele se apresenta mais detalhado do que o Quadro 10, que contém os dados de 1992. Mas, é possível observar algumas mudanças significativas, com destaque para a retração da ocupação no setor público, ao incluir as forças armadas, a polícia militar e os bombeiros, tem-se um contingente de 21,1% de trabalhadores. Portanto, houve uma redução de servidores públicos de 10,5% nos últimos 31 anos.

Em relação as demais ocupações, é possível entender que o setor privado e autônomos cresceram, respectivamente, na ordem de 12,1% e 8,3%; houve redução no quadro de empregados domésticos de 7,6% e de empregadores na ordem de 1,5%.

No questionário aplicado durante o processo de investigação da pesquisa³⁰, das sessenta e oito pessoas que o responderam, tem-se os seguintes dados coletados no que se refere à ocupação (Quadro 13).

Quadro 13 – Ocupação (Resultado da pesquisa)

Ocupação	%
Empregado do setor público	41,7
Empregado do setor privado	22,4
Autônomo	14,9
Profissional liberal (advogado, médico, contador etc.)	6,0
Aposentado	3,0
Estágio remunerado/Jovem aprendiz*	6,0
Informal	1,5
MEI – Microempreendedor Individual	1,5
Outros (trabalha no setor público em regime de contrato temporário/não respondeu)	3,0

Fonte: Autora, 2023.

*Lei nº 1097/2000 – Lei da Aprendizagem que estimula órgãos públicos e empresas privadas a contratarem jovens de 14 a 24 anos, bem como pessoas com necessidades especiais, sem limite de idade³¹.

Os dados diferem quanto ao número de pessoas na ocupação do setor público e privado divulgados pelos dados oficiais do governo. Mas, é importante destacar que a pesquisa é apenas um recorte de parte dos trabalhadores do Distrito Federal, provavelmente, ela alcançou um grupo que deve ser constituído por pessoas de maior escolaridade, maior renda em que a maioria está em emprego formal.

No decorrer das discussões, a análise dos dados coletados na pesquisa poderá esclarecer se de fato os sujeitos que responderam ao questionário pertencem as classes sociais mais privilegiadas, no que diz respeito à renda e se eles são predominantemente, servidores públicos.

Além da ocupação, é importante considerar também a distribuição dos trabalhadores por

³⁰ O questionário foi enviado aleatoriamente e em formato online para que fosse possível alcançar um número significativo de pessoas com diferentes ocupações e renda variável.

³¹ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-10/agencia-brasil-explica-como-funciona-o-programa-jovem-aprendiz>. Acesso em 24 ago./2023.

setor de atividade. Segundo o PDAD/2021, tem-se a seguinte distribuição (Quadro 14):

Quadro 14 – Distribuição dos trabalhadores por setor de atividades no Distrito Federal (2021)

ATIVIDADE	Em %
Comércio	18
Educação/Saúde/Serviços sociais	12,2
Administração pública	11,2
Construção Civil	5,9
Serviços por aplicativo	5,4
Serviços domésticos	5,4
Indústria	2,8
Agropecuária	1
Outros Serviços	38,1

Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD, 2021

O Quadro 14 que mostra a distribuição dos trabalhadores por atividade, já inclui uma nova modalidade de trabalho, o serviço por aplicativo – ele será tratado mais adiante – esses trabalhadores, geralmente, exercem suas atividades de forma precária e sem vínculo empregatício o que caracteriza um tipo de atividade informal. O item “Os outros serviços”, mencionados na tabela e não especificados pela CODEPLAN, provavelmente, também, podem incluir trabalhadores informais.

O quadro 14 indica a importância do comércio como gerador de postos de trabalho, observa-se a relevância do setor público como empregador, mostra que a construção civil ainda se destaca como mercado de trabalho e que a indústria e a agropecuária mantêm o perfil como pouco relevantes para economia local na geração de trabalho – assim como em 1992.

No próximo tópico será discutido o impacto da migração pendular da região do Entorno no mercado de trabalho do Distrito Federal.

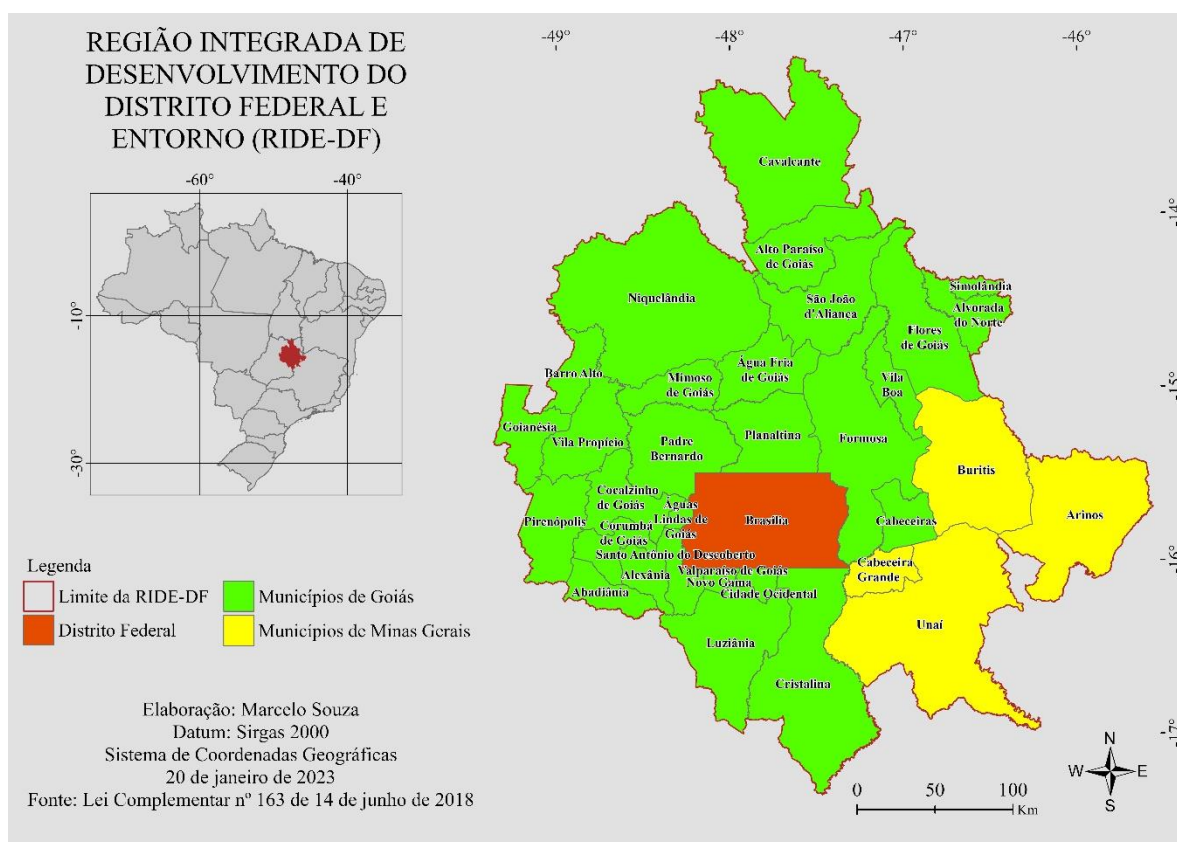
3.4. O Distrito Federal e o fluxo migratório pendular de trabalhadores

Chegada a segunda década do século XXI, o Distrito Federal pode ser considerado laboratório de experiência em planejamento urbano (PAVIANI, 2010), pois apesar do seu planejamento inicial, o polinucleamento urbano continua se expandindo e a metrópole ainda apresenta sérios problemas ligados à questão da moradia o que provoca constantes ocupações irregulares em terras públicas com o surgimento de novos adensamentos demográficos, inclusive

na região do entorno (municípios de Goiás e Minas Gerais).

Devido ao grande crescimento territorial, houve a necessidade de organização e planejamento integrado da região que se configurou com a transferência da capital para o hoje território do Distrito Federal, estabeleceu-se assim a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE)³². O Mapa 1 mostra a RIDE, que é constituída por três estados (Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais).

Mapa 3: Municípios limítrofes do Distrito Federal



Fonte: Marcelo Souza, 2024

O objetivo para a criação da RIDE foi realizar o planejamento do conjunto de serviços públicos comuns a esses entes federados em especial infraestrutura e a criação de empregos, além de minimizar os problemas urbanos com soluções integradas, especialmente nas regiões conurbadas para criar uma grande área urbana. Mas, a RIDE não se configura como uma Região Metropolitana³³.

³² A Constituição de 1988 prevê esses acordos quando houver a formação de aglomerações urbanas envolvendo duas ou mais unidades federativas.

³³ A diferença da RIDE para as Regiões Metropolitanas é que a primeira envolve municípios de estados diferentes,

Brasília se apresenta como o centro polarizador da RIDE e como Metrópole Nacional devido ao seu tamanho, a sua densidade populacional, o seu grau de urbanização e a sua coesão interna da área. A falta de oportunidades de emprego na região do entorno, faz com que parcela significativa de sua população se desloque para o Distrito Federal em busca do acesso ao mercado de trabalho e, também, serviços de saúde e educação.

Parte significativa da Região do Entorno, promove uma migração pendular. Devido aos altos custos das moradias no DF, há grande número de trabalhadores que moram nos municípios limítrofes e trabalham na Capital do país. A importância de citar a RIDE se deve ao fato do enorme contingente de trabalhadores dos municípios goianos que atuam no DF impactarem no mercado de trabalho da Capital do país.

Diante do contexto apresentado, entende-se que expansão territorial do Distrito Federal ultrapassou o “quadrado”³⁴ e englobou a região do entorno, constituído por municípios do estado de Goiás e de Minas Gerais. Esse processo de crescimento desordenado se prolongou e perdura até os dias atuais, promovendo forte pressão no mercado de trabalho, pois a Capital que nasceu com perfil de administração pública se vê com enorme contingente de pessoas – muitas sem qualificação – buscando uma oportunidade de emprego. Assim, sem capacidade de absorver o excesso de contingente de reserva de mão de obra, cresce na Capital do país a informalidade e o desemprego.

A partir das argumentações mencionadas neste subtópico quanto ao crescimento urbano e a sua relação com o mercado de trabalho e seu impacto social na vida das pessoas, faz-se necessário o resgate da teoria crítica urbana, na qual Brenner enfatiza que:

Consequentemente, em circunstâncias contemporâneas, o urbano não pode mais ser visto como um lugar relativamente limitado ou distinto; ao invés, se tornou uma condição planetária generalizada na qual, e através da qual, a acumulação do capital, a regulação da vida política e econômica, a reprodução das relações sociais cotidianas e a contestação das características possíveis do planeta e da humanidade são simultaneamente organizadas e disputadas (BRENNER, 2018, p. 35).

Por isso, é importante ajustar o planejamento urbano às necessidades da população para superar as adversidades vivenciadas cotidianamente, uma vez que parte da sociedade não se beneficia da acumulação do capital, devido à falta de políticas públicas que favoreçam a geração de empregos, o desenvolvimento social e a prosperidade de todos.

É importante salientar que o Distrito Federal, ainda que seja uma das unidades federativas brasileiras, possui uma série de peculiaridades que a difere dos demais estados. Isso ocorre na

enquanto a segunda tem todos os municípios envolvidos dentro do mesmo estado.

³⁴ Expressão carinhosa utilizada pelos moradores para identificar o Distrito Federal.

medida em que o nosso ordenamento jurídico é formado por quatro diferentes espécies de entes, sendo eles: a União, Estados, Municípios e Distrito federal.

Na sequência, a pesquisa irá incluir mais uma variável que constitui um elemento para a análise da teoria crítica urbana, o capital. A partir dessa variável é possível compreender as diversas formas de relações sociais que se manifestam no meio urbano e qual a sua interferência no cotidiano dos trabalhadores.

3.5. O mercado de trabalho urbano que prioriza o capital em detrimento do social

Para compreender o mundo do trabalho atual, é preciso analisar a abordagem sobre os movimentos sociais e urbanos a partir da década de 1970, que se constituem especialmente pela incapacidade do Estado em erradicar a pobreza, pois favoreceu o capital em detrimento ao social. De acordo com Harvey (2007, p. 27), “vivemos em um mundo no qual os direitos de propriedade privada e da taxa lucro se sobrepõe a todas as outras noções de direitos em que se possa pensar”. Dessa maneira, entender que o Brasil passou pelo processo de industrialização pela produção capital-intensivo, poupador de mão de obra e controlado pelos monopólios internacionais, pode justificar a origem de uma população marginal em termos ocupacionais que se concentraram nas maiores aglomerações urbanas.

Segundo Costa (2013) a análise descrita no parágrafo anterior explica que o modelo de industrialização adotada no país nesse período não absorveu a mão de obra disponível e, de forma intencional, criou um setor terciário informal e útil ao processo de acumulação, uma vez que empregava temporariamente e permitia uma reserva de força de trabalho. De acordo com Harvey (2007, p. 17)

Em grande parte do mundo capitalista, as fábricas ou desapareceram ou diminuíram tão drasticamente que se dizimou a classe operária industrial clássica. O trabalho importante e em permanente expansão de criar e manter a vida urbana é cada vez mais realizado por trabalhadores precários, quase sempre em jornadas de meio expediente, desorganizados e com salários irrisórios. O chamado “precarizado” substituiu o “proletariado” tradicional.

As ideias de Harvey em sua obra **Cidades Rebeldes** (2007) mostram como o crescimento desordenado das cidades brasileiras favoreceu o surgimento de um setor terciário de mão de obra barata e precarizada em substituição ao trabalho rural e fabril, em um meio urbano problemático e desigual. Dessa forma, “A urbanização foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos [...]” (HARVEY 2007, p. 30).

O objetivo do exposto é entender a intrínseca relação entre urbanização, precarização das relações de trabalho e a pobreza nas grandes cidades. Harvey (2007, p. 30) argumenta que “O capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir”. Com isso, surge uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização (HARVEY, 2007). E o trabalhador, qual é o seu papel nesse processo? A resposta é dada por Harvey:

[...] o capitalista encara vários obstáculos para manter uma expansão contínua [...]. Se há escassez de mão de obra e os salários são excessivamente altos, então ou o trabalho existente terá de ser disciplinado – desemprego induzido tecnologicamente ou um ataque ao poder organizado da classe operária (como o que foi colocado em prática por Thatcher e Reagan na década de 1980) são dois métodos essenciais (2007, p. 32).

As ideias expostas na citação de Harvey vão de encontro às políticas públicas neoliberais adotadas na atualidade para fragilizar os direitos trabalhistas. No Brasil, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foram conquistadas de forma dura pelos trabalhadores na década de 1940. Naquela época (década de 1940), a classe operária com grande representatividade no mercado de trabalho – devido ao processo de industrialização, crescimento da urbanização e modernização – eram submetidos a situação de exploração e de precárias condições de trabalho nas indústrias.

Depois de setenta anos, os trabalhadores brasileiros podem sofrer o impacto das ações mencionadas por Harvey, em que a tecnologia elimina postos de trabalho e as organizações de classe (sindicatos) se encontram fragilizadas e desacreditadas pelas novas gerações (Y e Z) de trabalhadores.

Na reportagem online **A consolidação das Leis Trabalhistas e os seus 72 anos de história**, no site da **JUSBRASIL** descreve que a Justiça do Trabalho foi criada em 1941 e, dois anos depois, por meio do Decreto Lei nº 4.542, foi criada a CLT. Ela foi sancionada pelo Presidente Getúlio Vargas, no período do Estado Novo, no Dia do Trabalhador, primeiro de maio. A nova lei surgiu a partir de discussões envolvendo direitos e deveres dos trabalhadores, ela foi a forma encontrada para solucionar os conflitos que surgiram ainda no século XIX, com o fim do trabalho escravo, envolvendo empregadores e empregados.

Antes da implantação da CLT, a jornada de trabalho era exaustiva, havia exploração do trabalho feminino e infantil, que recebiam salários bem inferiores em relação ao trabalho masculino. Além de receber salários baixíssimos, os trabalhadores atuavam em locais insalubres que afrontavam a dignidade humana. Com o avanço da mecanização, em que os homens eram substituídos por máquinas, ampliou-se o exército reserva de mão de obra disponível e de desempregados.

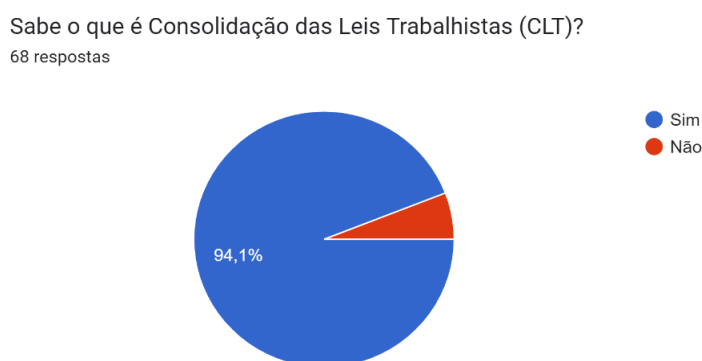
O segundo o site **JUSBRASIL** – em reportagem divulgado em 2015, durante as

discussões para a aprovação da Reforma Trabalhista – a CLT foi um marco por inserir direitos trabalhistas na legislação brasileira e, em reportagem que trata dos setenta e dois anos da CLT, destacam-se as principais conquistas da Lei trabalhista: criação do salário-mínimo; jornada de trabalho de oito horas diárias; repouso semanal remunerado; proibição do trabalho para menores de quatorze anos; remuneração dos dias de feriado; repouso para alimentação, férias remuneradas; adicional de salubridade e periculosidade; fiscalização contra acidentes de trabalho; licença maternidade e, posteriormente, de paternidade; irredutibilidade de salário; estabilidade no emprego após dez anos. No decorrer do tempo, outros benefícios foram acrescentados como, por exemplo o Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS) e décimo terceiro salário. Ainda de acordo com o site **JUSBRASIL**:

Com a Constituição Cidadã de 1988, os trabalhadores passaram a ter direito à multa de 40% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa, adicional de 50% ou 100% na hora extra, adicional de 1/3 sobre o salário nas férias, licença de 120 dias para gestantes e de 5 dias para os pais, jornada ininterrupta de no máximo 6 horas, seguro desemprego e autonomia para criação e funcionamento de sindicatos. Além disso, é regulamentado o aviso prévio por tempo de serviço, podendo chegar a 90 dias, de acordo com o número de anos trabalhados. Essa previsão estava na Constituição Federal (CF/88), mas só em 2011 foi regulamentada (JUSBRASIL, 2015, ONLINE).

As respostas apresentadas no questionário aplicado para a coleta de informações mostram que apenas 5,9 respondentes não conhecem a CLT, sendo que quatro são da Geração Z, e um da Geração Y, respondeu que não sabe, porém, informou ser contratado como celetista. Observe o gráfico 5.

Gráfico 8 – Pessoas que conhecem a CLT



Fonte: Sousa, 2023 (Google Forms).

Não é apenas a CLT que regula as relações de trabalho, pois a Consolidação das Leis do Trabalho ampara o trabalhador do setor privado. Mas, quanto ao serviço público, a legislação é

outra. A nível Federal, tem-se a Lei nº 8.112 de dezembro de 1990, a “Lei institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais” (BRASIL, 1990).

Além do CLT e da Lei 8.112/1990, cada estado brasileiro tem o seu regime jurídico que regula as leis trabalhistas dentro do serviço público. No Distrito Federal, os servidores públicos têm a Lei nº 840 de dezembro de 2011. Esta Lei Complementar institui o regime jurídico dos servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional e dos órgãos relativamente autônomos do Distrito Federal. O Quadro 15 mostra a distribuição dos trabalhadores no Distrito Federal entre o serviço público federal e estadual/distrital.

Quadro 15 – Área de atuação dos servidores públicos do Distrito Federal em 2021

ÁREA	Em %
Estadual/Distrital	50,1
Federal	46,5
*Municipal	3,4

Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD, 2021

* Servidores que atuam no serviço público da Região do Entorno.

Desde a década de 1990, houve uma intensificação da terceirização dos trabalhadores no serviço público ou mudança de regime de contratação do empregado, principalmente nas empresas administração pública indireta³⁵, em que os contratos de trabalho são regidos à modalidade da CLT. Assim, o Quadro 16 mostra a modalidade de contratação dos servidores que atuam no setor público.

Quadro 16 – Modalidade de contratação dos trabalhadores no setor público no Distrito Federal em 2021

MODALIDADE	Em %
Estatutário	67,8
Carteira de Trabalho (CLT)	20,4
Contrato de Trabalho	9,2
Empregado em comissão	2,6

Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD, 2021

³⁵ A administração pública indireta é composta por entidades administrativas e, por isso, prestam serviço de forma descentralizada, podemos citar como exemplo, Autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedade de economia mista. Disponível em: <https://www.todapolitica.com/administracao-direta-indireta/>. Acesso em 02 abr./2023.

Observe no Quadro 16 que o serviço público, também apresenta outras formas de contratação além da Lei 8.112/1990, da Lei 840/2011 e da CLT. Muitos trabalhadores prestam serviço aos órgãos públicos por meio de Contrato de Trabalho, sem vínculo empregatício, pois são trabalhadores que atuam por tempo determinado e, ao final do contrato, eles são dispensados. Esses trabalhadores fazem processo seletivo simplificado ou ainda por meio de concurso de contrato temporário. Os contratos de trabalho podem ser renovados, desde que esses trabalhadores passem por um novo processo seletivo. A outra forma de ingressar no serviço público é por meio de indicação política. Esses empregados exercem cargos em comissão e, geralmente, podem perder a sua função gratificada se o seu apadrinhado perder o cargo político.

A Lei 8.112/1990 e a Lei 840/2011 que estabelece direitos e deveres aos servidores públicos federais e distritais quebra a unidade corporativa entre trabalhadores dos diferentes segmentos público e privado, pois, para os trabalhadores do setor privado os servidores públicos possuem mais direitos do que deveres, provavelmente, pela falsa impressão de que os salários do setor público sejam mais elevados e de que os servidores possuem mais garantias que os demais trabalhadores como, por exemplo, a estabilidade. O servidor público, só pode ser demitido mediante falta grave, após passar por processo administrativo. No entanto, conforme exposto no Quadro 15, há um quantitativo de 32,2% de servidores públicos que não possuem estabilidade, pois não são estatutários³⁶.

Dos dez jovens entrevistados que constituem a Geração Z, oito argumentaram que a estabilidade é o principal atrativo nos empregos públicos. Dessa forma, a maioria afirmou querer trabalhar no serviço público devido a estabilidade.

Entretanto, a suposta estabilidade do servidor público, o impede de ter benefícios dos trabalhadores do setor privado como, por exemplo, o Fundo de Garantias por Tempo de Serviço (FGTS). Dessa maneira, os direitos e deveres dos setores público e privado se equiparam, há garantias do setor privado que não são estendidas para o serviço público e vice-versa.

Os trabalhadores que constituem o grupo da Geração X, conviveram com o período em que a CLT dava ao empregado a sensação de segurança e estabilidade e, a lei era sempre contestada pelos empregadores, tanto que parte dela foi revogada. Apesar da década de 1980 ter sido marcada por constantes crises econômicas que alcançaram a década de 1990, pouco se falava em mudanças na Lei Trabalhista Brasileira. A geração X, acreditou na liberdade e na estabilidade financeira, por isso, no Distrito Federal, os que possuíam escolaridade, buscavam uma

³⁶ Pessoa legalmente investida em cargo público, conforme estabelecido no art. 2º do Estatuto da Lei nº 8.112/1990. O Governo do Distrito Federal segue a regra.

oportunidade no serviço público ou empregos estáveis na iniciativa privada.

Mas, a realidade vivenciada pela geração X se transformou nas últimas décadas e o mercado de trabalho passou por um novo ciclo. Segundo Ciccolella e Mignaqui (2009), no decorrer do tempo, o processo de acumulação capitalista no meio urbano sofre mudanças, que afetaram o mundo do trabalho. Dessa forma, percebe-se um processo de desestruturação-reestruturação no modelo de produção, circulação, consumo e transformação da base econômica, na qual o desenvolvimento dos serviços avançados (que utilizam as novas tecnologias) configuram como a maior tendência.

La estructura y morfología metropolitanas tienden a ser regeneradas, luego de un proceso dialéctico de desestructuración-reestructuración a partir del nuevo régimen de acumulación y particularmente de su nuevo modelo de producción-circulación-consumo y de la transformación de su base económica (CICCOLELLA; MIGNAQUI, 2009, p. 36)

Para Ciccolella e Mignaqui (2009), com suas particularidades e complexidades, o contexto dominante das transformações mencionadas no parágrafo anterior estão permitindo uma maior fluidez do capital, com maior liberdade de ação. Logo, a maior expressão dessa tendência de instrumentos de segregação no meio urbano é o processo de transformação do trabalho por meio do avanço tecnológico, no qual as novas etapas de concentração metropolitana favorecem o desenvolvimento dos serviços avançados (serviços por aplicativos)³⁷. É possível que o desejo de ser empreendedor, não permite ao trabalhador que enxergue o serviço que exerce como precarizado. Para Brenner:

As cidades capitalistas não são apenas locais estratégicos de acumulação de capital; elas também são arenas em que os conflitos e contradições associadas a estratégias específicas de acumulação são histórica e geograficamente combatidos. Como tal, as cidades capitalistas vêm servindo há muito tempo como espaços vislumbre da acumulação e, de fato, se mobilizam para criar alternativas à reprodução do próprio capitalismo, incluindo os modelos de urbanização lucrativa e a implacável mercantilização da vida social (2018, p. 40).

As grandes cidades capitalistas brasileiras, como Brasília, se configuram como locais de contradição para a acumulação de capitais, na qual, como dito na citação, a mercantilização da vida social implacável afeta diretamente os trabalhadores. Nas grandes metrópoles, percebe-se as desigualdades entre os vários tipos de empregos. Se, por um lado, a capital do país se apresenta como a que possui a maior renda per capita, por outro lado, há uma grande massa de excluídos que sobrevivem de trabalhos precários e informais.

3.6. Economia compartilhada: forma alternativa de emprego ou pauperização das relações

³⁷ Esse tema será tratado no próximo capítulo.

de trabalho?

Dentro dessas novas propostas de mercado de trabalho, destaca-se a economia compartilhada que segundo Bezerra (2019) é um novo modelo que sugere a colaboração entre pessoas, produtos e serviços de diversas atividades que possam ser monetarizados e comercializados online. Pode-se citar como exemplos desse modelo de economia as plataformas Uber³⁸ e Airbnb³⁹. Bezerra (2019) as define (Uber e Airbnb) como empresas majoritariamente tecnológicas e de serviços colaborativos.

É preciso considerar, no entanto, que esses serviços colaborativos podem ser uma armadilha para os trabalhadores, uma vez que levanta questões acerca de sérias violações aos direitos fundamentais dos prestadores de serviço, principalmente os direitos trabalhistas (BEZERRA, 2019).

De acordo com Caldas (2020, p. 62-63):

A Economia compartilhada é a promessa de um futuro glorioso no qual cada indivíduo se torna um microempreendedor, tendo a “liberdade” de trabalhar com o que quiser e quando bem entender, entretanto, tais práticas apresentam-se mais como uma nova forma de apropriação dos lucros pelos grandes investidores e corporações, restando às pessoas que colaboram nessa relação, apenas contribuir com seu patrimônio e trabalho, do que a falaciosa ideia do trabalhador independente.

Para Caldas (2020) os conflitos na seara trabalhista, consideram que a forma de intermediar a mão de obra adotada pela Uber, por exemplo, pode configurar uma ferramenta de precarização dos seus motoristas e parceiros. Diante dessa realidade, o modus operandi dessas plataformas de prestação de serviços, pode transformar os trabalhadores em eternos *freelancers*, a partir daí a utilização do termo de uberização da economia e do trabalho para caracterizar a precarização dessa mão de obra (CALDAS, 2020).

Guimarães e Cunha (2021) argumentam que quando são acusados de precarização, as plataformas de transporte alegam que os trabalhadores são apenas usuários que utilizam seus aplicativos digitais para conectar com os clientes, portanto, não há vínculo empregatício e nenhum direito trabalhista.

A recusa da condição de empregador como estratégia de gestão e controle de trabalho é um fenômeno praticado há décadas, porém, a utilização das TIC por plataformas e aplicativos vem potencializando exponencialmente esse processo. Isso ocorre tanto quando o discurso empresarial propaga a narrativa de que os trabalhadores/as seriam os seus clientes (e, portanto, desprovidos de relações de trabalho efetivos), quando se

³⁸ A empresa Uber se autodenomina como uma plataforma de serviços de transporte individual privado intermediado por tecnologia (BEZERRA, 2019).

³⁹ É uma plataforma de aluguel de hospedagem na qual qualquer pessoa pode disponibilizar acomodações ao redor do mundo. Fonte: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/economia-compartilhada-como-empreender-com-novas-formas-de-trabalho,dc8999f7185bd710VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em 30 mar./2023.

utiliza destas ferramentas de processo e transmissão de dados para subordinar, sujeitar e ampliar os níveis de exploração da força de trabalho (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020, p. 29).

No questionário, perguntou-se se os respondentes tinham o conhecimento do termo de uberização do trabalho. O gráfico 9 mostra que a maioria conhece o significado da palavra.

Gráfico 9. Participantes na pesquisa que conhecem o termo Uberização



Fonte: Sousa, 2023 (Google Forms).

Apesar do conceito de uberização não ser de conhecimento de parcela dos participantes que responderam ao questionário, os que tem conhecimento associam o termo à informalidade. Observe o Gráfico 10.

Gráfico 10 - Uberização e a informalidade



Fonte: Sousa, 2023 (Google Forms).

Se o trabalhador não possui segurança jurídica em sua relação com o empregador, mesmo que ele seja um aplicativo e o retorno financeiro é insuficiente para atender às suas necessidades básicas, pode-se considerar o emprego como informalidade e exploração de sua força de trabalho.

A Reforma Trabalhista sancionada pela Lei 13.467 de julho de 2017, favoreceu a precarização das relações de trabalho, apesar de que essa fragilização dos direitos trabalhistas seja uma tendência desde a década de 1970, a partir da reestruturação do sistema Capitalista.

Esse processo de precarização ocorre como consequência de uma reestruturação do Sistema Capitalista, que teve início na década de 1970 após a crise estrutural do sistema que atingiu a economia de diversos países, e suas características principais são a flexibilização das relações de trabalho e a desregulamentação das leis trabalhistas. Nesse contexto a dinâmica do trabalho é alterada e, com o intuito de baratear os custos de produção e obter maiores lucros, os capitalistas passam a defender e fazer uso das novas modalidades de trabalho, marcados pela instabilidade e precariedade para o trabalhador, tais como o trabalho informal e o trabalho terceirizado. (COELHO; SCRAMIM, 2018, p. 249).

Diante das análises apresentadas por pesquisadores que indicam os prejuízos nas relações de trabalho, é preciso entender as contraposições em relação às plataformas de aplicativos digitais que disponibilizam formas alternativas de emprego. Em reportagem sobre economia compartilhada, o SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, defende que as gerações mais jovens Y ou *Millenius* e a Z, já estão inseridas neste contexto e não tem dúvidas quanto aos benefícios da economia compartilhada.

O SEBRAE, ainda argumenta que as novas gerações pensam diferente de seus pais, que sonhavam tirar a carteira de habilitação, adquirir um carro ou juntar dinheiro para a conquista da casa própria. As Gerações Y e Z, querem andar de carro, viajar e ter onde morar de maneira prática, pagando apenas pelos serviços. Mas, o resultado das entrevistas, mostra uma opinião diferente da apresentada pelo SEBRAE. Os jovens da Geração Z entrevistados, todos desconheciam o que era Economia Compartilhada e quando foi explicado para eles o significado, eles foram unânimes em responder que era uma forma de precarização das relações de trabalho.

Assim, o capítulo apresentou discussões que envolvem o processo de transformação decorrentes da industrialização e modernização da sociedade brasileira, tendo como o recorte espacial de referência as grandes capitais; a partir da teoria crítica urbana que envolve uma análise das relações de poder, da desigualdade, das injustiças e da exploração existentes nas grandes metrópoles brasileiras provocadas pelo capital acumulativo.

No próximo capítulo, as discussões que envolvem as relações de trabalho no meio urbano alcançam o século XXI. A partir desse período, o desenvolvimento das novas tecnologias, o advento das plataformas digitais e da inteligência artificial promoveram transformações no trabalho e vem influenciando as novas gerações em suas percepções em relação ao emprego.

CAPÍTULO 4

AS DIFERENTES FORMAS DAS GERAÇÕES X, Y E Z VISLUMBRAREM A ESTRUTURA DO EMPREGO NO BRASIL

A presente versão “liquefeita”, “fluída”, dispersa, espalhada e desregulada da modernidade pode não implicar em divórcio e ruptura final da comunicação, mas anuncia o advento do capitalismo leve e flutuante, marcado pelo *desengajamento* e enfraquecimento dos laços que predem o capital ao trabalho.

Baumann (2000, p. 187)

No Brasil, a precariedade das relações de trabalho são traços marcantes de uma sociedade de passado escravista. Mesmo os períodos de desenvolvimento econômico não foram suficientes para que contingentes significativos de forças produtivas conquistassem condições dignas de vida (PINHEIRO, ET AL, 2016).

Com isso, independente do crescimento econômico, a queda na renda dos trabalhadores tem comprometido a qualidade de vida. As mudanças na gestão do trabalho que germinou desde a década de 1970 e do modelo econômico a partir da década de 1990 tem contribuído para a pauperização dos empregos. Dessa forma, a renda dos trabalhadores não lhes permite direitos essenciais como saúde, educação e moradia de qualidade. Para Pinheiro et al (2016, p. 8):

O resultado é uma redução generalizada dos salários, aumento do número de pessoas pobres, ampliação das taxas de desemprego aberto, proliferação de formas atípicas de contratação, informalização, terceirização de atividades produtivas e reprodução em escala ainda mais ampliada do exército de trabalhadores em atividades de subsistência urbana. Houve ainda um aumento significativo da fragmentação da classe trabalhadora, fraturada tanto em razão das diferentes formas de inserção no mundo do trabalho quanto em razão das disparidades remuneratórias, com variações regionais relevantes internamente. Este cenário colocou em risco as condições objetivas de existência de massas de trabalhadores submetidos a um processo contínuo de pauperização.

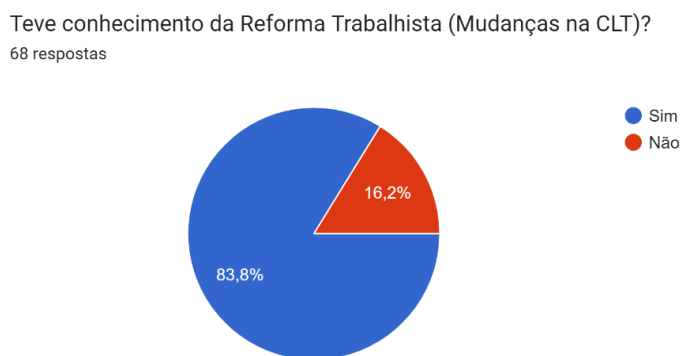
A desvalorização do trabalhador é contínua e, desde a Reforma Trabalhista de 2017 – que foi utilizada como forma de combater o desemprego – ela cresce. Ao contrário do que prometeu, a reforma acentuou mais ainda as desigualdades no emprego sem, no entanto, gerar novos postos de trabalhos. A Lei nº 13.467/2017 promoveu alterações na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), com o objetivo de flexibilizar as relações entre empregador e empregado. Ao trazer mais de 100 mudanças, a lei afetou os contratos de trabalho.

Diante do exposto no parágrafo anterior, a pesquisa perguntou aos participantes que responderam ao questionário a opinião em relação à Nova Lei. O objetivo é entender o que os trabalhadores brasileiros pensam a respeito das diversas alterações que tem ocorrido nas relações

entre empregador e empregado. Assim, faz-se necessário analisar como o trabalhador do século XXI, em tempos de grande fluidez e flexibilização, encara o mundo do trabalho.

O questionário⁴⁰ perguntou aos respondentes se eles tinham conhecimento ou não a Reforma trabalhista de 2017, 83,8% disse que sim e 16,2% responderam que não. O resultado está exposto no Gráfico 11.

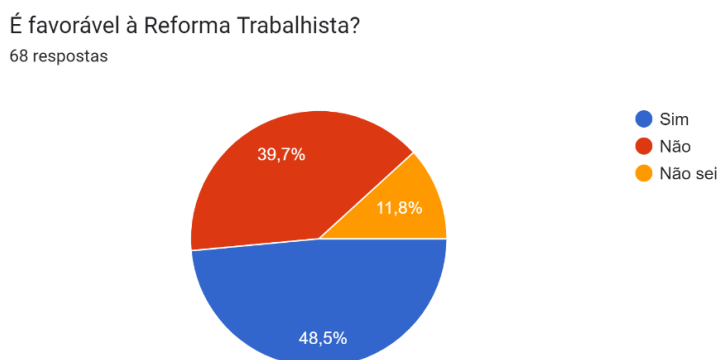
Gráfico 11 – Pessoas que tiveram ou não conhecimento da Reforma Trabalhista



Fonte: Sousa, 2023 (Google Forms).

O questionário também trouxe como pergunta se as pessoas eram favoráveis ou não à Lei nº 13.467/2017, que trata da Reforma Trabalhista. A resposta foi surpreendente, pois 48,5%, quase metade dos respondentes, concordaram com a nova lei; 39,7% foram contrários e 11,8% não souberam responder, Gráfico 12.

Gráfico 12. Pessoas que apoiam a Reforma Trabalhista



Fonte: Sousa, 2023 (Google Forms)

⁴⁰ Os gráficos mostram as repostas do questionário e ele foi respondido por sujeitos das diferentes gerações (Baby boomers, X, Y e Z). O capítulo apresentará, também o resultado das entrevistas com jovens da Geração Z.

Ao analisar o quadro (disponível no anexo) com as respostas, observa-se que dentre os trabalhadores que responderam ao questionário e apoiaram a Nova Lei, 24,62% não foram afetados por ela, 17,91% são servidores públicos e, apenas 5,97% são celetistas. Portanto, o resultado indica que os profissionais que foram diretamente afetados pela reforma não a apoiam.

O site da empresa de advocacia **Nicoli Sociedade de Advogados**⁴¹ mostra algumas das principais mudanças na lei, são elas:

- **Férias:** a partir da reforma é possível dividi-las em até três vezes.

- **Banco de horas:** mantem-se as regras da jornada de trabalho anterior, com a possibilidade de até 2 horas extras diárias. Em relação às horas extras, o empregador pode optar entre realizar o pagamento adicional ou adotar o banco de horas, desde que haja um acordo individual escrito com o trabalhador. Essas horas podem compensar atrasos, faltas não justificadas ou transformar em horas de descanso caso a compensação não seja realizada em até seis meses, ela deve ser paga em dinheiro;

- **Acordo trabalhista para demissão:** o acordo entre empregado e empregador não é novidade, mas só foi tratada na reforma. A nova lei estabelece o distrato, que pode ocorrer tanto por iniciativa do empregado quanto do empregador, quando a solicitação for de iniciativa do empregado, ele perde o direito ao seguro-desemprego;

- **Contribuição sindical:** essa contribuição passou a ser opcional, o desconto só pode ocorrer com a autorização expressa do trabalhador;

- **Intervalo intrajornada:** antes da reforma, ele deveria ser de no mínimo uma hora e no máximo duas horas, quando a jornada de trabalho era superior a seis horas. A mudança permite que intervalo seja reduzido para trinta minutos no mínimo, desde que haja acordo com o trabalhador;

- **Teletrabalho:** essa é uma inovação que não havia na CLT. A reforma regulamentou o *home office* que permite ao empregado cumprir a sua jornada de trabalho fora do ambiente físico da empresa;

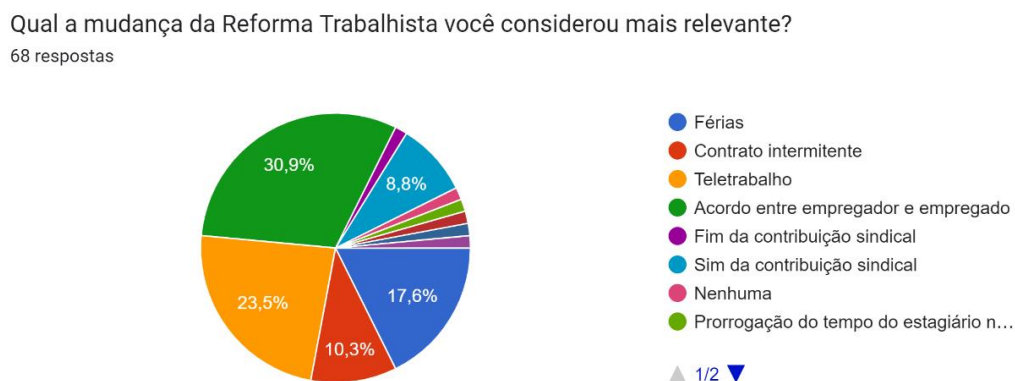
- **Insalubridade e gestantes:** nas atividades de insalubridade máxima (quando o trabalhador é exposto a substâncias capazes de causar danos à saúde física e mental) é obrigatório o afastamento da gestante, depois da reforma, a lei abriu exceção para as mulheres que desejarem continuar trabalhando;

- **Trabalho intermitente:** antes da reforma não havia regulamentação, agora ele foi instituído com regras claras.

⁴¹ Disponível em: <https://nicoliadvogados.adv.br/direito-trabalhista/reforma-trabalhista/>. Acesso em: 23 fev./2023.

A análise das principais mudanças apresentadas na Lei nº 13.467/17, pode esclarecer o motivo pelo qual quase metade das pessoas que responderam ao questionário ser a favor da reforma, talvez acreditem que ao flexibilizar as leis, elas foram positivas para os trabalhadores. O gráfico 13, mostra o resultado do questionário.

Gráfico 13. Descrição dos pontos mais relevantes da Reforma Trabalhista



Fonte: Sousa, 2023 (Google Forms).

No gráfico não aparece as descrições de sem conhecimento (cor vinho) 1,5%, todas anteriores (cor azul) 1,5% e nenhum dos tópicos foi relevante (cor lilás) 1,5%. Ao interpretar o Gráfico, é possível considerar que o apoio dado à Reforma está relacionado à possibilidade de acordo entre empregador e empregado (30,9%), o teletrabalho (23,5%), a possibilidade de dividir o período de férias (17,6%), a inclusão do contrato intermitente de trabalho (10,3%) e o fim da contribuição sindical (8,8%). No entanto, como mencionado anteriormente, os sujeitos que responderam ao questionário que acreditam que as reformas foram favoráveis aos trabalhadores, não são regidos pela CLT e a maioria trabalha como autônomo. Além disso, é importante destacar a força da mídia em defesa da reforma com divulgações massivas o que, provavelmente, impactou na opinião pública.

As mudanças ocorreram quando as discussões envolvendo os vários segmentos da sociedade, incluindo especialistas em leis trabalhistas, advogados, meios de comunicação, empresas, empregados começaram questionar se a CLT se adequava às mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho, devido aos avanços tecnológicos. Além disso, as narrativas difundidas na imprensa consideravam que as leis trabalhistas brasileiras inibiam a geração de novos postos de trabalho, pois onerava muito a folha de pagamento das empresas.

As discussões relacionadas à Reforma Trabalhista deixaram evidentes outra

característica importante que afeta a vida das pessoas que buscam uma oportunidade de emprego, trata-se das relações de trabalho influenciadas pelo uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC's). Um exemplo significativo é o uso das plataformas digitais, que criam no trabalhador a esperança de formas alternativas de emprego. A questão foi tratada no capítulo anterior.

O livro **Modernidade Líquida** (BAUMANN, 2000) traz discussões que retratam o modelo de sociedade do século XXI, por meio dos capítulos que tratam do tempo e do trabalho, é possível fazer a análise das ideias do autor. Elas são importantes para referendar a compreensão e contextualização da realidade da Geração Z e os seus objetivos profissionais diante do mundo do trabalho.

Baumann (2000, p. 184) considera que a mentalidade do sujeito das gerações anteriores à década de 1980 era de “longo prazo”, que se constituía em uma expectativa nascida da experiência, e de repetida corroboração dessa experiência. Esse período tinha por característica sindicatos fortes, garantidores do Estado de bem-estar social e grandes corporações que produziam em larga escala. Essas características se combinavam e davam a sensação da estabilidade relativa. Segundo Baumann (2000, p. 184), os sindicatos e as corporações “para o bem e para o mal, estavam unidos por dependência mútua”.

A descrição retratada por Baumann no parágrafo anterior, identifica os ideais das Gerações *Baby boomers* e X. Na segunda década da inauguração de Brasília, os filhos dos imigrantes que vieram de outras regiões do Brasil acreditavam que na capital essa estabilidade era possível, não por meio do emprego privado em grandes corporações industriais, mas, por meio do emprego público.

Entretanto, os diversos meios de comunicação impresso e digital argumentam que o perfil dos trabalhadores vem passando por um processo de transformação e as gerações Y e Z, provavelmente, não apresentam os mesmos ideais em relação à carreira profissional e ao emprego como os sujeitos que constituem o grupo da geração X. Ao acessar sites que tratam de educação ou de recursos humanos, é possível entender como eles tratam essas gerações como, por exemplo, a **Revista Quero Bolsa online**. A revista faz uma leitura a respeito da geração Y, por exemplo, que conviveu com a velocidade da informação e da globalização e são mais flexíveis com as mudanças constantes, estão conectados o tempo todo e questionam os parâmetros das gerações anteriores.

Os sujeitos da geração Z são os nativos digitais e não tem, em sua maioria, vivência sem a internet e as tecnologias recentes. Eles são ativistas engajados, que se preocupam com questões

de identidade e de gênero e costumam discutir tabus das gerações anteriores, provavelmente, esses jovens idealizam empregos mais ligados às tecnologias e às redes sociais; são adeptos da sociedade da exposição (HAN, 2017), sem maiores preocupações com vínculos empregatícios ou estabilidade. Para Han (2017, p. 28)

O valor expositivo constitui a essência do perfeito capitalismo e não pode ser reduzido à contraposição marxiana entre o valor de uso e valor de troca. Não é um valor de uso porque está afastado da esfera do uso; tampouco é um valor de troca porque não reflete qualquer força de trabalho. Deve-se unicamente à produção do chamar atenção.

Segundo essas empresas de recursos humanos e a mídia tradicional, para a geração Z o emprego perfeito, provavelmente, está nas plataformas digitais por ser o que dá visibilidade e permite muitas *likes*. Na era do *Instagram*, *Facebook* e do *photoshop* o semblante humano se transformou em *face*, que se esgota totalmente em seu valor expositivo. Logo, a *face* é o rosto exposto, a forma de mercadoria do semblante humano (HAN, 2017). Entende-se que a juventude da geração Z convive com novas formas de trabalho disponíveis nas redes sociais como: *youtuber*, *digital influencer* ou *blogueiros*. As novas atividades se multiplicam e atraem esses jovens (SOUSA, 2021).

O mundo do trabalho disponível nas plataformas digitais faz com que o excesso de exposição transforme tudo em mercadoria que está à mercê da corrosão imediata, sem qualquer mistério. Diante disso, a economia capitalista submete tudo à coação expositiva, é só a encenação positiva que gera valor, deixando de lado todo e qualquer crescimento próprio das coisas (HAN, 2017).

A partir do que foi exposto, é possível ressaltar que “as redes sociais têm proporcionado grandes oportunidades para os jovens que desejam arriscar pelos caminhos do empreendedorismo. Tem-se como exemplo, a multiplicação das lojas virtuais no *Facebook* e no *Instagram*” (SOUSA, 2021, p. 14). Portanto, provavelmente, é essa nova dinâmica do trabalho que gera expectativas de sucesso para a geração Z.

Diante do contexto apresentado, pode-se considerar que o novo ambiente de trabalho com o qual se depararam as gerações Y e Z e, com maior intensidade a Geração Z difere muito do mundo do trabalho vivenciado pela Geração X. Em reportagem disponível no site da empresa **T2 Arquitetura, Engenharia Corporativa**, ela descreve que uma das grandes diferenças dos profissionais da Geração X e das Gerações Y e Z é a valorização da estabilidade, provavelmente, a diferença pode estar, também, relacionada com a legislação trabalhista e suas mudanças. Porém, é preciso analisar o que pensa os jovens entrevistados durante a pesquisa, que será apresentado no próximo tópico.

4.1. O mundo do trabalho para a Geração Z apontada nas entrevistas

Como foi descrito na metodologia do trabalho, a pesquisa entrevistou 10 jovens com idades entre 17 e 28 anos, que representam a Geração Z e foram divididos de acordo com a renda familiar. O primeiro grupo apresenta os jovens com renda acima de cinco salários-mínimos e o segundo grupo se constitui de pessoas com renda familiar de até cinco salários-mínimos. O tópico irá mostrar como pensa cada um desse grupo de jovens em relação ao mercado de trabalho. Os entrevistados serão identificados por letras que estão descritas no Capítulo 2, Quadro 5 (Sujeitos com renda familiar superior a 5 salários-mínimos), identificados pelas letras A, B, C, D e E, e Quadro 6 (sujeitos com renda familiar de até 5 salários-mínimos), identificados pelas letras F, G, H, I, J.

A entrevistada **A** tem vinte e três anos é estudante de psicologia, não trabalha e não faz estágio. Ela ainda mora com a mãe e o padrasto, a família possui uma renda média familiar de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), a mãe é comerciária e o pai policial civil do estado de Goiás, os pais são separados. A escolha do curso foi pela vontade de interagir; argumenta que gosta do contato com as pessoas, de ouvi-las e entender os seus problemas. A jovem disse que se identifica muito com curso escolhido e quer atuar em clínicas que podem ser tanto públicas quanto privadas. Considera que o setor privado oferece maiores oportunidades de emprego, mas a estabilidade e os salários do setor público são mais atrativos. Não tem interesse em ser profissional liberal ou autônoma.

B tem vinte e dois anos, cursa Ciências Contábeis e já está atuando no mercado de trabalho (setor privado), ele começou como estagiário e a empresa o contratou. O jovem recebe um salário mensal de aproximadamente R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), mora com a mãe e o salário mensal dela como servidora pública (professora aposentada) é de R\$ 11.000,00 (onze mil reais). A escolha do curso está relacionada à afinidade com a área de estudo. O jovem idealizava trabalhar no setor privado, mas mudou de ideia e pretende passar em um concurso público e ser servidor, pois considera que é emprego estável, o que pode evitar preocupações futuras com questões de empregabilidade.

Os entrevistados **C** e **D** ainda estão em fase de conclusão do ensino médio, por isso, as perspectivas dos adolescentes de 17 anos quanto ao seu projeto de vida, serão apresentados no próximo Capítulo 5, “**Por uma educação voltada para a Geração Z e o seu projeto de vida**”.

O sujeito **E**, de vinte e quatro anos, passou recentemente em um concurso público para bombeiro no estado de Goiás, ele iniciou o curso de formação e está em processo de mudança,

mas ainda mora com a mãe, cuja renda mensal como professora aposentada da rede pública do Distrito Federal é de R\$ 11.000,00. A história do jovem difere dos demais entrevistados, pois ele estudou o ensino médio em uma escola particular e a mãe desejava vê-lo cursar uma graduação em uma universidade pública. Mas, o jovem não tinha os mesmos planos que a sua mãe, pretendia cursar aviação civil – provavelmente, porque a família viaja muito, inclusive para o exterior.

O jovem **E** fez um curso de tecnólogo em aviação civil em uma faculdade particular e, ao concluir, procurou um emprego em uma empresa de aviação aérea. O rapaz imaginava que iria trabalhar e com o salário, poderia pagar um curso de piloto – o curso de tecnólogo não permite a ele ser um piloto de aviação civil – para tirar o brevê, que é o certificado que dá licença e competência ao piloto para que ele possa operar aeronaves. Mas, mesmo tendo uma boa renda, a mãe (solo) não conseguiu pagar para o filho adquirir a licença, devido aos altos custos para tirar o certificado, e o pai também não tinha renda suficiente para realizar o sonho do filho.

O jovem trabalhou por três anos em uma empresa de aviação aérea e se decepcionou com a realidade da profissão escolhida. O salário como atendente era baixo e insuficiente para realizar o sonho de ser piloto, além disso, ele observou que os seus primos fizeram suas graduações em universidades públicas, haviam passados em concursos públicos que ofereciam bons salários, tinham empregos estáveis e uma vida confortável. Essa era a vida que ele desejava. Atualmente considera que emprego ideal é o que paga bem e permite uma vida de conforto e bem-estar social. Dessa forma, mesmo preferindo trabalhar no setor privado, ele (**E**) se dedicou aos estudos para passar em um concurso público para quem sabe, no futuro, realizar o seu desejo de ser piloto.

O grupo seguinte tem como perfil socioeconômico uma renda familiar abaixo dos cinco salários-mínimos e quando se analisa os objetivos profissionais deles, entende-se que são projetos de vida um pouco diferentes, provavelmente, devido as condições econômicas e o lugar de vivência que não geram grandes expectativas futuras para esses jovens.

O entrevistado **F** tem dezoito anos, terminou o ensino médio recentemente e mora com a mãe, que atua como diarista e tem uma renda média de um salário-mínimo. O jovem se encaixa no perfil Nem Nem – nem estuda e nem trabalha. Ele não tem pretensões de cursar nível superior, para **F**, isso não é prioridade. Dialogando com o rapaz, percebe-se que ele está confuso quanto ao seu futuro profissional. Ele argumenta que para a profissão que pretende seguir (*influencer* digital) não precisa de estudos, basta entender de tecnologia e ele aprende sozinho.

O jovem disse pesquisar o mercado de trabalho e sabe que ele é volátil, que não tem intensão de ser empregado. O seu objetivo é ser autônomo e prestar serviços para empresas públicas ou privadas. Para ele (**F**), mesmo sem a estabilidade de um emprego público a alta renda

que irá conquistar compensa a insegurança de não ter um emprego formal – acredita que terá uma renda em torno de sete a onze mil reais, e pode chegar a valores bem mais altos. Ele sonha em montar a sua própria empresa.

Outra jovem de baixa renda a ser entrevistada foi **G**, ela tem vinte e dois anos, é comerciária e atua em uma empresa na qual recebe um salário-mínimo, ainda mora com os pais e a renda familiar não alcança os cinco salários-mínimos. A jovem cursa Recursos Humanos em uma instituição privada, mas não tem a intenção de atuar na área. Assim como os tios, quer ser policial ou seguir a carreira militar. O curso de tecnólogo é apenas para ter um diploma para prestar concurso na área que pretende seguir, emprego público, no caso.

A trabalhadora **H**, com vinte e quatro anos, começou a fazer psicologia em uma faculdade particular, no qual fez até o sexto semestre. Mas, teve uma depressão e trancou o curso, depois de seis meses, iniciou o curso de Recursos Humanos, conquistando assim o diploma de tecnóloga. A jovem mora sozinha e perdeu o emprego recentemente, no qual exercia uma função na sua área de formação. Apesar de se sentir realizada profissionalmente com o seu emprego, não estava satisfeita com a remuneração. Segundo a trabalhadora, mesmo com toda sua dedicação a empresa não valorizou o seu desempenho.

A entrevista **H** disse que gostaria de ser servidora pública, mas não se acha capaz de passar em um concurso público, tem dificuldades de aprendizagem. Ela se considera dispersa e não consegue se concentrar nos estudos. Provavelmente, ela não acredita em suas potencialidades pessoais.

A entrevistada **I** que está com vinte e oito anos, assim como **H**, já foi mencionada no capítulo anterior, argumentou que com dois filhos para criar – mesmo tendo apoio financeiro do ex-companheiro – a renda de dois mil e quinhentos reais não é suficiente para manter a família. A garota tem um emprego formal com carteira assinada, mas o seu desejo é ser empreendedora. Ela tem a intenção de montar uma empresa de organização de festas e produzir os seus artigos personalizados. Ela (**I**) entende que as dificuldades são grandes, mas considera que o seu trabalho é uma terapia e que é gratificante ver a evolução de sua produção.

Além disso, **I** disse não gostar do seu emprego formal, por ser rotineiro e não apresentar desafios. Mas, infelizmente, ainda não consegue viver do seu trabalho artesanal. O seu objetivo de vida é ser empresária e viver do que produz em sua MEI – Médio Empreendedor Individual, que ela pretende criar.

E, por fim, dentre os entrevistados tem ainda o **J**, migrante de vinte e sete anos. Ele mora em Brasília há menos de três anos. O jovem é formado em Filosofia e está fazendo especialização,

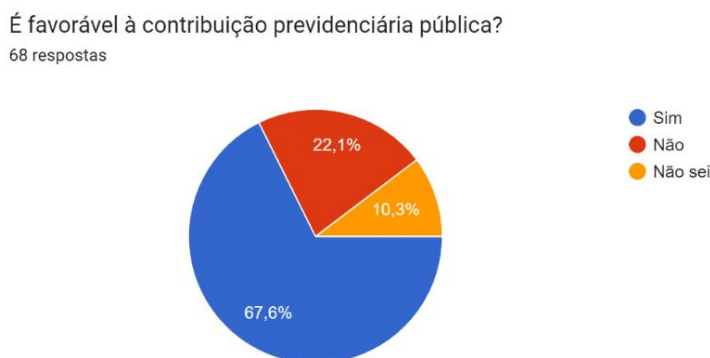
por considerar que em sua profissão – professor – é preciso formação contínua. Atualmente ele atua como professor em regime de contrato temporário na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e tem uma renda mensal de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

A escolha profissional de **J** foi por identificação, ele tem afinidade com as discussões filosóficas e com a sua área de atuação. Além disso, ele gosta de estimular o senso crítico dos estudantes e trabalhar com os jovens. De acordo com o professor, ele se sente realizado com a escolha profissional, pretende seguir na carreira e passar em um concurso público, por considerar que a remuneração é superior ao da rede privada e, também é um emprego estável.

Analisando os relatos dos entrevistados, independente da renda familiar, os objetivos profissionais diferem do que se apresenta nos meios de comunicação e nos sites de pesquisa de recursos humanos. Dos participantes das entrevistas, apenas três tem pretensões de serem empreendedores e montar o seu próprio negócio, apesar de um deles, já ter conquistado recentemente uma vaga como funcionário estadual; há ainda uma jovem que idealiza ser servidora, mas não acha que é capaz de passar em um concurso público. Os demais entrevistados buscam uma vaga no serviço público, por considerar que a renda é maior e a estabilidade é um diferencial que lhes permite segurança e qualidade de vida. Destaca-se, no entanto, que os entrevistados moram no Distrito Federal e a realidade na Capital Federal difere do restante do país.

Na modernidade líquida, que representa a geração pós década de 1990, as projeções de vida mudaram e a mentalidade de longo prazo foi substituída pela de curto prazo. Para Baumann (2000), a flexibilização é a nova ordem. Diante disso, surge o advento do trabalho por contratos de curto prazo, sem cobertura previdenciária e a vida do trabalhador se torna cheia de incertezas. Mas, os trabalhadores ainda defendem a existência da previdência pública. Veja o gráfico 14.

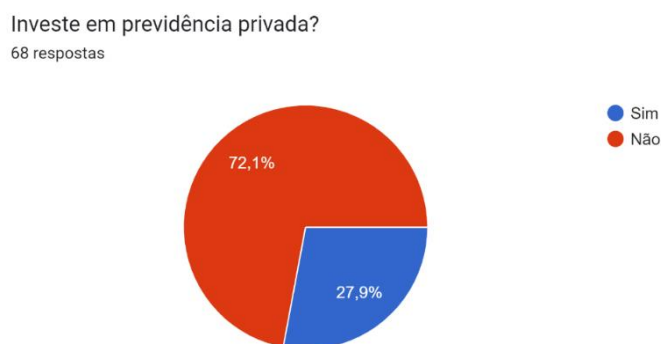
Gráfico 14. Trabalhadores favoráveis à contribuição previdenciária



Fonte: Sousa, 2023 (Google Forms).

Além disso, a maioria dos trabalhadores não investem em previdência privada, provavelmente por desconhecer como investir ou mesmo por falta de capital. Observe o Gráfico 15.

Gráfico 15. Pessoas que investem em previdência privada



Fonte: Sousa, 2023 (Google Forms).

Os dados apresentados nos gráficos que tratam da previdência, são coerentes com as informações disponibilizadas anteriormente, pois muitos são servidores públicos ou trabalhadores formais. Logo, entende-se que mesmo com tantas mudanças que vem ocorrendo no mundo de ideias de curto prazo, os trabalhadores do Distrito Federal ainda têm por opção as políticas de Estado que combatem a precarização das relações de trabalho, eles buscam empregos estáveis. Mas os jovens da Geração Z que responderam ao questionário estão entre os 22,1% que não acreditam na previdência, pois eles consideram que dificilmente irão se aposentar.

Segundo Baumann (2000, p. 185-186) o poder de barganha que caracterizava o coletivismo dos trabalhadores em torno do sindicalismo é substituído pela força do individual. A incerteza não une, mas divide e a ideia de “interesse comum” não tem lugar. Nessa nova configuração, na qual as ações sindicais não são apropriadas ou desapareceram, há desregulação do emprego, emprego temporário e precarização das relações de trabalho. Essa é a realidade com a qual a Geração Z se depara, principalmente, para os jovens de baixa renda em que as oportunidades de educação de qualidade ou formação profissional são mais limitadas.

A reportagem da **T2 Arquitetura, Engenharia Corporativa** mostra as características da Geração X e a descreve como profissionais experientes e conhecedores, pois são pessoas que estão na faixa etária entre 43 e 62 anos, já vivenciaram diferentes realidades políticas, financeiras e sociais, atuaram em diversos setores de atividades e descobriram sozinhos a solução de problemas com esforço e sofrimento próprio, por isso são grandes aliados em momentos de crise

das gerações mais jovens, dando a eles o suporte necessário para caminhos mais fáceis. Observa-se que dentre os entrevistados, independente do poder socioeconômico, que a maioria ainda mora com a família, apesar de já ter mais de vinte anos e alguns já estarem atuando no mercado de trabalho.

A empresa caracteriza ainda a Geração X como aliados da estabilidade, os profissionais desse grupo não arriscam e gostam de aproveitar a previsibilidade. Desta forma, evitam fazer grandes mudanças na carreira e, devido as responsabilidades familiares, não gostam de aventuras profissionais, temendo errar, ao contrário, por exemplo, da Geração Y.

Segundo a **T2 Arquitetura, Engenharia Corporativa**, os trabalhadores na faixa etária entre 43 e 62 anos são focados na empresa e eficientes, com isso procuram exercer da melhor forma possível as suas atividades, sendo assim, muito produtivos. As características apresentadas, tornam-se grandes diferenciais competitivos entre as diferentes gerações.

Os mais jovens (geração Y e Z), podem se dar ao luxo de errar, enquanto a Geração X procura evitar fazer grandes mudanças de carreiras, até por conta de suas vidas e estabilidade alcançada. Ainda segundo a revista digital, para as empresas essa é uma característica importante e que dá segurança para projetos duradouros. Pelas entrevistas realizadas com os jovens da Geração Z residentes no Distrito Federal, é está a estabilidade e qualidade de vida que eles almejam como projeto de vida.

4.2. Diferentes percepções em relação à IA e a meritocracia para diferentes gerações

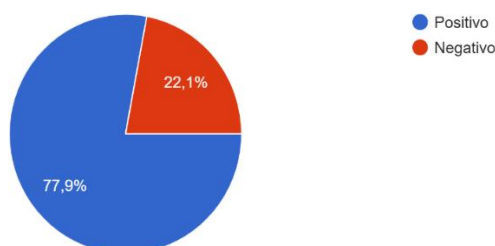
Mas a Geração X também encontra desafios, como lidar com as tecnologias, atuar de forma multifuncional ou se adequar a ambientes informais. Por não poder disputar com a geração X em experiência e conhecimento, as novas gerações Y e Z procuram turbinar os seus currículos com mais de uma graduação, pós-graduação, MBA, dominar mais de um idioma ou ter experiências profissionais internacionais. Esses trabalhadores, consideram que um currículo potente os torna mais competitivos diante de um mercado de trabalho acirrado e disputado.

Os jovens da Geração Z entrevistados fundamentam a argumentação do parágrafo anterior. Os participantes da pesquisa acreditam no potencial das tecnologias. Quando foi perguntado a eles o que eles acham da Inteligência Artificial (IA), eles foram unânimes em considerar que é ela é uma realidade irreversível e se for usada de forma adequada, trará grandes contribuições para a humanidade, mas alguns consideraram que o uso errado pode trazer prejuízos para a sociedade como, por exemplo, eliminando postos de trabalho. A opinião em

relação à IA também é compartilhada pelos participantes que responderam ao questionário. Veja o Gráfico 16.

Gráfico 16. A IA e seu impacto no mercado de trabalho

Os efeitos dos avanços tecnológicos e da Inteligência Artificial (IA) no mercado de trabalho é:
68 respostas



Fonte: Sousa, 2023 (Google Forms)

No questionário apareceram respostas como, por exemplo: “a tecnologia tem permitido vários avanços para melhorar a qualidade do emprego e tem gerado diversos empregos em distintos setores”; “temos e precisamos acompanhar os avanços tecnológicos, o mundo não para, portanto, acreditar em novas propostas é sempre motivador”; “a IA é capaz de robotizar as tarefas repetitivas e diárias, a fim de proporcionar mais tempo aos gestores para o planejamento estratégico”; “os avanços nesse sentido, podem levar ao desemprego”; ou ainda, “desemprego estrutural”.

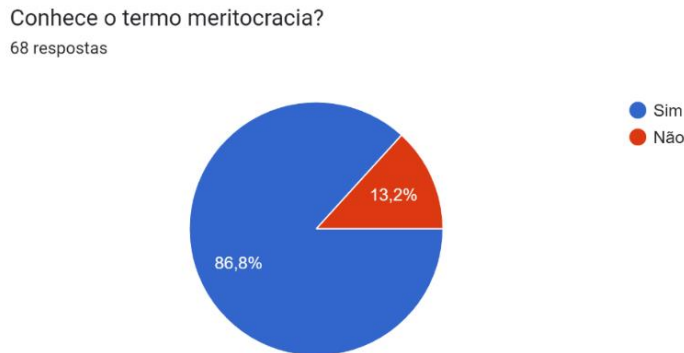
Diante do exposto, apesar de algum dos respondentes da pesquisa não concordarem, é possível perceber que a Geração Z não encara as tecnologias como uma ameaça à estabilidade profissional, mas sim como uma aliada em projetos futuros de empregos e formação profissional.

Outro ponto interessante investigado é como as pessoas interpretam ao crescimento profissional. As comparações entre a experiência e a eficiência entre gerações já foi tratada anteriormente, enquanto os nascidos entre os anos de 1960 e final de 1970 são valorizados pelas empresas pela habilidade, por serem mais focados na carreira e primar pela previsibilidade, as gerações mais jovens tem como características positivas o domínio da tecnologia, a agilidade em propor soluções para problemas diversos e a produtividade.

Embora sejam ansiosos em suas expectativas profissionais, os sujeitos da Geração Z se consideram essenciais e se os seus potenciais não forem reconhecidos em curto prazo pelo empregador, eles não temem mudar de emprego e buscar novas oportunidades no mercado de trabalho. Para observar o comportamento dos trabalhadores em relação ao sucesso profissional,

o questionário perguntou aos participantes que responderam ao questionário, o que eles entendiam do termo meritocracia, o resultado aparece no Gráfico 17.

Gráfico 17. Conhecimento ou desconhecimento do termo meritocracia

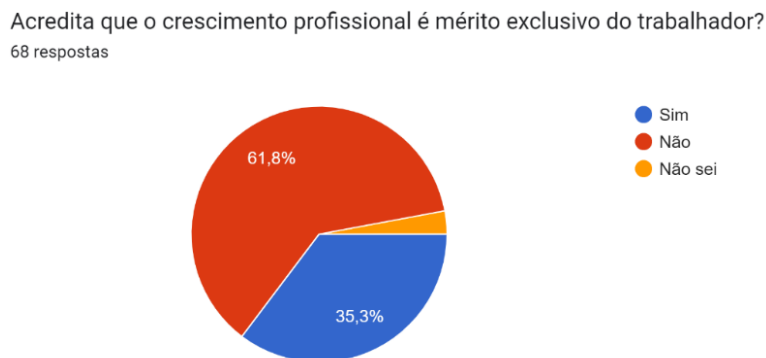


Fonte: Sousa, 2023 (Google Forms)

A maioria das pessoas que responderam ao questionário conhecem o termo. A pergunta também foi apresentada aos entrevistados da geração Z e todos responderam que sim.

Quanto, à opinião dos respondentes do questionário em relação a acreditar ou não em meritocracia, o Gráfico 18 mostra as respostas dos participantes.

Gráfico 18. Acreditam ou não na meritocracia



Fonte: Sousa, 2023 (Google Forms).

Nas entrevistas, apareceram respostas como: “não acredito, as oportunidades são desiguais, é mais influência da situação econômica e questão de classe social”; “no mundo empresarial, todo mundo pode, mas nem todos conseguem”; “não tem sentido esse termo, é

sempre indicação política”; “existe, mas é uma questão de personalidade, e não de profissionalismo”; “a meritocracia é importante, mas não funciona em uma sociedade de privilégios que beneficia poucos”; “não se concretiza no mundo real”; “não é igual para todos”; “as empresas privadas procuram resultados, não crescimento profissional”. Apenas dois entrevistados disseram acreditar no mérito pessoal de quem estuda e se dedica.

Analisando o Gráfico 19, menos da metade dos respondentes (35,3%) consideram que o crescimento profissional é mérito próprio e argumentam que há fatores variáveis como étnico-raciais; capacitação profissional; questões sociológicas, políticas e econômicas que interferem no crescimento profissional. Portanto, os jovens da Geração Z que foram entrevistados compartilham da opinião da maioria das demais gerações (*baby boomers*, X e Y) que responderam à pesquisa, pois eles, também não acreditam em meritocracia. Além disso, apenas 8,8% dos respondentes da pesquisa acreditam que as oportunidades de emprego são iguais para todos. Observe o Gráfico 19.

Gráfico 19. Igualdades nas oportunidades de emprego



Fonte: Sousa, 2023 (Google Forms).

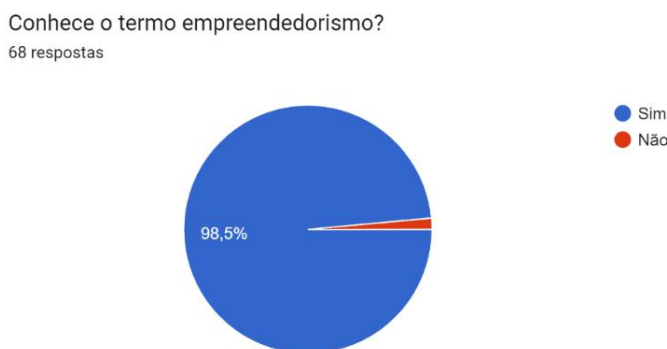
No tópico a seguir, a pesquisa irá mostrar como as diferentes gerações percebem o empreendedorismo, termo bastante usado pelos meios de comunicação para estimular os trabalhadores a investirem em projetos pessoais como empreendedores.

4.3. O empreendedorismo como meta profissional

De acordo com o PDAD/2021, no Distrito Federal, 31,51% dos empreendedores (sócios de cooperativas, autônomos, empregadores, donos de negócios familiares e profissionais liberais) são microempreendedores individuais (MEI) e 42,2% possuem Cadastro Nacional de Pessoa

Jurídica (CNPJ). Durante a investigação foi perguntado aos entrevistados se eles conheciam o termo empreendedorismo, a pergunta também constou no questionário aplicado. Os jovens da Geração Z conheciam o termo, veja o Gráfico 20 que mostra a resposta do questionário.

Gráfico 20. Conhecimento do termo empreendedorismo

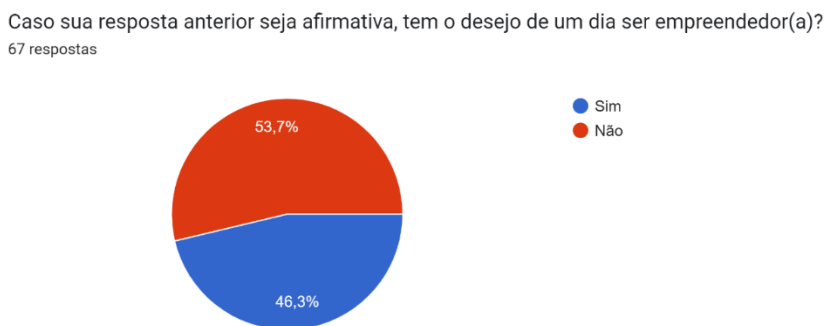


Fonte: Sousa, 2023 (Google Forms).

Pelo resultado apresentado no gráfico e nas respostas dos entrevistados o termo não é desconhecido. Com a flexibilização das leis trabalhistas, o crescimento da informalidade e o desemprego, o empreendedorismo e os modelos de negócios como o MEI e a transformação do trabalhador em Pessoa Jurídica (PJ) vem crescendo no Brasil e no Distrito Federal.

Porém nem todos tem como projeto de vida serem empreendedores, como foi mencionado anteriormente dos jovens da Geração Z entrevistados, em que apenas três tem a pretensão de empreender em um negócio próprio. No questionário em que a maioria dos respondentes estão inseridos nos grupos das Gerações *Baby boomers*, X e Y, a resposta também é negativa para 53,7% dos respondentes, observe o Gráfico 21.

Gráfico 21. Desejo de ser empreendedor



Fonte: Sousa, 2023 (Google Forms)

De acordo com as respostas contidas no Gráfico 18, 46,3% dos participantes da pesquisa afirmar ter o desejo de ser empreendedor. No entanto, há de se questionar o porquê deles não concretizam o seu desejo, uma vez que a maioria não tem o seu próprio negócio. A provável resposta para esse questionamento aparece quando se analisa a resposta dada pelos respondentes do questionário no Gráfico 22.

Gráfico 22. O Estado e o empreendedorismo



Fonte: Sousa, 2023 (Google Forms).

As respostas contidas no Gráfico 22 indicam que 61,8% dos respondentes consideram que o Governo não estimula o empreendedorismo e sem esse apoio, é possível que os trabalhadores temem pela insegurança jurídica e acreditam que empreender é um negócio arriscado.

Quanto à economia compartilhada como uma forma de empreender, observa-se a importância de analisar o ponto de vista de empresas que orientam e capacitam empreendedores como, por exemplo, o SEBRAE. De acordo com os colaboradores do SEBRAE:

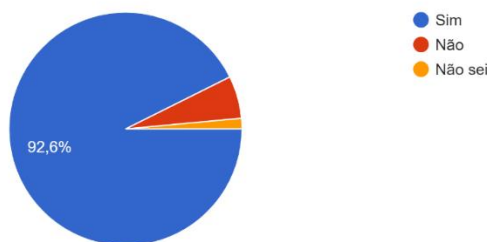
O termo *gig economy*, ou economia compartilhada ou colaborativa, segundo o dicionário da Universidade de Cambridge, diz respeito a uma forma alternativa de emprego similar ao modelo de trabalhos temporários ou atividades de freelancer, porém muito ampliada pela internet, pela popularização dos smartphones e pelo investimento de várias *startups* conhecidas. Esse modelo de trabalho faz parte de uma das várias revoluções que foram fortemente impactadas pela tecnologia nos últimos anos (2021, ONLINE).

Diante de tantas mudanças, compreender como as novas gerações idealizam o emprego e as novas relações de trabalho, torna-se um desafio. Por isso, é necessário dar voz a essa juventude por meio de entrevistas e de questionários. Por meio desses instrumentos de pesquisa, é possível identificar os objetivos e perspectivas dos novos grupos de trabalhadores. Durante as entrevistas, mesmo desconhecendo o termo Economia Compartilhada, quando foi explicado aos jovens da

Geração Z o que significava a terminologia, eles consideraram que as plataformas digitais são fortes aliadas para se empreender no mercado de trabalho. Tal opinião também teve apoio da maioria das pessoas que responderam ao questionário, veja Gráfico 23.

23. As plataformas digitais e o empreendedorismo

Acredita que as plataformas digitais favorecem ao empreendedorismo?
68 respostas



Fonte: Sousa, 2023 (Google Forms)

Dando continuidade às discussões quanto a estrutura do emprego no Brasil, deve-se considerar ainda que as oportunidades de emprego são desiguais quando se analisa outras variáveis como raça ou gênero, por isso, elas precisam ser analisadas e compreendidas quando agrupadas por gerações. O Brasil é um país injusto nas oportunidades e desigual nas questões sociais e de renda. Portanto, as questões de adversidades, também, precisam ser estudadas para evitar que a pesquisa sofra viés que comprometa a sua confiabilidade.

A partir do exposto, o tópico seguinte irá tratar de outras variáveis que também são importantes para entender a dinâmica do mundo do trabalho urbano para as gerações X, Y e Z, são elas: raça e gênero.

4.4. Estruturas de Classe e emprego: uma questão de raça e gênero

A abordagem a ser tratada neste tópico é na dimensão da interação estrutural de classe e raça relacionando-os aos efeitos da desigualdade étnico-racial no Brasil, que impacta no emprego e no mercado de trabalho. Além da questão étnico-racial, também será discutida a questão de gênero. O objetivo das temáticas é agregar mais elementos para a análise das perspectivas dos sujeitos da pesquisa, considerando o grupo étnico-racial e o gênero.

No artigo **Efeitos de classe na desigualdade racial no Brasil**, Santos (2005) analisa a fragilização da teoria de classes sociais decorrentes das transformações econômicas sociais e

políticas que vem afetando a sociedade capitalista nas últimas décadas e propõe apresentar e analisar algumas teorias e debates que vem emergindo nas últimas décadas acerca da problemática da teoria e da análise de classes.

Com o objetivo de mensurar os diferenciais dos rendimentos médios dos empregados negros e empregados brancos, para determinar o peso de fatores produtivos e da discriminação racial e sexual sobre a renda média do brasileiro, no texto **A desigualdade no ‘topo’: empregadores negros e brancos no mercado de trabalho brasileiro** Nunes e Santos (2016) fazem uma análise das causas, estruturas e usos das desigualdades na estrutura do emprego e as consequências na distribuição desigual de oportunidades e renda por questão étnico-racial e sexo. Para Nunes e Santos (2016), no Brasil, os negros estão submetidos a um ciclo de desvantagem acumulativa de origem social, na ordem ocupacional e nível educacional, eles consideram que essas desvantagens permanecem na educação e no trabalho das trajetórias de vida dos negros.

Para Pinheiro et al (2016, p. 8):

Uma massa de trabalhadores isolados das formas clássicas de assalariamento, majoritariamente negra, dedicada a atividades de subsistência urbana ou rural, combinada com o bloqueio à inserção de parte significativa das mulheres ao trabalho remunerado, constitui o gérmen das desigualdades ancoradas no entrecruzamento de gênero, raça e classe no mundo do trabalho. Assim constituiu-se historicamente uma fração expressiva de mulheres e negros empobrecidos, submetidos a regimes de superexploração e desapossamento, na cidade e no campo. Este contingente excedente e marginalizado teve como principal política pública a força policial e demais instrumentos de controle populacional, exercida prioritariamente sobre corpos negros e femininos.

Nunes e Santos (2016), estabelecem uma hierarquia de posições baseadas na renda. Nessa estrutura, os homens brancos estão no topo, seguido de homens negros e mulheres brancas se alternando na camada intermediária e na base, encontram-se as mulheres negras. Mesmo diante de maior escolarização das mulheres brancas em relação aos homens brancos e das mulheres negras em relação aos homens negros, os homens continuam tendo rendas mais altas.

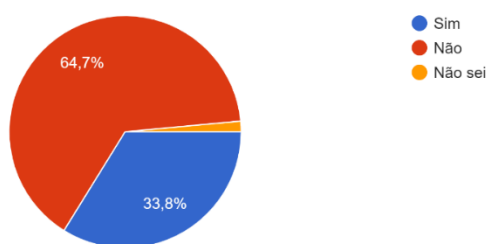
Para Nunes e Santos (2016), a discriminação racial que historicamente foi incorporada às relações sociais como um todo, e, em especial no mercado de trabalho, faz com que empregadores negros não alcancem os mesmos rendimentos de empregadores brancos, mesmo quando suas características produtivas são semelhantes. Segundo os autores, o diferencial de rendimentos entre brancos e negros que se encontram em posição de empregadores se deve às influências das variáveis consideradas fundamentais na teoria do capital humano de escolaridade e experiência no trabalho.

O texto de Nunes e Santos (2016) apresenta ainda a argumentação de que a discriminação racial se efetiva em diferentes etapas na vida dos negros, são elas: origem social, escolarização,

transição da escola para o trabalho, inserção ocupacional, até chegar aos rendimentos. O Gráfico 24 mostra como pensam os participantes da pesquisa quanto à oportunidade de emprego relacionado à questão étnico-racial.

Gráfico 24. Emprego e a questão étnico-racial

Acredita que o grupo étnico-racial ao qual pertence interfere em suas oportunidades de emprego ou em sua progressão profissional?
68 respostas



Fonte: Sousa, 2023 (Google Forms).

Os dados apresentados no gráfico indicam que apenas 33,8% dos que responderam ao questionário acreditam que a questão étnico-racial interfere nas oportunidades de emprego. Esse indicador da pesquisa se torna mais interessante quando se considera que a percepção, provavelmente, é do grupo de sujeitos impactados por essa problemática, uma vez que a maioria dos respondentes se autodeclararam brancos e a maioria dos respondentes da pesquisa (64,7%) acreditam que as questões étnico-raciais não interferem nas oportunidades de emprego e na progressão da carreira.

Quanto as discussões de classe e gênero, destaca-se o texto de Pinheiro et al (2016), **Mulheres e trabalho: breve análise do período de 2004 – 2014**. No artigo, o conceito de trabalho, que fundamenta a produção de estatísticas no Brasil, caracteriza-se pelas ideias de produção e mercantilização. Portanto, inviabiliza parte do trabalho feminino nos campos doméstico e rural.

O artigo discute temas como a participação feminina no mercado de trabalho, trabalho precário e desocupação, diferenciais de remuneração, trabalho doméstico remunerado, trabalho doméstico não remunerado e jornadas de trabalho. Pinheiro et al (2016) apresentam algumas considerações relevantes quando mostra que as mulheres inativas são mulheres em plena idade produtiva, mas, as mulheres se tornam improdutivas antes dos homens, em torno de 52 anos, enquanto eles ficam improdutivos, em torno, de 64,3 anos. O texto também indica que as mulheres ocupadas/inativas possuem escolaridade superior à dos homens inativos, 6,4 anos e 5,3

anos, respectivamente. Para os autores:

As mulheres inativas são, portanto, mais sozinhas e contam com um peso adicional de responsabilidade familiar por ainda possuírem mais filhos de idades mais novas do que os homens inativos. Este contexto certamente se impõe como uma dificuldade adicional para que as mulheres consigam equacionar a necessidade de responder às responsabilidades familiares impostas quase que com exclusividade a elas e o desejo ou a necessidade de entrarem no mercado de trabalho. Não há dúvidas de que diversos outros fatores contribuem para conformar este quadro de maior inatividade feminina. Estes aqui apontados, porém, já são capazes de indicar como a desigual distribuição do trabalho de cuidados pune as mulheres e, particularmente, as mulheres negras nas possibilidades e condições de participação na economia (PINHEIRO ET AL, 2016, p. 7).

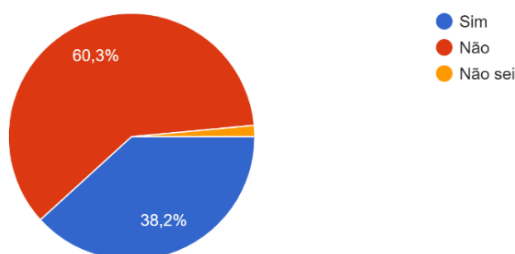
A partir das discussões tratadas neste tópico, entende-se que no Brasil as questões de gênero, raça e classes precisam ser mais analisadas para a implantação de políticas públicas necessárias para que a sociedade seja mais justa e igualitária.

Para justificar a necessidade de análise da questão do gênero, tem-se o fato exposto no terceiro capítulo da tese que mostra o silenciamento quanto à presença da mulher na construção de Brasília. A presença da mulher no mercado de trabalho é, geralmente, secundário não há espaço para protagonismo. No imaginário social, a mulher é coadjuvante e, se ela for preta, o espaço no mercado de trabalho é mais limitado ainda.

A respeito desse tema, o Gráfico 25 mostra que o resultado também se assemelha aos dados da questão étnico-racial, uma vez que a minoria (38,2%) respondeu que o gênero interfere nas oportunidades de emprego e na progressão da carreira profissional.

Gráfico 25. Emprego, carreira e gênero

Considera que o seu gênero afeta as suas oportunidades de emprego ou em sua progressão profissional?
68 respostas



Fonte: Sousa, 2023 (Google Forms).

As temáticas apresentadas contribuíram para a compreensão de que na sociedade brasileira, características como patriarcalismo, sexismo, racismo e desigualdades são fortes e

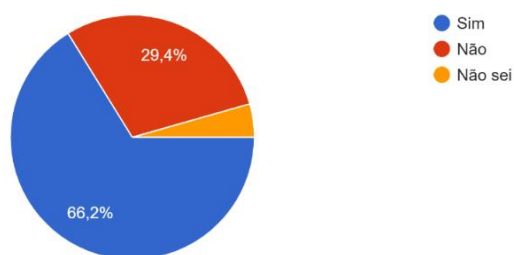
beneficiam para a consolidação da intolerância em relação às questões étnico-raciais e de gênero. Além disso, a análise das classes sociais baseadas na ocupação e na renda mostram um país de mentalidade elitista e conservadora em seus valores culturais.

As relações de poder desarticulam as classes trabalhadoras e estabelecem regras que afetam o mundo do trabalho, ao valorizar o lucro do capital financeiro e desprestigiar as forças produtivas (trabalhadores). Além de apresentar a criação e o desenvolvimento da legislação trabalhista brasileira, a análise alcançou outras variáveis, como as questões de raça e gênero.

Por fim, vale destacar que mesmo com todas as adversidades apresentadas até o momento, a maior parte dos respondentes do questionário ainda acreditam que o Distrito Federal oferece muitas oportunidades de emprego (Gráfico 26).

Gráfico 26. Respondentes que acreditam que o DF oferece muitas oportunidades de emprego

No seu ponto de vista o Distrito Federal tem muitas oportunidades de emprego?
68 respostas

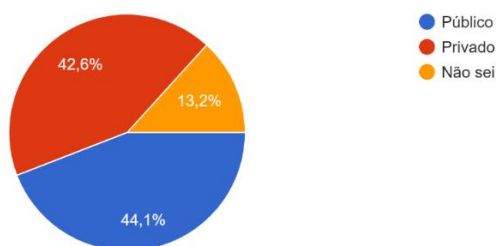


Fonte: Sousa, 2023(Google Forms)

E, mesmo com pouca margem de diferença, os participantes da pesquisa acreditam que a maior parte das vagas é no setor público (Gráfico 27).

Gráfico 27. Setor que mais oferta oportunidade de trabalho no DF

Qual setor que mais oferta oportunidades de trabalho no DF?
68 respostas



Fonte: Sousa, 2023 (Google Forms)

As discussões realizadas neste capítulo, também mostram como os trabalhadores avaliam os vários elementos que caracterizam o mundo do trabalho como as novas ferramentas tecnológicas, a meritocracia e o empreendedorismo. É possível perceber que a forma como os meios de comunicação e os vários segmentos empresariais que divulgam ou analisam o mundo do trabalho, nem sempre é semelhante ao das várias gerações de trabalhadores brasileiros. O que pode indicar que a mídia, mesmo com todo o apoio financeiro que recebe do setor empresarial e de parte do poder político não é capaz de manipular toda a massa de trabalhadores brasileiros

O próximo capítulo tem por objetivo mostrar como pensam os jovens que ainda estão se preparando para serem incluídos no mercado de trabalho. Esses jovens estão cursando o Novo Ensino Médio, por isso a investigação busca compreender como as políticas públicas de educação voltada para a cidadania, para a formação acadêmica e profissional são elaboradas e planejadas para atender os projetos de vida e de carreira dessa geração.

CAPÍTULO 5

POR UMA EDUCAÇÃO VOLTADA PARA OS JOVENS DA GERAÇÃO Z E SEU PROJETO DE VIDA

A massa de informações não gera verdade, e quanto mais se liberam informações tanto mais falta transparência ao mundo. Por isso, a hiperinformação e a hipercomunicação não trazem luz à escuridão.

Byun-Chul Han (2017, p. 96). Com adaptações.

Neste capítulo será discutido as metas profissionais de jovens da Geração Z que estão no ensino médio, etapa final da educação básica. Até a década de 1990, estudantes nessa faixa etária já estavam se preparando para enfrentar o mercado de trabalho, pois o índice de pessoas que tinha acesso ao ensino superior era reduzido. Mas, essa realidade vem passando por mudanças e, muitos jovens preferem cursar a faculdade ou a universidade e adia o projeto de adentrar ao mercado de trabalho, nem sempre com êxito.

É comum os estudantes entre 15 e 18 anos que cursam o ensino médio em escolas públicas, exercer alguma atividade remunerada para ajudar no sustento da família ou mesmo para atender as suas necessidades básicas de um jovem que mora no meio urbano. Esses estudantes geralmente fazem estágio ou trabalham como jovem aprendiz, o salário é baixo, mas atrai grande contingente de estudantes que buscam qualificação para ter acesso ao mercado de trabalho em breve.

Diante disso, é que se deve considerar a importância da educação para a formação dos jovens na faixa etária entre 15 e 18 anos. É na escola que os docentes devem dialogar com os estudantes para entender qual é o projeto de vida dessa geração e procurar entender se eles já têm objetivos profissionais. Também é importante analisar se a comunidade em que vivem interferem nessas pretensões ou se há outros elementos que influenciam esses estudantes no momento de definir a carreira que pretende seguir ou não seguir.

Outro ponto importante que será discutido neste capítulo é a Lei nº 13.415/17 que trata do Novo Ensino Médio. Os professores que estão trabalhando com essa etapa da Educação Básica são críticos à Lei e a consideram danosa para os alunos, por isso mesmo é que já foi encaminhado para o Congresso Nacional um projeto de Lei para alterá-lo.

Dessa maneira, o capítulo se inicia com a análise das perspectivas dos estudantes em

relação ao mercado de trabalho. Na sequência, procura-se entender as perspectivas da Geração Z em relação ao emprego e finaliza com as discussões que envolve o NEM.

5.1. O que pensa a Geração Z que está na etapa final da educação básica em relação ao mercado de trabalho?

Os professores que trabalham com estudantes do ensino médio entendem as dúvidas e as incertezas que fazem parte do dia a dia desses jovens nessa fase da vida. Na primeira série, eles ainda não se preocupam em pesquisar emprego, carreira e renda, pois consideram que é cedo para pensar sobre o tema, mesmo que alguns desses discentes estejam atuando no mercado de trabalho como estagiário, jovem aprendiz ou mesmo no mercado informal.

A partir das observações mencionadas no parágrafo anterior é que neste tópico será discutido a percepção dos jovens que estão cursando ou concluindo o ensino médio, quanto às questões relacionadas ao mercado de trabalho. Os discentes foram divididos em três grupos. O primeiro é constituído por sete estudantes de uma escola pública da Região Administrativa do Distrito Federal, que participaram da disciplina eletiva Geografia e Trabalho; o segundo grupo é formado por seis estudantes que cursavam o terceiro ano do ensino, por isso não fizeram o NEM, implantado no DF em 2022. Eles responderam ao questionário enviado de forma virtual.

No terceiro grupo, encontra-se os dois jovens entrevistados e descritos como **C** e **D** no quadro 5 do capítulo 2. As respostas dos estudantes não foram discutidas no Capítulo 4 porque eles vivem momentos distintos dos demais entrevistados e, provavelmente, tem perspectivas profissionais diferentes de outros jovens que já estão cursando o ensino superior ou trabalhando, embora alguns ainda não tenham conseguido colocação no mercado de trabalho.

5.1.1. Estudantes da escola pública que cursavam a primeira e a segunda série do NEM e responderam ao questionário de forma presencial.

Os estudantes estudavam em uma escola pública localizada em uma Região Administrativa do DF, cujo poder aquisitivo é baixo. Nela, foi ofertado aos alunos da primeira e da segunda série (a turma era mista), no ano de 2023 a disciplina eletiva de Geografia e Trabalho⁴² – de acordo com o NEM os alunos devem ter a oportunidade de escolher disciplinas

⁴² A disciplina foi ministrada no segundo semestre de 2023 pela pesquisadora, que atuou na escola como professora em regime de contrato temporário da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

que tenha significado para eles. Entretanto, a quantidade de matrículas efetivadas foi baixíssima, o que mostra a pouca importância que eles dão à questão do trabalho nessa faixa etária.

O quantitativo exato de alunos que participaram da disciplina foi variável, uma vez houve grande fluxo devido às desistências e aos cancelamentos de matrículas, além da inclusão de novos estudantes no decorrer do ano letivo. Mas, infelizmente, ao término do semestre, apenas dez estudantes concluíram a disciplina ofertada.

Durante o semestre letivo em que a disciplina foi ministrada, aplicou-se para os alunos matriculados o questionário da pesquisa, o mesmo respondido pelas Gerações Baby boomers, X, Y e Z, mas com adaptações. Dos poucos alunos que cursavam a eletiva, sete responderam às questões propostas e apresentavam o seguinte perfil:

- **Faixa etária:** cinco estudantes com 16 anos e dois com 17 anos;
- **Gênero:** três são do sexo masculino e quatro do feminino;
- **Grupo étnico-racial:** três se autodeclararam pretos, dois pardos e dois brancos;
- **Naturalidade:** três nasceram em Brasília, três vieram do Maranhão e um é oriundo da Venezuela;
- **Emprego:** todos eram estudantes e não exerciam nenhuma atividade remunerada;
- **Renda familiar:** dois alunos responderam que a renda familiar era de até três salários-mínimos, dois de até um salário-mínimo, um disse que a família vivia de bolsa família e, por último, dois não souberam responder.

O questionário foi aplicado em forma de atividade escolar durante as aulas da unidade curricular eletiva Geografia e Trabalho. Ele apresentava perguntas como, por exemplo, o que pensava os jovens a respeito da linguagem utilizada no mundo do trabalho. Observou-se que alguns termos como uberização e economia compartilhada eram desconhecidos por todos os respondentes do questionário.

Em relação aos outros termos contidos no questionário, cinco não sabiam o que era meritocracia; três tinham conhecimento da palavra empreendedorismo, mas não sabia o que era; todos desconheciam o significado das terminologias geração X, Y e Z e, quando o conceito foi explicado, eles argumentaram que eram da geração Z, como mencionado na descrição do perfil dos estudantes.

O que impressiona nas respostas dos questionários é saber que nenhum dos estudantes sabe o que é CLT e desconhecem a Reforma Trabalhista de 2017, isso demonstra a pouca importância dada por esses estudantes ao mercado de trabalho. Eles ainda são pouco esclarecidos em relação a essa questão, e estão cheios de dúvidas, apesar de que há aqueles que já têm planos

para seguir uma carreira.

Quanto as respostas dos estudantes, dos sete que participaram da pesquisa, dois jovens não sabem a carreira que querem seguir, duas alunas pretendem ser cabeleiras, um quer ser veterinário, outro jogador de futebol e um outro gostaria de trabalhar com marketing.

A pesquisa procurou investigar também qual o posicionamento do(a)s alunos(as) que responderam ao questionário quanto às temáticas étnico-raciais e de gênero. Perguntou-se aos estudantes se, de alguma forma, essas questões impactam e interferem no mundo do trabalho. Diante do questionamento, quatro responderam que acreditam que o grupo étnico-racial a qual pertencem pode interferir na conquista de uma vaga no mercado de trabalho, sendo um dos respondentes branco e três pretos; os outros três jovem (um branco, um preto e um pardo) consideram, que não interfere. Quanto à questão de gênero, cinco alunos(as) afirmaram que sim, pode afetar e dois acham que não, no segundo caso, uma estudante é do sexo feminino.

Assim, merece atenção nas respostas do questionário a consciência social dos estudantes, talvez pelo fato da maioria ser preto ou pardo, eles acreditam que no futuro, a cor da pele possa afetar as oportunidades de trabalho. Isso também se aplica à questão de gênero, como menor grau de intensidade. Essa forma de pensar, também pode ser o reflexo do que eles observam nos meios de comunicação ou vivenciam no seu cotidiano.

Outra pergunta levantada foi a respeito das tecnologias. Questionou-se aos discentes, quanto ao impacto da Inteligência Artificial (IA) no mercado de trabalho, três estudantes consideram que as consequências são positivas, um acredita ser negativa e outros três não souberam responder. Além disso, seis respondentes consideram que as plataformas digitais são fortes aliadas para quem pretende ser empreendedor.

Em relação às demais perguntas contidas no questionário aplicado em sala de aula, obteve-se como resposta que, quatro jovens pretendem trabalhar de forma presencial e três preferem o trabalho remoto (home office); seis acreditam que o crescimento profissional é mérito próprio; cinco estudantes consideram que o Estado é forte aliado para quem pretende ser empreendedor; e, por fim, dois alunos acreditam que o setor público é o que mais oferta oportunidades de emprego no Distrito Federal, dois dizem ser o privado e três não souberam responder.

Ao analisar as respostas dos estudantes quanto aos termos meritocracia e empreendedorismo, observa-se que elas se diferem dos trabalhadores das demais gerações, inclusive da Geração Z que já concluiu o ensino médio e está atuando ou buscando vaga no mercado de trabalho. Percebe-se que a maioria tem uma avaliação positiva em relação à

meritocracia e, também, acreditam que o Estado cria condições para quem quer empreender, talvez o posicionamento deles seja por desconhecimento do significado dos termos ou pela falta de experiência profissional.

Quando o tema mundo do trabalho era discutido nas aulas de Geografia ou na disciplina eletiva mencionada anteriormente, percebia-se que os estudantes que estão cursando a primeira série e muitos que cursam a segunda ainda não avaliam a importância da educação para a vida profissional deles. Escutou-se frases como, por exemplo, “a profissão que eu quero seguir não precisa estudar muito”, se o professor pergunta o porquê, eles respondem: “vou ser *chef* de cozinha” ou “quero trabalhar auxiliando as pessoas a mexerem nas redes sociais” ou ainda “vou continuar trabalhando em lava jato”.

Dessa maneira, destaca-se a falta de orientação para esses jovens quanto ao papel da educação na sua formação, pois eles desconhecem que para ser um profissional capacitado e seguir carreira no mercado formal, o estudo é essencial e sem ele é pouco provável que um trabalhador consiga ter um salário satisfatório que atenda às suas necessidades básicas ou obtenha êxito em um emprego de empresa pública ou privada, provavelmente, ele ingressará no mercado informal. É preciso destacar que para exercer a função de *chef* de cozinha ou atuar nas plataformas digitais, necessita-se de formação profissional.

Ao analisar o perfil desses jovens, observa-se que um dos princípios da educação básica que é a formação para o mundo do trabalho não está atendendo de forma satisfatória a sua finalidade. Pois, é nítido o desconhecimento de algumas informações básicas para o grupo de jovens que em pouco tempo entrarão no mercado de trabalho. É preocupante, quando se percebe que pessoas que se tornarão trabalhadores em breve não sabem o que é CLT, Reforma Trabalhista e outros termos comuns que são bastante divulgados nos vários segmentos midiáticos, e quando conhecem o termo desconhecem o significado.

Outro ponto que merece atenção é o fato de que os respondentes do questionário em sala de aula são jovens que estão cursando a primeira ou a segunda série e estão na faixa etária entre 16 e 17 anos, o que significa, um ou dois anos de atraso escolar. Além disso, mesmo sendo de comunidade carente, nenhum deles ainda está atuando como estagiário ou jovem aprendiz, mesmo as famílias tendo baixo poder aquisitivo, em sua maioria recebem até um salário-mínimo como renda familiar, o que mostra a ausência de políticas públicas de preparo desses jovens para a inserção deles no mercado de trabalho,

5.1.2. Estudantes da terceira série do ensino médio de uma escola pública que responderam

ao questionário de forma virtual

As respostas desse grupo fazem parte da análise global da investigação tratada no capítulo 4. Mas, é importante fazer uma descrição desses jovens, que apesar de não cursar o NEM, também são estudantes da Geração Z. Quanto ao perfil dos seis respondentes do questionário de forma virtual, cinco deles estão com 18 anos e um com 17 anos; cinco são do sexo masculino e uma do sexo feminino; cinco se autodeclaram pardos e um branco; cinco já exercem atividades remuneradas, um apenas estuda; três atuam como jovem aprendiz, um é estagiário e outro é autônomo; todos recebem até um salário-mínimo.

Comparando as respostas dos questionários respondido pelos estudantes das três séries do ensino médio, é apenas nesta fase que eles iniciam o seu processo de preparação para o emprego, atuando como estagiários ou jovens aprendizes.

Ao considerar os argumentos mencionados no parágrafo anterior, pode-se ter como exemplo, a quantidade de estudantes que estão cursando o ensino médio e que buscam oportunidades no mercado de trabalho como estagiários ou como jovens aprendizes, provavelmente, o objetivo é obter uma renda que colabore com as despesas da família. Essas experiências profissionais transformam esses jovens em mão de obras precarizadas, porque é comum as empresas contratá-los para substituir trabalhadores formais. Segundo Sousa e Peluso (2019, p. 114):

Em uma escola pública de Ensino Médio em que há diversidades cultural, social e econômica entre os estudantes, é possível fazer uma análise de como esses jovens vislumbram suas expectativas futuras diante de uma sociedade com profundas transformações no mundo do trabalho e que cobra excesso de produtividade e analisar também se essa nova configuração é visível e possível.

Infelizmente, as oportunidades de estágio ou o programa de Jovem Aprendiz são ofertadas por algumas empresas para tentar fugir das obrigações trabalhistas. Ao contratar esse tipo de mão-de-obra, paga-se baixos salários e cobra-se produtividade, como mencionado na citação. Além disso, pode afetar a geração de empregos formais, pois não se cria vínculo empregatício e não se exige dos empregadores o cumprimento dos encargos trabalhistas para esses estudantes.

5.1.3. Estudantes da terceira série do ensino médio que participaram das entrevistas

No outro instrumento de pesquisa utilizado, que foram as entrevistas, dois participantes ainda estavam concluindo o ensino médio, eles cursavam a terceira série. Ao contrário dos estudantes que responderam ao questionário, os entrevistados eram de classe média, estavam

dentro da faixa etária para a terceira série do ensino médio e aparentavam ter clareza em suas decisões quanto ao projeto de vida.

A estudante **C** (descrição apresentada no quadro 5 da tese) está com dezessete anos, ainda não faz estágio, pois os pais consideram que isso pode prejudicar os estudos da filha. Eles idealizam ver a estudante cursando graduação em uma universidade pública. O pai da jovem é contador em uma empresa privada e a mãe é servidora pública (professora) e trabalha meio período, a renda familiar é de aproximadamente R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

O estudante **D** está com dezessete anos e cursa a terceira série do ensino médio em uma escola particular. O jovem, também não faz estágio e os pais dele usam os mesmos argumentos dos pais da estudante **C**; a renda mensal bruta da família é de, aproximadamente, R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), ambos são funcionários públicos (professores) e o pai exerce a função de vice-diretor na escola onde trabalha.

Os jovens desse grupo, ao contrário do primeiro grupo, são bem mais esclarecidos quando se trata de emprego. Eles pesquisam o mercado de trabalho e argumentam que ele é competitivo, por isso, é preciso se atualizar sempre. Os estudantes sabem o que é CLT e tem conhecimento da Reforma Trabalhista e consideram que ela trouxe prejuízo aos trabalhadores. Eles não conheciam o significado de economia compartilhada, ao serem esclarecidos quanto ao termo, disseram que é um emprego não regularizado, trabalha-se muito e o retorno financeiro é pequeno, não há estímulo por parte das empresas que oferecem o aplicativo, portanto, é uma forma de trabalho precarizada.

Ambos conhecem os termos meritocracia e empreendedorismo. Em relação ao primeiro, os estudantes **C** e **D** dizem que acreditam no mérito pessoal e esforço próprio de quem estuda. Mas, deve-se considerar outras variáveis como o contexto social, a sorte e, infelizmente, a indicação de pessoas influentes. Quanto ao segundo, a estudante **C** diz que não tem perfil de empreendedora, para ela, empreender para a subsistência é possível, mas com dificuldades e poucos conquistam o sucesso profissional. O estudante **C** esclareceu que se tiver um emprego público e estabilidade, pode até arriscar no empreendedorismo, mas irá analisar o custo-benefício, logo, seu posicionamento é de desconfiança quanto a possibilidade de ser empreendedor.

Por fim, no que diz respeito à IA, eles consideram que é uma realidade irreversível, que traz vantagens e desvantagens. Ao mesmo tempo que pode abrir portas à novas oportunidades, também pode fechar. Argumentam ainda que postos de trabalho irão sumir, mas outros surgirão, e irá promover mudanças significativas no mercado de trabalho. O estudante **C** disse ainda, que

se a sua geração idealiza trabalhar nas redes sociais, provavelmente, não terão ascensão social e ganharão apenas para sobreviver. Portanto, para ele esse tipo de profissão é uma grande ilusão.

Neste tópico, tratou-se de questões envolvendo os conhecimentos dos estudantes que estão cursando o ensino médio quanto aos elementos e conceitos utilizados no mundo do trabalho. O próximo tema a ser discutido será as perspectivas da Geração Z em relação ao mundo do trabalho e qual é o projeto de vida desses jovens.

5.2. Quais as perspectivas da Geração Z quanto ao seu projeto de vida?

O projeto de vida é apresentado “como estratégia de reflexão sobre trajetória escolar na construção das dimensões pessoal, cidadã e profissional do estudante” e deve incidir em sua formação integral (BRASIL, 2017). Diante disso, é pertinente procurar entender se um jovem consegue definir o que pretende enquanto projeto de vida, uma vez que eles estão em processo de transição da vida escolar para a vida acadêmica, ou para o mercado de trabalho ou até mesmo sem pretensão alguma.

De acordo com o Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio, o projeto de vida indica que:

[...] o projeto de vida tem a potencialidade de motivar e despertar o interesse dos estudantes para a construção do que esperam para si no futuro. Visa, portanto, apoiá-los no desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais capazes de orientá-los, a partir de um continuum crítico-reflexivo, em suas escolhas de vida (SEEDF, 2021, p. 37).

Por isso, conhecer o projeto de vida da juventude é um ponto importante para se desenvolver políticas públicas voltadas para a faixa etária de quem está na etapa final da educação básica. Nesse sentido, durante as aulas realizadas no NEM de uma escola pública do Distrito Federal na qual a pesquisadora atuava na disciplina eletiva de Geografia e Trabalho, estimulou-se os estudantes a construir um mapa mental no qual os discentes descreviam os seus planos futuros.

Na produção dos mapas mentais em sala de aula, os estudantes mostram que apesar de muitas dúvidas o projeto de vida desses adolescentes é constituir família, ter uma remuneração satisfatória, ter segurança e exercer alguma profissão que lhes dê independência financeira e estabilidade econômica. Observe a imagem 17

Imagem17. Mural contendo os mapas mentais⁴³

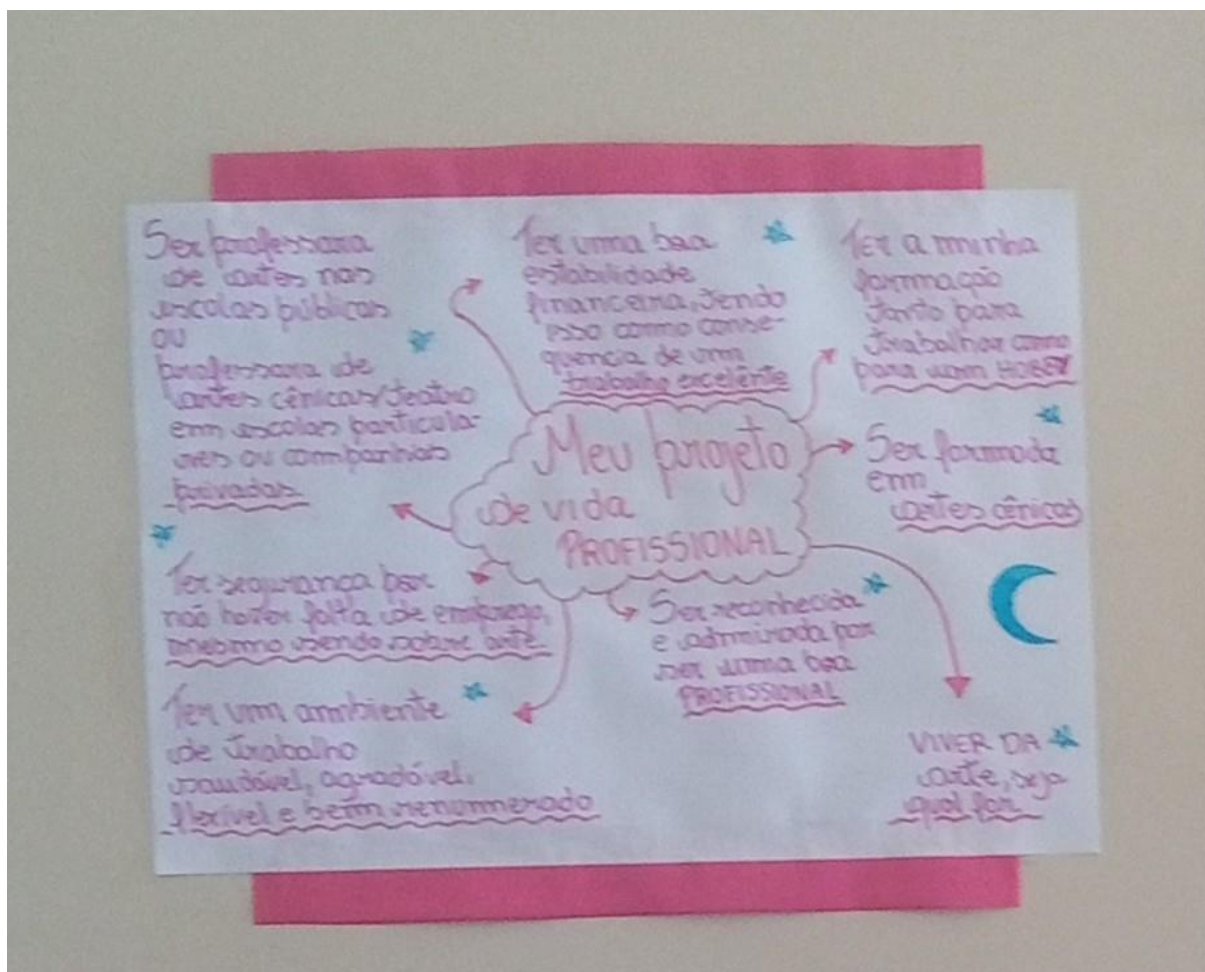


Fonte: Sousa, 2023

Nos mapas mentais apareceram profissões como professor, veterinário, médico, ou ainda, parte dos alunos argumentavam durante as discussões em sala de aula que pretendia ser empresário, ou seja, ser o seu próprio patrão, observe a imagem 18.

⁴³ O conteúdo produzido pelos alunos no mapa mental não está legível mesmo que se amplie a imagem, porque foi feito em papel ofício A4. Portanto a sua função é ilustrar o trabalho realizado pelos alunos.

Imagem 18. Recorte do mural de um dos mapas mentais⁴⁴



Fonte: Sousa, 2023

Das estudantes matriculadas na disciplina, o relato de uma delas demonstrou ser bem interessante. Ela deseja montar o seu próprio salão de beleza na comunidade, fazendo tranças nas meninas – parcela significativa dos estudantes são pretos ou pardos –, ela disse que montará o seu negócio no andar inferior da casa de dois pavimentos que irá comprar e pretende morar no andar superior. A jovem⁴⁵ disse que não pretende cursar ensino superior, nem casar e nem ter filhos. Na escola, muitas meninas pretas, também sonham em trabalhar como cabeleira fazendo tranças, que é uma forma de penteado muito presente na comunidade.

Assim como a jovem mencionada no parágrafo anterior, vários outros jovens matriculados na primeira e segunda série do NEM disseram que não idealizam cursar o ensino

⁴⁴ Esse mapa mental foi o mais legível de todos.

⁴⁵ A intenção de não casar e nem ter filhos, provavelmente, deve ser pelas dificuldades que ela percebe na vida das mulheres da comunidade em que vive.

superior, principalmente, em universidades públicas, mesmo que nos mapas mentais apareça algumas profissões que se exigem graduação, o que mostra como nessa etapa da vida os estudantes ainda estejam confusos quanto a questão de emprego e carreira.

Os relatos expostos acima podem ser comprovados com o baixo número de jovens que fizeram a inscrição para as três etapas do Programa de Avaliação Seriado do PAS da Universidade de Brasília. Mas, o número de inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) dos estudantes que cursam a terceira série foi maior.

Os discentes que se inscreveram no ENEM acreditam que podem tirar uma nota que dê a eles a oportunidade de ganhar uma bolsa de estudos em alguma faculdade privada, o que demonstra o quanto esses jovens não acreditam em suas potencialidades de cursar uma universidade pública. Mesmo indecisos quanto os planos profissionais nas duas séries iniciais, esses jovens chegam à terceira série com mais clareza do que pretendem fazer profissionalmente assim que finalizarem essa etapa de suas vidas. No entanto, isso não significa que esses ideais irão perdurar, mesmo porque a vida é cheia de variáveis que podem afetar os projetos futuros.

Ao contrário dos estudantes de baixa renda, os jovens de classe média têm perspectivas profissionais diferentes. A jovem **C** pretende cursar Ciências da Computação ou qualquer outra graduação ligada à área de tecnologia, por considerar que o mercado de trabalho é amplo e oferece excelentes salários. O seu objetivo profissional é ser servidora pública, principalmente, devido a estabilidade. O estudante **D** disse que pretende cursar direito e deseja ser funcionário público, pois quer ter uma vida profissional estável, ganhar bem e manter o seu bom padrão de vida. Segundo o jovem, assim que ingressar na universidade, tem o objetivo de fazer estágio para compreender melhor o mercado de trabalho.

Considerando as informações coletadas no questionário e nas entrevistas, é possível observar que o projeto de vida dos estudantes que cursam o ensino médio, muda no decorrer dessa etapa educacional. Porém, um ponto que ficou claro, são as pretensões profissionais de jovens quando se considera a classe social. Os estudantes das camadas populares não têm foco definido quanto seguir carreira no serviço público, pois essa possibilidade não aparece nas respostas dos questionários. Enquanto os estudantes de classe média são categóricos em afirmar que pretendem ser funcionários públicos, porque só assim é possível manter o padrão de vida oferecido pelos pais.

5.3.O projeto de vida da Geração Z: perspectivas para além do Novo Ensino Médio

Há uma frase de senso comum que argumenta que “o jovem é o futuro do país”. Mas, como é possível a frase ter significado quando não se investe de forma qualitativa na juventude do país. De acordo com Sousa (2021) a educação brasileira se manifesta em forma de controvérsias e o Ensino Médio, sendo a etapa final da Educação Básica, apresenta mais contradições ainda. Por isso, frente a tantas discussões e polêmicas em relação aos graves problemas relacionados ao desempenho dos estudantes do Ensino Médio é que a Nova Reforma foi aprovada em 2017.

Sousa et al (2023) consideram que apesar das críticas que se tem a respeito do NEM, não se pode afirmar que não há pontos positivos, uma vez que ele trouxe uma proposta de inovação na qual se defende que a educação deve contemplar os princípios da LDB, que é formar o jovem para a cidadania, prepará-lo para o mercado de trabalho e para o seu projeto de vida. É fato que as discussões realizadas no estudo são necessárias, a partir do entendimento de que mesmo com a sua entrada em vigor, as críticas em relação ao NEM não foram superadas e, ao contrário, elas têm se tornado cada vez mais incisivas, mencionam Sousa et al (2023).

De acordo com Sousa et al (2023), as críticas mencionadas nos parágrafos anteriores são pertinentes por entender que as imposições dos termos da Lei têm suas consequências para a formação e para a prática docente, que afetam além do ensino médio, a vida social, a formação e o trabalho docente. Como consequência pode fragilizar a educação básica pública, tendo em vista que é um modelo que começou equivocado ao ser instituído sem o amplo debate e por não envolver os sujeitos que vivem no ambiente escolar diariamente. O subtópico a seguir descreve organização curricular do NEM e a operacionalização das aprendizagens.

5.3.1. Operacionalização das aprendizagens do Novo Ensino Médio: Formação Geral Básica (FGB) e os Itinerários Formativos (IF)

De acordo com Sousa (2021), os problemas da educação brasileira não são atuais e se apresentam em várias dimensões que podem ser a nível local – no lugar escola –, municipal, estadual e federal. Para a pesquisadora, esses problemas interferem no processo educacional em contextos políticos, institucionais, sociais ou emocionais.

A análise em contexto político, deve-se à pouca importância da educação como prioridade nas políticas de Estado, daí a necessidade de investimentos para que as mudanças se concretizem de fato. Na dimensão institucional, refere-se ao impacto direto da atuação das políticas públicas e afeta a rotina das escolas em termos pedagógicos, administrativos e interfere nos resultados alcançados pelos estudantes (SOUSA, 2021). De acordo com Sousa (2021, p. 83):

Embora as funções da escola seja a aprendizagem, a capacitação para o trabalho e a

formação cidadã, é preciso entender que ela também tem função social e não há como gestores, professores, coordenadores, orientadores e demais profissionais envolvidos no processo pedagógico terem uma postura de neutralidade diante de tantos fatos graves, principalmente, porque tais acontecimentos reverberam no emocional dos demais estudantes e, conseqüentemente, interferem na aprendizagem.

Os fatos graves descritos no fragmento ocorrem no cotidiano de muitas instituições de ensino e são relacionados à casos de negligência familiar, comportamentos adversos decorrentes de depressão, hiperatividade e outras patologias. Destaca-se também, agressões físicas na parte interna ou externa da escola, uso de drogas lícitas e ilícitas (SOUSA, 2021).

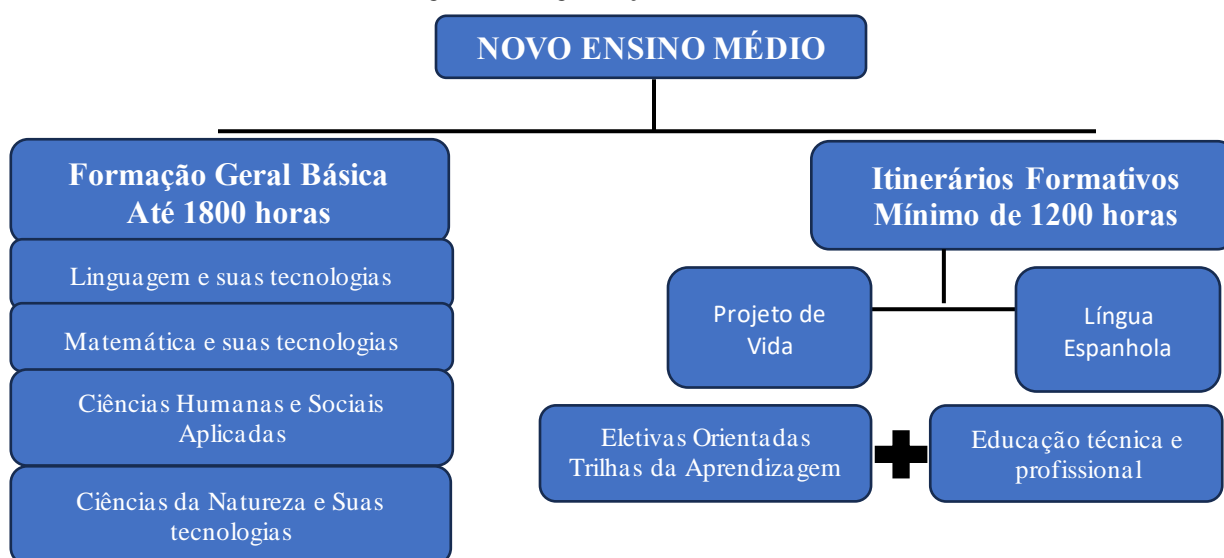
Com o objetivo de solucionar tantas adversidades é que se estabelecem interferências legais por meio de leis, como a Lei nº 13.415 de 2017, que regulamenta o NEM. A lei foi gestada para tentar superar as controvérsias vivenciadas pela educação brasileira, principalmente, o baixo rendimento escolar. Mas, a lei vem sofrendo fortes pressões para que seja revogada. Uma das principais críticas está relacionada à operacionalização das aprendizagens e versa pela organização do currículo em Formação Geral Básica (FGB) e Itinerários Formativos (IF).

Para professores, especialistas em educação e pesquisadores, a grade horária disponível para a FGB é insuficiente e prejudica a qualidade do ensino e consideram que a quantidade de horas disponibilizadas para a outra parte que constitui as aprendizagens formada pelos itinerários formativos, prejudicam a formação do estudante. Segundo o Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio das Escolas Públicas do Distrito Federal:

Tanto a FGB quanto os IF estruturam-se em torno de objetivos de aprendizagem. Tais objetivos foram construídos a partir de uma releitura das habilidades e competências da BNCC e considerando o Currículo em Movimento de 2014, de forma a elencar as aprendizagens essenciais para os estudantes do Ensino Médio (SEEDF, 2021, p. 15).

Percebe-se no fluxograma 1 que a carga horária de FGB são de 1.800 horas, mas o que para professores, especialistas em educação e pesquisadores a grade horária disponível é insuficiente, prejudica a qualidade do ensino e consideram que a quantidade de horas disponibilizadas para a outra parte que constitui as aprendizagens dos itinerários formativos, com uma carga mínima de 1.200 horas faz com que alguns componentes curriculares da FGB não sejam trabalhadas de forma adequada e isso prejudica a formação do estudante. Observe o Fluxograma 1 da estrutura de organização curricular do NEM.

Fluxograma 1. Organização Curricular do NEM



Fonte: elaborada por Sousa, 2023⁴⁶

Entende-se que julgar a eficácia ou fracasso da organização das aprendizagens no NEM pode ser uma avaliação prematura. Logo, é sabido que a organização curricular na Lei nº 13.415/2017 apresenta algumas falhas ao valorizar alguns conhecimentos científicos em detrimento a outros. Para Sousa (2021, p. 68), “[...] os conhecimentos da área de ciências humanas perdem espaço, comprometendo assim o desenvolvimento de conteúdos de Geografia e História; além de Filosofia e Sociologia que, também foram afetadas com a nova organização curricular.

Deve-se considerar ainda que os componentes curriculares das áreas de ciências da natureza e suas tecnologias e linguagens (Língua Inglesa, Arte e Educação Física) também tiveram suas cargas horárias reduzidas. Apenas os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática foram beneficiados e tiveram ampliação de sua grade horária. As alterações ocorreram para dar espaço aos itinerários formativos.

No Novo Ensino Médio a FGB é composta pelas quatro áreas do conhecimento (fluxograma): Linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Quanto aos Itinerários Formativos, que representam a parte diversificada do currículo, eles “[...] proporcionam ao estudante fazer escolhas, de acordo com seu Projeto de Vida e, também, aprofundar o conhecimento em uma das quatro áreas do conhecimento, e/ou optar por um quinto itinerário, composto pela Educação Profissional e Tecnológica (SEEDF, 2021, p. 15). A portaria do MEC

⁴⁶ Disponível no Currículo em Movimento das Escolas Públicas do Distrito Federal (SEEDF).

nº 1.432, traz em seu texto que:

Os referenciais para a elaboração dos Itinerários Formativos, o Novo Ensino Médio pretende atender às necessidades e expectativas dos estudantes, fortalecendo seu interesse, engajamento e protagonismo, visando garantir sua permanência e aprendizagem na escola (BRASIL, 2018).

No entanto, é preciso cuidado ao considerar a proposta contida na Portaria do MEC, uma vez que, ao propor atender às necessidades e expectativas dos estudantes, a educação integral precisa dispor de vontade política dos governantes por envolver investimentos em estrutura física e de pessoal capacitado e motivado. Diante do exposto, o histórico de políticas públicas no Brasil tem demonstrado que ele se caracteriza pelo desinteresse e pelo pouco caso e isso pode levar ao fracasso do processo em vigor.

Dando continuidade à análise, a portaria do MEX traz ainda que:

Para isso, deve assegurar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores capazes de formar as novas gerações para lidar com desafios pessoais, profissionais, sociais, culturais e ambientais do presente e do futuro, considerando a intensidade e a velocidade das transformações que marcam as sociedades na contemporaneidade (BRASIL, 2018).

A portaria mostra que o mundo passa por mudanças profundas e a escola precisa se adequar às transformações vivenciadas na contemporaneidade. Entretanto, é preciso perguntar se apenas a implementação de uma lei é suficiente para promover a revolução necessária na educação brasileira. Segundo Sousa (2021, p. 68):

Nesse modelo, há riscos de que o ensino médio permaneça com a concepção de fase transitória e preparatória para o ensino superior ou de formação para o mercado de trabalho, não atendendo assim, os princípios e finalidades estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Base (LDB). A escola que enfrenta dificuldades para a permanência do estudante por ser conservadora e não conseguir se conectar com a cultura juvenil, corre o risco de se tornar um ambiente mais hostil ainda.

Segundo Santos (1994), é necessário repensar o modelo de educação que foi adotado no Brasil no decorrer dos tempos. Assim, é importante frisar que há trinta anos Santos (1994) já questionava que a crise estrutural da educação tem dimensão maior do que a que se apresenta no interior da escola e que projetos idealizados para dar respostas rápidas à sociedade, provavelmente, não se sustentam (SOUSA, 2021). Logo, é preciso que eles sejam “[...] tão dinâmicos quanto a realidade em movimento e reconheça o comportamento sistêmico das variáveis novas que dão uma significação à totalidade” (SANTOS, 1994, p. 122).

5.3.2. O Projeto de Vida proposto no Novo Ensino Médio

Diante do exposto no subtópico anterior, é necessário definir quais são as projeções que

o currículo do NEM estabelecem para que os estudantes conquistem as metas propostas para o seu projeto de vida de forma eficaz e que viabilizem o sucesso na vida acadêmica, no mercado de trabalho ou na formação de um cidadão crítico-reflexivo. Para Silva, Sobrinho e Leite (2017, p. 133):

A prioridade dada ao novo Ensino Médio é que o aluno adquira a capacidade de ler, escrever, interpretar e calcular no âmbito do ensino da língua portuguesa e matemática, simplesmente. Os conteúdos relacionados a outras áreas do conhecimento, constituintes do atual currículo, que nem sequer foram mencionados, parecem não ter relevância no processo formativo das novas gerações.

De acordo com os autores supracitados, têm-se a impressão de que no NEM, apesar de propor a educação integral, aparecem lacunas que impedem que essa educação (integral) se concretize. Pois, é por meio das ciências humanas que “[...] o aluno é capaz de adquirir conhecimentos que o qualifique e o instrumentalize a apreender e interpretar as realidades sociais, sejam elas atuais ou passadas (SILVA, SOBRINHO, LEITE, 2017, p. 132). E continua os autores:

A escola (e esta é a função dela) deve se aprimorar para preparar os indivíduos para a vida, isto é, para viverem neste mundo, segundo os seus complexos arranjos organizacionais. Com isso, ela deve primar pela justiça, criticidade, ética, solidariedade e pela transformação social, de forma que o indivíduo contribua na construção de um mundo menos desigual e mais democrático (SILVA, SOBRINHO, LEITE, 2017, p. 132).

Logo, compreende-se que o aprofundamento dos conhecimentos por meio das ciências humanas corrobora para o projeto de vida da Geração Z. Mas, com a carga horária reduzida, há prejuízo pedagógico para dimensão de alcance da formação para a cidadania. Com isso, a formação integral é prejudicada.

No Novo Ensino Médio, por meio das unidades curriculares eletivas orientadas – que faz parte dos itinerários formativos – os estudantes têm acesso a parte diversificada do currículo e cuja proposta é elencar diretrizes para o seu projeto de vida. No entanto, há riscos de se priorizar a educação profissionalizante que foi um modelo tão criticado no passado (SOUSA, 2021).

A crítica em relação às unidades curriculares eletivas orientadas se faz por entender que os professores não foram capacitados para atuar nesta concepção e, é comum perceber que elas estão se transformando apenas em componentes curriculares que se destinam a completar a carga horária dos professores. Os docentes criam projetos, sem eficácia e que tem pouco significado para o projeto de vida dos estudantes.

Além disso, para os jovens que idealizam experiências ligadas aos recursos digitais (falta estrutura física e ferramentas pedagógicas), é contraditório perceber que a escola não é capaz de oferecer a formação adequada para o mundo informacional que, talvez, seja aquele que

contemple o projeto de vida dos estudantes. Com base no exposto, é possível que os argumentos apresentados por Silva, Sobrinho e Leite sejam pertinentes.

A instituição escolar não pode, apesar de ser desigual por natureza/na sua origem, propagar/reproduzir a segregação que extrapola os seus muros, tendo o trabalho pedagógico assentado num currículo raso, que preza pela educação técnica, pois nem todos os concluintes do Ensino Médio, pelas inúmeras catracas sociais impostas politicamente, encontrarão portas abertas no mercado de trabalho, lamentavelmente (2017, p. 133).

Quando o currículo propõe que quase metade de sua carga horária se destine às unidades curriculares eletivas, mostra que o conhecimento necessário para a formação integral não é contemplado, pois, compromete o projeto de uma educação que trabalhe temas na transversalidade e na interdisciplinaridade ao estabelecer horários específicos destinados a temas específicos. De acordo com o Currículo em Movimento:

Eixos Transversais no currículo diz respeito à compreensão que os estudantes necessitam ter para vivenciar e experimentar as diversas questões em suas relações sociais que ora não devem ser esquecidas ou silenciadas na escola (SEEDF, 2021, p. 23).

Quanto a compreensão de interdisciplinaridade, é relevante se apropriar da análise de Frigotto em que a interdisciplinaridade se impõe em função do “homem se produzir enquanto ser social e enquanto sujeito e objeto do conhecimento social” (FRIGOTTO, 1995, p. 26).

Para ilustrar o argumento apresentado, é possível pegar como exemplo, uma escola pública de uma Região Administrativa do Distrito Federal, para preservar o sigilo da instituição de ensino ela será denominada como Escola “A”. Nesta Unidade de Ensino, a carga horária do 1º Ano do NEM, das terças e quintas-feiras se destinam às unidades curriculares eletivas e projetos de vida, disponibilizando assim, 12 horas aulas semanais.

Na Escola “A”, dentre as várias disciplinas eletivas ofertadas para totalizar as 12 horas aulas, tem-se, por exemplo: Direitos humanos; Luxo ou lixo: Depende de você; Cultura espanhola; A jornada do autoconhecimento; Saúde em movimento; Química ambiental; A leitura da realidade pelos olhos da estatística. A opção da disciplina a ser cursada depende da escolha do aluno (por isso tantas opções de eletivas), entre as oferecidas semanalmente. É importante destacar que, da forma como elas são estruturas pela escola e trabalhadas pelos professores, provavelmente, o processo de interdisciplinaridade fique comprometido.

A partir do contexto apresentado, questiona-se a importância e a efetividade das unidades curriculares eletivas ofertadas nas escolas e que pretendem atender ao projeto de vida desses jovens. De acordo com Sousa e Peluso (2019, p. 111):

Os paradoxos relacionados à qualidade da educação, as intencionalidades do poder público e os objetivos da formação escolar não podem desconsiderar o principal protagonista, o estudante. É justamente o estudante que sai da educação básica sem ter

um norte de qual o caminho a seguir dali em diante, pois ele, supostamente, sai de uma escola que apresenta precárias condições de infraestrutura; sua formação foi deficiente; o currículo não atende às necessidades para uma qualificação satisfatória e coerente ou para o mercado de trabalho, ou para educação continuada ou para a formação cidadã.

Por isso as críticas em relação ao Novo Ensino Médio, algumas áreas de conhecimento perderam carga horária para que fosse necessário a inclusão dos itinerários formativos, no qual o objetivo era uma educação integral. No entanto, sem implantar a educação em tempo integral a educação integral se torna, praticamente, inviável e compromete a formação plena do estudante, como mencionado por Sousa e Peluso (2019).

Quando o governo cria leis para promover mudanças na educação pública é preciso cuidado, uma vez que as realidades vivenciadas nas escolas são diversas. Assim sendo, ela não pode ser meramente uma escola do acolhimento, ela precisa ser também, do conhecimento (LIBÂNEO, 2012). Sousa e Peluso (2019, p. 114) esclarece que:

É preciso que o estudante do século XXI tenha a capacidade de analisar o que se propõe para a educação brasileira evitando assim que esse indivíduo se transforme em alguém que age por estímulos determinados pela sociedade da produtividade, em que o excesso de hiperatividade, característico do excesso de desempenho se transforme em uma falsa ilusão de liberdade (SOUSA; PELUSO, 2019, p. 114).

As discussões apresentadas no tópico têm por objetivo discutir se a organização do currículo do Novo Ensino Médio, estruturado pela FBG e IF contempla o projeto de vida dos jovens da Geração Z. Essa juventude que está em processo de formação diante de um mundo com profundas transformações do analógico para o digital. Afinal, referindo-se a Freire (2007, p. 59), “Ensinar exige respeito à autonomia do ser do educando.

Luz Neto (2021) e Uchoa et al (2020), argumentam que a reforma traz o projeto de vida focado no individualismo e numa perspectiva competitiva neoliberal. Além disso, na prática escolar ele é equivocado, por permitir que profissionais de notório saber possam atuar como docentes, mesmo sem formação acadêmica. De acordo com o Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio da SEEDF:

A oferta dos Itinerários Formativos no Novo Ensino Médio possibilita a articulação com instituições parceiras para o oferecimento de outros conhecimentos que são exigidos para a formação cidadã dos estudantes. As parcerias podem ser realizadas em parte ou no todo dos Itinerários Formativos, inclusive para cursos de qualificação profissional e técnicos de nível médio (SEEDF, 2021, p. 124).

É importante destacar ainda que com as mudanças instituídas pela Lei nº 13.415, a composição do currículo estabelece o fim da obrigatoriedade do ensino de Geografia, algumas disciplinas são optativas para os alunos. Para Silva, Sobrinho e Leite (2017, p. 129), a lei “configura-se em mais um abalo nos princípios democráticos do país”.

Nesse sentido, Luz Neto (2021) afirma que o novo ensino médio tem o sentido de formar

os filhos da classe trabalhadora para atividades laborais simples em detrimento da formação integral, contrapondo ao que está expresso na LDB de 1996. Segundo o autor, O NEM traz consequências graves, como por exemplo, o ensino médio como terminalidade para os filhos e filha da classe trabalhadora. Segundo Uchoa et al (2020), também está de acordo com essas críticas, segundo o autor, a Lei retira conteúdos historicamente acumulados que permitem o desenvolvimento dos estudantes em favor da ideia de competência, com sentido de adaptar os sujeitos às novas dinâmicas marcadas por contradições vigentes na sociedade contemporânea. Tal concepção de competência tem um sentido muito forte de ser para atender demandas de mercado em detrimento do mundo do trabalho.

Quando se faz a crítica com relação a formação do ensino médio focado no mercado de trabalho, não se pode dizer que não se deve trabalhar, uma vez que a categoria trabalho é central na vida (Sousa et al., 2023). O que não pode ser considerado adequado é ter um ensino com centralidade em uma dimensão e deixando as outras com lacunas, principalmente, para jovens da classe trabalhadora. Pois, os filhos dos ricos continuaram nas escolas particulares tendo acesso aos conhecimentos científicos no ensino médio e os itinerários formativos como complemento para a sua formação. Desse modo, pode-se afirmar, em consonância com os autores Luz Neto (2021) e Uchoa et al (2020), que interessa a pequenos grupos ter uma reforma que privilegie certos segmentos da sociedade e se mantenha as desigualdades sociais

Sousa et al (2023) argumentam que os professores que ministram as aulas dos Itinerários Formativos observam que os estudantes não estão satisfeitos como o NEM, pois, consideram que o conteúdo trabalhado não contempla as expectativas, não há inovação, não há recursos tecnológicos, falta material didático adequado e recurso financeiro para a realização de trabalho de campo. Além disso, eles são matriculados em disciplinas eletivas que não atendem aos seus objetivos, nem sempre tem autonomia para escolher o que pretende estudar e são matriculados em componentes disponibilizados pela escola, dentro das vagas disponíveis. Enfatiza-se ainda, que os docentes escolhem a disciplina eletiva que irá lecionar a partir de uma lista ofertada pela SEEDF.

Diante de tantos entraves, Sousa et al. (2023) argumenta que o resultado desse modelo de ensino é a insatisfação dos alunos, que se manifesta em forma de evasão escolar. Nos dias de aulas em que se ofertam as disciplinas eletivas dos Itinerários Formativos, muitos discentes não se dispõem a ir para a escola e quando estão presentes, não se habilitam a realizar as atividades propostas. Dessa forma, a aula se torna improdutiva e alguns estudantes não cumprem a carga horária exigida.

Depois de tantas polêmicas o MEC promoveu no decorrer de 2023 audiências públicas para discutir o NEM com a participação de alunos, professores e gestores escolares em todo o país. A partir dos resultados dos trabalhos, o Governo Federal enviou para o Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) de Diretrizes para a Política Nacional do Ensino Médio, propondo alterações no NEM. Mas, para que as mudanças sejam efetivadas, o PL precisa passar por debates na Câmara dos Deputados e pelo Senado e poderá ainda sofrer alterações (Sousa et al, 2023).

O Jornal online *Agora Litoral*⁴⁷, em sua edição de 23 de outubro apresenta uma síntese do que está contido no PL. A reportagem apresenta as principais mudanças propostas no Projeto os quais consta a mudança na carga horária das disciplinas obrigatórias (FGB) que eram de mil e oitocentas horas (1.800 horas) e se propõe aumentar para duas mil e quatrocentas horas (2.400 horas), sem integração com o curso técnico; carga de um mil e duzentas horas (1.200 horas) para os itinerários formativos, áreas de conhecimento ou curso técnico escolhidos pelos estudantes; as disciplinas de língua portuguesa, língua inglesa, língua espanhola, arte, geografia, história, matemática, biologia, física, química, serão obrigatórias em todo o ciclo do Ensino Médio.

Além das propostas listadas no parágrafo anterior, o PL propõe a revogação dos Itinerários Formativos e a criação do Percurso de Aprofundamento e Integração de Estudos, aliados à pelo menos, três áreas de conhecimento; a proibição em ofertar a parte de Formação Geral Básica por meio da educação a distância e, também, impede que profissionais de notório saber ministrem aulas.

Segundo Sousa et al. (2023), a investigação propõe analisar a prática docente no NEM a partir do entendimento de que o currículo limita o processo de ensino e aprendizagem, por não dar ênfase aos conhecimentos científicos, principalmente das áreas de Ciências Humanas e, também porque sobrecarrega esses profissionais ao exigir que desenvolvam projetos que atendam aos itinerários formativos como forma de complementação de carga horária.

Em relação ao componente curricular de Geografia, considerando o Currículo em Movimento do Distrito Federal, que adota a semestralidade, têm-se apenas duas aulas semanalmente em um dos semestres letivos. Com uma carga horária tão reduzida, a aprendizagem dos conhecimentos geográficos ficam comprometidos e parte significativa dos conteúdos não são estudados.

Alguns professores precisam complementar a carga horária com as disciplinas eletivas. Dessa forma, a Secretaria de Estado disponibiliza uma lista de componentes curriculares da área

⁴⁷ Governo envia ao Congresso projeto com mudanças no Novo Ensino Médio. Reportagem divulgada em 23 de out./2023. Disponível em: <https://agoralitoral.com.br/noticias/governo-envia-ao-congresso-projeto-com-mudancas-no-novo-ensino-medio/>. Acesso em 08 nov./2023.

de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para que o professor possa complementar a sua carga horária por meio das eletivas contidas nos itinerários formativos como, por exemplo, *Conhecendo do Distrito Federal, Urbanização, memória e direito à cidade* ou *Geografia e trabalho*. Há situações em que o professor precisa trabalhar as três eletivas, além das três séries do Ensino Médio (1ª, 2ª e 3ª série). Dessa forma, o professor adquire uma carga exaustiva de conteúdos para preparar suas aulas, muitas vezes, sem recursos didáticos ou com de falta estrutura física para a realização do seu trabalho docente.

Diante das informações mencionadas quanto à quantidade de conteúdos que são entregues aos professores e dos quais eles necessitam se apropriar para planejar as suas aulas, deve-se analisar se essa estrutura não afeta o desempenho do profissional, não interfere na formação plena do estudante e se o NEM possibilita a formação plena do estudante.

Portanto, as discussões realizadas neste trabalho pretende entender-se a educação proposta contempla o projeto de vida da juventude que convive com uma realidade altamente conectada com o mundo virtual, com transformações profundas no mercado de trabalho, nas relações interpessoais e no modo de ver o mundo que é fortemente influenciado pelas redes sociais.

DISCUSSÕES FINAIS

As discussões realizadas na pesquisa de tese mostram que as mudanças nas relações de trabalho que caracterizam o mundo contemporâneo provocam alterações no modo de ver o emprego. As forças produtivas se aliam ao capital e o econômico se sobrepõe ao social. A partir da análise do emprego – que é o trabalho remunerado – no espaço urbano e tendo como sujeito da pesquisa os trabalhadores da Geração Z, foi que a pesquisa se desenvolveu. Mas, a investigações também envolveram as gerações anteriores, considerando que o recorte temporal da pesquisa abrangeu os últimos sessenta e três anos da história de desenvolvimento econômico e de modernização da sociedade brasileira.

Entender o emprego urbano perpassa pela necessidade de analisar a questão fundiária que, historicamente, interfere na estrutura social brasileira. O Brasil é um país desigual, e a miséria no meio rural expulsa trabalhadores do campo que vão em busca de emprego nos grandes centros urbanos, processo que se intensificou a partir da segunda metade do século XX. É a partir desse cenário que a pesquisa procurou responder ao primeiro questionamento apresentado, em que se pergunta qual a relação entre a migração rural-urbana e o seu impacto na formação do mercado de trabalho brasileiro nos últimos sessenta anos. A resposta foi dada no capítulo dois da tese, no qual se percebeu que a concentração de terras, muitas vezes improdutiva, nas mãos de uma elite agrária fortalecia e fortalece a mentalidade agroexportadora ainda presente no país.

Com isso, a investigação mostrou que os primeiros trabalhadores que constituíram a mão de obra operária e ajudaram a construir a Nova Capital, migraram para o Planalto Central fugindo da pobreza e da falta de oportunidades de trabalho no meio rural. Apesar dessas informações não representarem uma novidade na estrutura social brasileira, elas são importantes para mostrar como o crescimento urbano interferiu na estrutura socioeconômica do Distrito Federal, em que a pequena oferta de emprego para trabalhadores pouco qualificados, criou um exército de mão de obra reserva ainda na primeira década da inauguração de Brasília.

No capítulo 2 foi possível perceber que os operários, denominados de candangos, que constituíam a mão de obra pouca qualificada, trabalhavam em condições precárias, construindo uma cidade que não lhes pertenceria. No entanto, a maioria se fixou com as suas famílias nas cidades-satélites que foram surgindo ao entorno do Plano Piloto, em função do crescimento urbano da região. Aqui, muitos prosperaram e conseguiram dar aos filhos oportunidades que, provavelmente, em sua terra de origem não conseguiriam conquistar, por outro lado, o resultado não foi tão prospero para todos. Infelizmente, muitos migrantes que se estabeleceram na Nova

Capital se transformaram em mão de obra precarizada e informal, que viviam e vivem nas regiões periféricas do Distrito Federal e nas Regiões do entorno da Unidade Federativa.

Dentre os pioneiros – era a Geração *Baby boomers* – que vieram para Brasília na época da construção, também havia trabalhadores com certo grau de instrução, que não buscavam emprego na construção civil. Eram funcionários públicos transferidos do Rio de Janeiro ou jovens atraídos por uma oportunidade de emprego na Capital que era considerada o eldorado da época. Apesar das adversidades que era viver na Nova Capital, as vagas disponíveis no serviço público possibilitaram a muitos imigrantes conquistarem um emprego estável e com boa remuneração.

Outro ponto marcante que o Capítulo 2 mostrou foi a presença e o papel desempenhado pela mulher durante a construção e nos primeiros anos de Brasília. Mesmo com o silenciamento imposto pela história que destaca a figura masculina, a mulher esteve presente e exerceu várias atividades e diferentes trabalhos naquela época. A investigação trouxe documentos públicos que trazem mulheres em diversas profissões, o que comprova a sua importância naquele período.

Em relação ao questionamento dois da pesquisa no qual se pergunta quais as principais mudanças que vem ocorrendo nas relações de trabalho a partir da intensificação das políticas neoliberais na década de 1990, o Capítulo 3 trouxe uma discussão ampla que envolve a intrínseca relação entre o crescimento urbano e emprego, em que se argumenta que o primeiro torna o mercado de trabalho mais competitivo e disputado. Nesse sentido, o setor que mais empregava já era o terciário, o que não significa que os trabalhadores que atuam nesse setor sejam qualificados e bem remunerados. Pois, ele engloba também a informalidade.

No Capítulo 3, apresenta-se os dados coletados no questionário aplicado para se caracterizar os trabalhadores da Geração X e Y. Com a análise das respostas dos respondentes foi possível caracterizar os trabalhadores do Distrito Federal e a partir daí compreender a dinâmica do mercado de trabalho na Capital do país.

Dando início à interpretação das informações contidas no questionário, identificou-se que a Geração X é constituída por pessoas com alta escolaridade, sendo que a maioria tem curso superior e muitos possuem título de pós-graduação. Parcela significativa são servidores públicos, que possuem estabilidade no emprego e boa remuneração. Dos respondentes, muitos são imigrantes que vieram de diversas regiões brasileiras, mas a maioria já são nascidos no Distrito Federal. É importante destacar que não há desempregados ou trabalhadores informais neste grupo de participantes da pesquisa, todos conseguiram êxito profissional.

Os respondentes da Geração Y, consta que nesse grupo também há imigrantes, assim

como a Geração X, poucos não nasceram na Capital Federal. A maioria possui bom nível de escolaridade, sendo que alguns são pós-graduados, há pessoas que só possuem o ensino médio. O quantitativo de servidores públicos declarados é bem menor, apenas dois. Mas, há aqueles não declarados como, por exemplo, os professores que atuam na rede pública de ensino.

Apesar dos dados dos respondentes do questionário da Geração X e Y mostrarem que eles possuem alto grau de qualificação e nenhum se declarou desempregado ou trabalhador informal, essas características não indicam a realidade dos trabalhadores do Distrito Federal, quando se compara com os dados oficiais da estrutura de ocupação da Capital. Do universo de sessenta e oito respondentes da pesquisa, quase metade (46,4%) são servidores públicos e esses dados se diferem dos divulgados pela Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2021, que indica 21,1%. Porém, é preciso entender que o questionário, mesmo sendo aplicado de forma aleatória, alcançou um público específico constituído por pessoas de maior escolaridade e renda.

A análise dos dados divulgados pelo PDAD 2021, mostram que apesar do grande número de servidores públicos, houve uma redução de 10,5% entre o período de 1992 e 2021. Tal fato pode indicar que a política neoliberal que defende o Estado mínimo tenha afetado a geração de emprego público, pois, no mesmo período, o setor privado cresceu 12,1%. Por outro lado, o número de autônomos também cresceu na ordem de 8,3%, este índice pode indicar que a queda na oferta de trabalho formal nas empresas privadas e os baixos salários ofertados, tenha levado os trabalhadores a atuarem como autônomos.

O capítulo três mostrou ainda a distribuição dos trabalhadores por setor de atividades constantes na pesquisa do PDAD/2021. Sendo que o terciário é o que mais emprega com destaque para o comércio, serviços de educação, saúde, serviço social e administração pública. Os serviços por aplicativo (que representa uma nova modalidade de serviços) já representa 5,4% dos trabalhadores, um número significativo e é o mesmo da construção civil. A indústria e a agropecuária continuam sendo os setores que menos empregam. Quando se analisa o item “outros”, causa estranheza o índice elevado de 38,1% de trabalhadores, o que pode indicar que aí estão incluídos os trabalhadores na informalidade.

Ao discutir a força do capital que intervém no mercado de trabalho, argumenta-se que o processo de industrialização poupador de mão de obra adotado no Brasil, pode justificar o crescimento do setor informal. Segundo Harvey (2007), o proletariado substituiu o precarizado. Há grande quantitativo de trabalhadores nessa condição e comprova a relação entre urbanização, precarização das relações de trabalho e pobreza nas grandes cidades.

O Distrito Federal não foge à regra e esse fato se concretiza. Na região metropolitana do

DF, pode ser que haja um grande quantitativo de trabalhadores que se encontram em trabalhos precarizados – se somar os 38,1% de trabalhadores que não indicam a ocupação mais os 5,4% de trabalhadores por aplicativos, têm-se um total de 43,5% de trabalhadores que, provavelmente, se encontram nessa situação.

O crescimento urbano no Distrito Federal na década de 1990, decorrente de políticas públicas populistas que estimularam o processo migratório como a doação de lotes, interferiu na dinâmica do emprego na região e gerou um excedente de mão de obra que favoreceu a implantação de políticas neoliberais que fragilizaram os direitos trabalhistas. É importante destacar que esse fato ocorreu no mundo e se concretizou no Brasil com a implantação da Reforma Trabalhista de 2017. Aliada a esses eventos, tem-se ainda o avanço tecnológico que elimina postos de trabalho.

Diante do novo cenário apresentado no parágrafo anterior, fragiliza-se as organizações de classe (sindicatos) – as Gerações Y e Z não tem credibilidade nestas organizações – que unia e fortalecia a luta dos trabalhadores na época da política do bem-estar social (*welfare state*) que caracterizou o período pós-Segunda Guerra Mundial. As gerações *Baby boomers* e parte da Geração X vivenciaram esse período.

Dessa forma, as discussões realizadas no capítulo mostram que a estabilidade no emprego público, que atraiu parcela significativa dos trabalhadores da Geração X no Distrito Federal, não é mais uma certeza, pois 32,2% dos servidores públicos do DF não são estatutários, ou seja, possuem outras formas de vínculo empregatício. Nas décadas de 1980 e 1990, a Geração X acreditava na liberdade e na estabilidade financeira, o que fazia com que parte dos trabalhadores buscassem trabalho no serviço público.

O capítulo trouxe ainda as novas tendências e transformações do trabalho urbano em função da fluidez do capital e do crescimento dos recursos tecnológicos como, por exemplo, os serviços avançados ou serviços por aplicativos. Com o crescimento desse tipo de atividade, o desemprego e a vontade de ser empreendedor faz com que muitos trabalhadores tenham por opção ser motoristas de Uber ou atuar em outras funções que utilizem esses tipos de ferramentas tecnológicas, mas eles não se enxerguem como precarizados.

A partir do exposto, as discussões apresentadas mostram que a economia compartilhada, que se refere ao modelo de trabalho colaborativo realizado entre pessoas, produtos e serviços de diversas atividades que passaram a ser monetarizadas e comercializadas online, pode ser uma forma moderna de trabalho e pode ser uma ameaça aos trabalhadores, por violar os seus direitos trabalhistas. Entretanto, quando recebem críticas, as plataformas que disponibilizam os

aplicativos, argumentam que não são empregadores, apenas disponibilizam uma tecnologia que pessoas autônomas possam utilizá-la, portanto não há vínculo empregatício e sim uma relação entre cliente e empresa.

Assim, o Capítulo 3 mostrou como a acumulação de capital nos grandes centros urbanos, como o Distrito Federal, gera contradições e desigualdades entre os vários tipos de emprego. De um lado, empregados com bons salários e de outro, uma massa de trabalhadores excluídos que sobrevivem de trabalhos precários e informais.

O Capítulo 4, que trata das diferentes formas das Gerações X, Y e Z vislumbrarem o emprego no Brasil, procurou responder a seguinte questão: qual a análise necessária que se faz em relação aos termos empreendedorismo, meritocracia e uberização das relações de trabalho? Os dados da pesquisa mostram que nem sempre o que é divulgado pela imprensa e pelos diversos segmentos empresariais são verdades absolutas. A análise teve início com as discussões envolvendo as mudanças que ocorreram na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que ocorreu com a reforma Trabalhista de 2017. Os dados indicaram que a maioria dos respondentes do questionário que disseram ser favorável à nova Lei, são trabalhadores que não foram afetados por ela.

Em relação às discussões envolvendo a fluidez das mudanças que vem ocorrendo no mundo nestas primeiras décadas do século XXI (BAUMANN, 2000), o capítulo destaca concepções distintas, da forma como as Gerações X, Y e Z vislumbram o mundo do trabalho e como as empresas avaliam e se preparam para vivenciar novas perspectivas na relação entre capital e produção. Nesse novo cenário, o que importa é o lucro e a rentabilidade e as oportunidades são dadas de acordo com o desempenho e a produtividade.

Diante disso, analisou-se a forma como as Gerações *baby boomers* e X enxergam o emprego, com ideais de mentalidade de longo prazo e com a sensação de estabilidade relativa, esses grupos não se aventuravam em novos projetos profissionais. As gerações posteriores Y e Z, ao contrário, buscam desafios profissionais com frequência e reconhecimento imediato, se não são contemplados não se intimidam em se lançar na busca de novos projetos. Além disso, caracterizou a Geração Z como nativa digital e, portanto, esses jovens idealizam empregos ligados às tecnologias e às plataformas digitais.

O resultado da pesquisa feita com os jovens da Geração Z indicam que, apesar das características apresentadas no parágrafo anterior, eles contrariam as análises feitas por empresas e corporações que pesquisam o mercado de trabalho. Assim, apesar da mentalidade de curto prazo, da afinidade com as novas tecnologias, esses jovens ainda idealizam o mercado de trabalho

como as gerações anteriores, querem o emprego público, a estabilidade, principalmente, os trabalhadores que possuem maior poder aquisitivo. Eles podem até reverberar a opinião da imprensa e das pesquisas, mas não é o que eles idealizam como projeto de vida.

Algumas reportagens sobre mercado de trabalho que foram apresentadas na pesquisa argumentam que as empresas valorizam mais a experiência e a eficácia da Geração X. No entanto, no mundo real, à medida que a faixa etária avança, encurta as oportunidades de trabalho. Portanto, as empresas valorizam em seus profissionais a criatividade e o domínio das TIC's, nesse sentido a Geração X está em desvantagem. A investigação indica ainda que nenhuma das gerações acredita em meritocracia, mesmo que o desempenho individual seja uma grande virtude, outras variáveis interferem no crescimento profissional.

Outro ponto que contraria as reportagens dos principais meios de comunicação e as propagandas que divulgam as supostas vantagens do empreendedorismo, é que parte significativa dos trabalhadores não tem pretensões de empreender e ser o seu próprio patrão. Acreditam que empreender no Brasil é difícil, pois o governo não estimula tal prática. A maioria dos participantes da pesquisa, tanto os respondentes do questionário quanto os que foram entrevistados, tem pensamento a favor da previdência pública, do emprego formal e desejam prestar concurso para conquistar um cargo de servidor público. Eles também consideram que o Distrito Federal oferece boas oportunidades de emprego, principalmente, no serviço público.

Em relação ao questionamento sobre qual é o papel da educação na formação e qualificação dos trabalhadores para as próximas décadas do século XXI, a pesquisadora dialogou com estudantes que cursam a primeira e a segunda, entrevistou dois estudantes da terceira série e outros seis responderam ao questionário proposto e a resposta foi contemplada no Capítulo 5. A partir das informações alcançadas, entende-se que há muitas lacunas no processo educacional brasileiro e que as políticas públicas adotadas na tentativa de solucionar os problemas, não foram exitosas.

Dentre as políticas públicas implantadas recentemente, destaca-se o NEM. A Lei 13.415/2017 foi implantada sob críticas de vários segmentos da sociedade por apresentar falhas que comprometem a sua eficácia. Assim, analisou-se se as mudanças promovidas no ensino médio por meio da Lei 13.415/2017 são capazes de superar as adversidades vivenciadas pela educação pública e se ela atende ao projeto de vida da Geração Z, Jovens nascidos início do século XXI.

Entende-se que o Novo Ensino Médio ainda é recente e que qualquer avaliação mais profunda pode ser uma análise prematura. No entanto, já é possível apresentar algumas possíveis

falhas no currículo da Nova Lei. Dentre elas a forma como se organizou a operacionalização das aprendizagens ao propor uma grande carga horária para os Itinerários Formativos, que nem sempre atendem ao projeto de vida dos estudantes e compromete a carga horária dos conhecimentos necessários para formação integral dos discentes.

O documento sofre resistência quanto à sua implementação por parte de docentes e de especialistas que pesquisam o NEM. Eles (docentes e especialistas), o consideram prejudicial à educação pública. Com isso, a análise dos professores e dos pesquisadores podem ser consideradas por governantes e demais autoridades ou mesmo alguns segmentos da sociedade civil como atitude de rejeição ou repúdio em relação ao documento. Mas, é pertinente considerar que a Lei 13.415/2017 foi implementada de forma impositiva e pouca democrática, por não envolver os principais sujeitos que participam do processo educacional brasileiro. Apesar de entender que a escola e a educação vigente apresentam tendências controversas para atender a juventude do século XXI, é importante entender que para implantar mudanças estruturantes que modifiquem de forma radical o modelo em vigor, faz-se necessário a participação dos vários segmentos sociais que estão envolvidos direta e indiretamente no processo escolar.

A sociedade da fluidez e da modernidade líquida prioriza sujeitos proativos e preparados para serem inseridos no mundo subordinado ao conhecimento técnico-científico-informacional (SOUSA, 2021). Mas, cabe ao poder público criar políticas que possibilitem espaços e capital humano favoráveis ao desenvolvimento de um projeto de educação de formação integral, que contemple os anseios da sociedade e do mundo do trabalho. Diante disso, a educação brasileira precisa passar por mudanças profundas que seja voltada para a formação global dos sujeitos (cognitivo, afetivo e social).

CONCLUSÃO

A partir do problema de tese apresentado que foi os limites e tensões que a juventude do século XXI enfrenta em relação ao mercado de trabalho para realizarem seus projetos de vida, diante das dificuldades da vida urbana decorrentes da precarização do emprego e da fragilidade das relações que caracterizam, atualmente, o mundo do trabalho. A pesquisa alcançou os seus objetivos gerais e específicos, os quais serão apresentados a seguir.

Quanto ao primeiro objetivo, compreendeu-se que na segunda metade do século XXI o Brasil se concretizou como país urbanizado, industrializado e moderno. A política desenvolvimentista adotada por Juscelino Kubitschek à época, trouxe mudanças profundas para a estrutura socioeconômica. Por meio da construção de estradas que ligaram o centro do país às diferentes regiões e da construção de Brasília, o Governo JK intensificou a marcha para o oeste iniciada na Era Vargas.

Brasília pode ser considerada uma resposta do Governo Federal ao objetivo de transformação socioeconômica da época. Apesar de não ser uma unanimidade, parcela significativa dos brasileiros eram favoráveis à mudança da Capital para o interior do país. Para os brasileiros que viviam nas diferentes regiões brasileiras, a construção de Brasília poderia dinamizar e descentralizar a economia Brasileira, fortemente centrada no Sudeste.

Os jornais da época mostravam as diferentes opiniões no país e fora dele. Jornais do Sul comparavam a ocupação central à marcha para o Oeste que ocorreu nos Estados Unidos, que por meio várias caravanas levavam pessoas para promover o desenvolvimento do interior daquele país.

O Norte e Nordeste viam nesse processo de ocupação da região central do país, como novas oportunidades de geração de emprego e melhoria nas condições de vida de pessoas que viviam naquelas regiões distantes do centro do poder político, que sofriam com a falta de emprego e a pobreza. Os políticos daquelas regiões perceberam nesse projeto uma possibilidade de aproximação com o centro das decisões administrativas, o que poderia favorecer o crescimento e desenvolvimento de seus estados.

A Região Centro-Oeste até a década de 1950 ainda era pouco povoada, formada por pequenos vilarejos e algumas cidades criadas no período do ciclo da mineração. Mas a integração entre elas era dificultada devido à ausência de estradas e de infraestrutura. Portanto, a transferência da Capital para o Goiás foi amplamente apoiada por diferentes segmentos da sociedade da região.

A resistência em relação à mudança veio da Região Sudeste, principalmente, do Rio de Janeiro. Os jornais da época criticavam de forma veemente o projeto e contavam com o apoio dos empresários e dos funcionários públicos, provavelmente, temiam perder a força política que exerciam na antiga capital e ter prejuízos econômicos.

Portanto, a construção de Brasília promoveu a ocupação do interior do país e a integração entre as diversas regiões. Além disso, gerou novos postos de trabalhos na construção civil, no setor de serviços e intensificou o fluxo migratório para a parte central do Brasil. Esse fenômeno comprova as mudanças nas características socioeconômicas do país, de estrutura agroexportadora para o urbano industrial e, para simbolizar a modernização, nada mais apropriado do que uma nova capital com arquitetura futurista.

Quanto a análise dos dados da investigação, mesmo sendo aplicado de forma aleatória, o questionário da pesquisa alcançou um público específico de trabalhadores de Brasília com alta escolaridade, renda elevada e parcela significativa constituída por funcionários públicos, entre os respondentes da Geração X. As pessoas que responderam à pesquisa pertencentes à Geração Y, apresenta características semelhantes quanto ao grau de escolaridade e renda, mas com índice menor de servidores públicos.

A Utilização de dados oficiais de pesquisa do PDAD, possibilitou comparar os dados dos participantes da pesquisa e os demais trabalhadores do Distrito Federal. Dessa forma, percebeu-se que as políticas neoliberais adotadas pós década de 1990, de fato interferiram na estrutura do emprego. Desse período em diante, por exemplo, houve redução no número de servidores públicos.

Além disso, o crescimento populacional no Distrito Federal e na Região do Entorno, fez crescer um exército de reserva de mão de obra que afetou o surgimento de novas oportunidades de emprego formal na Capital e levou um grande quantitativo de trabalhadores para a informalidade. Essa análise se torna possível quando se observa a quantidade de pessoas que não indicam qual a atividade que exerce e, também o crescimento de trabalhadores por aplicativos – atividades sem vínculo empregatício e com baixa remuneração, portanto informais e precarizados.

As análises desenvolvidas na tese mostram as diferenças nas relações de trabalho se comparado os períodos anteriores e pós década de 1990. As pesquisas disponíveis em artigos, reportagens e textos bibliográficas mostram como a Geração X vivenciou um período de bem-estar social decorrentes da estabilidade no emprego. Essas análises podem ser constatadas com a posição social vivenciada pelos trabalhadores da Geração X do Distrito Federal que responderam

ao questionário.

Quando se compara o antes e o depois da década de 1990, como foi proposto no segundo objetivo, a investigação traz informações que mostram as mudanças ocorridas no país a partir daquele período, como as discussões envolvendo a flexibilização das relações de trabalho e mudanças na previdência social. As alterações passaram a ser votadas no Congresso e implantadas a partir daquela década. A mudança mais impactante foi a Reforma Trabalhista de 2017, que trouxe consequências significativas para os trabalhadores. Com isso, a segurança jurídica que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) permitia se fragilizou com a nova lei.

Dessa forma, além das políticas econômicas adotadas na década de 1990 e, aliada à nova realidade mencionada nos parágrafos anteriores, tem-se o desenvolvimento técnico informacional que também acrescenta mudanças profundas na estrutura do trabalho e faz surgir outras formas de empregos, como os serviços avançados com o uso de aplicativos digitais.

As discussões desenvolvidas no terceiro objetivo da pesquisa se apresentam contraditórias, no que diz respeito aos conceitos de empreendedorismo, meritocracia e os trabalhos por aplicativos. Além disso, nas análises realizadas durante a investigação, comprovou-se que as diferentes gerações não vislumbram o emprego da mesma maneira. A Geração X era mais focada nos ideais e projetos de longo prazo e, por meio deles, alcançar o sucesso profissional e a estabilidade financeira, os sujeitos que constituem essa geração não eram aventureiros.

Por outro lado, a Geração Y, devido o apoio dos pais, se permitem arriscar mais. É a geração que domina as novas tecnologias, são criativos e gostam de desafios. Eles começaram a vida profissional no início do século XXI e as facilidades profissionais não são as mesmas da geração anterior, eles enfrentam dificuldades de se integrar ao mercado de trabalho, por isso, acreditam que a formação e a capacitação são grandes diferenciais na busca por uma oportunidade de emprego. Por isso, se qualificam constantemente.

Os jovens da Geração Z são os nativos digitais e são os que mais sofrem os impactos da flexibilização do mercado de trabalho. É possível considerar que, por ser tão jovens ainda não alcançaram o sucesso profissional ainda. A renda desses jovens é bem inferior aos das Gerações X e Y, os empregos não atendem às expectativas, por isso, eles não temem mudanças constantes quando não tem o seu desempenho reconhecido. Fazem críticas aos empregadores que exigem qualificação, mas não valorizam financeiramente o desempenho deles.

Contrariando às avaliações de especialistas que estudam o mercado de trabalho e divulgadas em jornais, revistas, sites, artigos de diversos meios de comunicação. Os jovens que moram no Distrito Federal e participaram da pesquisa, não têm pretensões empreendedoras, não

acreditam em meritocracia e consideram os trabalhadores com as novas ferramentas digitais com aplicativos, como uma forma de trabalho precarizada. Dessa forma, o projeto de vida idealizado por essa geração é o mesmo das gerações anteriores, que é ser servidor público, pois são atraídos pela estabilidade e pelos salários.

Em relação ao quarto e último objetivo, discutiu-se que a educação de qualidade é ponto primordial na formação da juventude e, quando as políticas públicas não contemplam esse importante princípio, toda uma geração pode ser perdida. No Brasil, essa é uma adversidade que parece não ser superada.

As políticas adotadas no país procuram atender os interesses mercadológicos sem considerar as análises realizadas por quem conhece a realidade cotidiana, no chão da escola. Dessa forma, aprovam leis com projetos que não favorecem a superação dos problemas enfrentados pela educação brasileira como, por exemplo, a aprovação do Novo Ensino Médio. A Lei 13.475/2017, que implantou o NEM, além do não trazer soluções para os vários desafios enfrentados pelos jovens que cursam a última etapa da educação básica, acentuou as desigualdades entre os estudantes de diferentes classes sociais.

Assim, mesmo sem considerar vários elementos necessários para que o ensino médio se desenvolva com qualidade, o Governo de Distrito Federal começou a implantar o NEM a partir de 2021, sem considerar a falta de infraestrutura, de recursos didáticos e de profissionais capacitados para atuar com a nova organização curricular. Com isso, tem-se percebido o desinteresse e a desmotivação dos estudantes que não conseguem se identificar com a nova grade curricular criada, segundo os governantes, para atender o seu projeto de vida.

Diante disso, a realidade cotidiana vivenciada pelos estudantes são escolas sucateadas, sem recursos tecnológicos e financeiros para promover uma educação de qualidade. Retiram-se componentes curriculares necessários à construção do conhecimento científico da grade horária, para dar espaço às disciplinas eletivas que trabalham com profissionais de notório saber, com metodologias ultrapassadas ou que atendam aos interesses empresariais de lucrar financeiramente com a implantação de projetos pouco eficazes e voltada para a formação de mão de obra barata.

Portanto, a educação brasileira ainda não foi capaz de criar um modelo educacional que contemple o projeto de vida dos jovens que estão em processo de preparação para o mundo do trabalho e que passa por profundas mudanças.

Diante do contexto apresentado, a primeira hipótese de que as oportunidades de emprego formal para os jovens com boa formação educacional e qualificação profissional estão cada vez

mais restritas se confirma parcialmente, uma vez que apesar do afunilamento das oportunidades de emprego formal, não é possível afirmar que, de modo geral, a formação educacional e qualificação profissional sejam de qualidade.

Entende-se que a análise feita das entrevistas, mostram que os jovens com maior poder aquisitivo têm uma formação educacional de melhor qualidade e conseguem uma vaga no mercado de trabalho com mais facilidade. Além disso, eles são mais seguros quanto ao seu projeto de vida, acreditam em suas potencialidades e planejam seguir carreiras profissionais de sucesso, principalmente no serviço público para manter a qualidade de vida que tem sido proporcionado pelos pais da Geração X, que alcançaram a estabilidade profissional e financeira em suas carreiras profissionais.

Em relação aos jovens entrevistados de menor renda, observou-se que há trabalhadores sem diploma superior, outros estão terminando o curso de tecnólogo ou já terminaram, geralmente, em instituições privadas de baixa qualidade. O resultado é que esses jovens se encontram em atividades precarizadas ou desempregados, não acreditam em suas potencialidades, ou os seus projetos de vida são subjetivos como, por exemplo, trabalhar nas redes sociais sem ter formação ou fazer um curso superior, apenas para tentar prestar um concurso público.

Quanto a segunda hipótese, ela não foi confirmada. Pois, apesar das novas gerações perceberem as dificuldades vivenciadas no mundo do trabalho, considerarem que as oportunidades de emprego estão mais restritas, que as exigências para se conquistar uma vaga de trabalho formal são maiores, esses jovens não tem como projeto de vida ser empreendedores, pois acreditam que as adversidades e a insegurança em montar o seu próprio negócio não é atrativo como meta profissional, mesmo aqueles que tem esse projeto de vida, só desejam efetivá-lo se tiver um emprego formal que lhes dê garantia e segurança.

Quanto à questão da meritocracia, para os trabalhadores mais jovens esse conceito é relativo. Acreditam que é importante ter bom desempenho e dedicação, mas apenas esses elementos não são suficientes para o sucesso profissional. Alguns entrevistados argumentaram que as empresas privadas buscam lucro, não a valorização do profissional. Para outros, apesar do esforço próprio meritocracia é sorte ou indicação.

E, por finalmente, espera-se que as pesquisas e as argumentações desenvolvidas nesta tese permitam uma maior compreensão o mercado de trabalho, do posicionamento das várias gerações, da ação do Estado e levem a novas pesquisas que contemplem a visão do Brasil e de Brasília.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; FIGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. *Contratempo*, Niteroi, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./Jul. 2020.

ARVIN-RAD, Hassan; WILLUMSEM, Maria J.; WITTE, Ann Dryden. Industrialização e desenvolvimento no governo Vargas: uma análise empírica de mudanças estruturais. *Est. Com.*, São Paulo, 27 (1): 127-166, jan.abril, 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/116885/114420>. Acesso em 08 Dez./2022.

AZEVEDO, Ismael de M. Uberização do trabalho: travestida de oportunidade há precarização. **Revista Querubim–Revista Eletrônica de Trabalhos Científicos nas áreas de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais**–Ano16– nº 42 – vol. 9 – out.2020–ISSN:1809-3264.

BAUMANN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de janeiro: Zahar, 2000

BEZERRA, Mariane K. A economia do compartilhamento e a Constituição da República de 1988. **Revista dos estudantes de Direito da Universidade de Brasília**, [S.I], n. 15, p. 92-118, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/redunb/article/view/22377> . Acesso em: 29 mar./2023.

BRENNER, Neil. **Espaço da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica** – 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório da Metrópole, 2018.

BRASIL DE FATO. Março das mulheres – Como elas contribuíram para a construção de Brasília. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/30/marco-das-mulheres-or-como-elas-contribuiram-para-a-construcao-de-brasilia/>. Acesso em 22 jun./2023.

BRASIL, MEC, CNE, CEB. **Resolução CNE/CEB nº 3**, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de novembro de 2018, Seção 1, pp. 21-24. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [...]. Brasília, 2017.

BRASIL. **Lei 8.112/1990**, Presidência da República – Casa Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm. Acesso em: 31. Mar./2023.

CALDAS, Josiane. A economia compartilhada e a uberização do trabalho: utopias do nosso tempo? Porto Alegre – RS, editora FI, 2020.

CICCOLELLA, Pablo; MIGNAQUI, Iliana. Capitalismo global y transformaciones metropolitanas: enfoques e instrumentos para repensar el desarrollo urbano. **Colección Campus Virtual – CLACSO**, Buenos Aires, 2009.

COELHO, Geovana Cristina C.; SCRAMIM, Gustavo Rodrigo M. Reforma trabalhista: precarização do trabalho feminino. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 23, jan./2018.

CORRÊA, Roberto L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para

discussão. In: CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo L. de; SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. – 1. ed., 7ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. Providências básicas para o aproveitamento de 5.380 desempregados em novas frentes de trabalho. n. 01176, Brasília, 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=028274_01&pagfis=13774. Acesso em 28 jul. 2023.

COSTA, Everaldo Batista; STEINKE, Valdir Adilson. Brasília meta-síntese do poder no controle e articulação do território nacional. **XIII Congresso Internacional de Geografia, Universidade de Barcelona**. Barcelona, 2014.

COSTA, Geraldo M. Construções teóricas da problemática urbana brasileira: rupturas, permanências, transcendências e convergências. In: COSTA, Heloisa S. de M.; MONTE-MOR; Roberto L. de M. (Org.). **Teorias e práticas urbanas: Condições para a sociedade urbana** – Belo Horizonte C/Arte, 2015.

COSTA, Heloísa Soares. A metrópole contemporânea e o planejamento territorial. In: Gonzales, Sueli et al. **Planejamento e Urbanismo na Atualidade Brasileira**. Livre Expressão. São Paulo. 2013.

D'A.BARROS, José. **Fontes históricas** – uma introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

DOWBOR, Ladislau. O que acontece com o trabalho? **Coordenação Benjamin Abdala Júnior, Isabel Maria M. Alexandre**. – 2ª ed. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004 (Série Ponto Futuro; 10).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FIORAVANTI, Livia M. Reflexões sobre o “direito à cidade” em Henri Lefebvre: obstáculos e superações. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v.02, n. 02, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio (Orgs.). **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis: Vozes, 1995.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32ª edição, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 2005.

FURTADO, C. Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1980.

GDF. CODEPLAN- **Companhia de Planejamento. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD): Relatório 2021**. Distrito Federal, 2022.

GDF. **Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio da SEEDF**. Portaria nº 507/2020, Parecer nº 112/2020-CEDF, DODF, 2021.

GUIMARÃES, Bruna. Entenda como é a atuação da Geração Z no mercado de trabalho. **GUPY/Blog**. Disponível em: <https://www.gupy.io/blog/geracao-z-mercado-de-trabalho>. Acesso em 15 out/2021.

GUIMARÃES, E. N.; LEME, H. S. de C. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. In: Hogan, D. J. et al (orgs.). **Migrações e ambiente no Centro-Oeste**, Campinas: UNICAMP, 2022.

GUIMARÃES, Simone K. CUNHA, Luiz Alexandre G. Economia de compartilhamento: uberização ou alternativa sustentável. **XXVII Semana de Geografia UEPG – Decolonialidade, posicionalidade e ensino remoto**. Departamento de Geociências (UEPG), Ponta Grossa, 2021.

HAN, Byung-chul. **Sociedade da transparência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana** (tradução Jeferson Camargo.) - São Paulo: Martins Fontes - selo Martins, 2014.

IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, estimativas da População Residente. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/df/>. Acesso em 03 ago./2023.

JUSBRASIL. A consolidação das Leis Trabalhistas e seus 72 anos de História. Disponível em: <https://paulogestorti.jusbrasil.com.br/artigos/185078955/a-consolidacao-das-leis-trabalhistas-e-os-seus-72-anos-de-historia>. Acesso em 24 fev./2023.

LIBÂNIO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte, Humanitas, 2004.

LUZ NETO, Daniel Rodrigues. Afinal, para onde caminha o Ensino de Geografia no contexto de reforma do Ensino Médio e implantação da BNCC? **Terra Livre**, São Paulo, Ano 36, Vol.1, n. 56 Jan-jun./2021.

MARIA, Nila. Baby boomers: o que significa e quais são as características. **Laboratório de demografia e estudos populacionais da UFJF**. Disponível em: <https://www.ufjf.br/ladem/2020/05/28/baby-boomers-o-que-significa-e-quais-sao-as-caracteristicas/>. Acesso em 02 jan./2023.

MARINA, Regitz Montenegro. A teoria dos circuitos urbanos de Milton Santos: de seu surgimento a sua atualização. **Revista Geográfica Venezolana**, v. 53 n. 1, 2012, p. 147-164.

MAZZA, Moisés G.; MARI, Cezar L. De. Meritocracia: origem do termo e desdobramentos no sistema educacional do Reino Unido. **Pró-Posições**, Campinas, SP, v. 32, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/RgrxhFhvFqnLwSGcdZ3VMky/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15 dez/2022.

MEYER, Maximiliano. Quais as diferenças entre as gerações X, Y e Z e como administrar os

conflitos. **Oficina da Net – Carreira em TI**, em 16/10/2014. Disponível em: <https://www.oficinadanet.com.br/post/13498-quais-as-diferencas-entre-as-geracoes-x-y-e-z-e-como-administrar-os-conflitos>. Acesso em 15 out/2021.

MILLER, John L. **Impacto Brasília**. Editora Ser, Brasília, 2006.

MOURA, Paulo C. **A crise do emprego: uma visão além da economia**. 4. ed. – Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

MUELLER, B. A evolução histórica dos direitos de propriedade sobre terras no Brasil e EUA. **História Econômica e História de Empresas**, São Paulo, APBHE, v. 9, n. 1, 2006.

NICOLI, Luís Gustavo. Reforma trabalhista: veja as dez principais mudanças. Nicoli Sociedade de Advogados. Disponível em: <https://nicoliadvogados.adv.br/direito-trabalhista/reforma-trabalhista/>. Acesso em: 23 fev./2023.

NUNES, Branca; ABBUD, Bruno. História política do Brasil republicano – Região Norte. **Revista Veja online**, 11 set./2010.
Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/historia-politica-do-brasil-republicano-regiao-norte/>. Acesso em 30 nov./2022.

NUNES, J. H.; SANTOS, N. J. DE V. E. A desigualdade no “topo”: empregadores negros e brancos no mercado de trabalho brasileiro. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 2, p. 87, 15 set. 2016.

OLIVEIRA, Toni Marcelo G. de; PELUSO, Marília Luiza. Segregação urbana como prática ordenadora em Brasília: o caso da Vila do IAPI e a Ceilândia. *In*: PELUSO, Marília Luíza; FEITOSA, Eliana Aparecida S. S.; SOUSA, Maria Solange M. de. (orgs.). **Diálogos Contemporâneos V. II**, 1. ed. – Brasília: Strong Edições, 2022. p. 49-61.

PAVIANI, Aldo. Brasília, **a metrópole em crise: ensaio sobre urbanização**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010, Brasília-DF.

PELUSO, Marília Luiza. Brasília: do mito ao plano, da cidade sonhada à cidade administrativa. **Espaço & Geografia**. Vol. 6 N. 2 p. 7-34, 2003. ISSN: 1516-9375

PINHEIRO, Luana Simões et al. Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014, n. 24 – IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 2016.

POCHMANN, Márcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** Volume 25, n. 1, 2020 p. 89-99. Disponível em: <https://scielosp.org/article/csc/2020.v25n1/89-99/#>. Acesso em: 13 jan./2023

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

REVISTA QUERO BOLSA. Geração Y: perfil, características, idade e diferença para a geração Z. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/geracao-y>. Acesso em: 24 fev./2023.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço tempo: globalização e meio técnico científico e informacional**. São Paulo: EDUSP, 1994.

SANTOS, J. A. F. (2005). Efeitos de classe na desigualdade racial no Brasil. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, 48(1). <http://www.scielo.br/pdf/dados/v48n1/a03v48n1>.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual** (tradução de Antônia Déa Erdens e Maria Auxiliadora da Silva) – 3. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

SCHMITZ, Arno P.; BITTENCOURT, Maurício V. Lobo. O Estatuto da Terra no confronto do pensamento econômico. Roberto Campos versus Celso Furtado. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 3 (52), p. 577-609, dez. 2014.

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Economia compartilhada: como empreender com novas formas de trabalho. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/economia-compartilhada-como-empreender-com-novas-formas-de-trabalho,dc8999f7185bd710VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em 30 mar./2023.

SILVA, Alcinéia de Sousa; SOBRINHO, Hugo, de C.; LEITE, Cristina Maria C. Análise crítico-reflexiva da reforma do Ensino Médio: o ensino de Geografia em questão. **Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia, v. 8, n. 14, p. 128-140, jan./jun. 2017.

SOUSA, Maria Solange M. **A escola e seus jovens: lugar de controvérsias e perspectivas**. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

_____. As novas relações de trabalho no urbano: limites e tensões que a geração Z enfrenta em relação ao emprego para realizar o seu projeto de vida. **XIV Encontro Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Geografia – ENAMPEGE**, 2021. ISBN: 2175-8875.

_____. O projeto de vida da geração Z: perspectivas para além do Novo Ensino Médio. **Caderno RCC#34**, volume 10 – n. 23, pp. 235-242, 2023.

SOUSA, Maria Solange M. de et al. Os desafios da prática docente diante do Novo Ensino Médio (NEM). Anais do **XV ENANPEGE**. Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/94088>. Acesso em: 30 dez. 2023.

SOUSA, Maria Solange M. de; PELUSO, Marília Luíza. **Revista Querubim** – revista eletrônica de trabalhos científicos nas áreas de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais – Ano 15 N°38 coletânea seção especial – 2019, p. 109-116. ISSN 1809-3264.

SOUSA, Nair Heloisa B. Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1983.

TAVARES, M. da C.; ANDRADE, M. C. de; PEREIRA, R. R. Seca e poder: entrevista com Celso Furtado. 1ª edição, Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1998.

T2 ARQUITETURA, ENGENHARIA COLABORATIVA. Geração X no trabalho: quais as características e desafios no mercado de trabalho. Disponível em: <https://www.t2arquitetura.com.br/geracao-x-no-trabalho/>. Acesso em 21 mar./2023.

TRUBILIANO, Carlos A. B. A marcha para oeste e a fronteira sul de Mato Grosso (1937-1945). **Revista Ars Histórica**, ISSN 2178-244X, nº 9, p. 55-74, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ars/article/view/45393/24436>. Acesso em 09 dez./2022.

UCHOA, Antônio M. Da C. LIMA, Átila de M.; SENA, Ivania P. F. De Souza (orgs.) **Diálogos críticos**: BNCC, educação crise e luta de classes em pauta. Porto Alegre: Editora FI, 2020.

UCS – Universidade Caxias do Sul. A Geração Z na visão das neurociências. Site de notícias, publicado em 30/09/2019. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/noticias/a-geracao-z-na-visao-das-neurociencias/>. Acesso em 12. Jul/2023.

VALENCIANO SENTANIN, Luís H.; BARBOZA, Reginaldo J. Conceitos de empreendedorismo. **Revista Científica Eletrônica de Administração** – ISSN: 1676-6822. Ano V, n. 9, dez. 2005. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/CvfACUcZOtmMWBx_2013-4-26-12-25-36.pdf. Acesso em 15.dez/2022.

VESENTINI, José William. **A Capital da Geopolítica**. São Paulo: Ática, 1986.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

Nº	PERGUNTAS
01	Ano de Nascimento: _____
02	Naturalidade: _____
03	Caso sua naturalidade seja de outra Unidade de Federação, em que ano chegou a Brasília? _____
04	Raça: <input type="checkbox"/> Branco <input type="checkbox"/> Negro <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> Pardo <input type="checkbox"/> Outros _____
05	Gênero: <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Outros _____
06	Grau de Instrução: <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental completo <input type="checkbox"/> Ensino Médio incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Médio completo <input type="checkbox"/> Graduação <input type="checkbox"/> Especialização <input type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Doutorado
07	Profissão: _____
08	Condição profissional atual: <input type="checkbox"/> Empregado <input type="checkbox"/> Desempregado
09	Tipo de vínculo empregatício <input type="checkbox"/> Autônomo <input type="checkbox"/> CLT (Setor privado) <input type="checkbox"/> Estatutário (Servidor público federal, estadual, municipal) <input type="checkbox"/> Informal (Sem vínculo empregatício) <input type="checkbox"/> Profissional Liberal (Advogado, médico etc.)
10	Renda <input type="checkbox"/> Até um salário-mínimo <input type="checkbox"/> De 2 a cinco salários-mínimos

	<input type="radio"/> De 5 a 10 salários-mínimos <input type="radio"/> De 10 a 15 salários-mínimos <input type="radio"/> Acima de 15 salários-mínimos
11	Caso esteja empregado, gosta do seu emprego atual? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
12	Em caso negativo da resposta anterior, o que não o agrada? <input type="radio"/> Salário <input type="radio"/> Jornada de trabalho <input type="radio"/> Regras da empresa <input type="radio"/> Tipo de atividade que exerce <input type="radio"/> Outros _____
13	Deseja permanecer no emprego atual? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
14	Sabe o que é Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
15	Teve conhecimento da Reforma Trabalhista (Mudanças na CLT)? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
16	É favorável à Reforma Trabalhista? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
17	Qual a mudança da Reforma Trabalhista você considerou mais relevante? <input type="radio"/> Férias <input type="radio"/> Contrato intermitente <input type="radio"/> Teletrabalho <input type="radio"/> Acordo entre empregador e empregado <input type="radio"/> Sim da contribuição sindical <input type="radio"/> Outra _____
18	Conhece as denominações: Geração <i>baby boomers</i> , Geração X, Geração Y ou <i>milhenius</i> , Geração Z? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
19	Caso sua resposta seja afirmativa para a o item anterior, em qual geração você se encaixa? <input type="radio"/> Geração <i>baby boomers</i> <input type="radio"/> Geração X <input type="radio"/> Geração Y ou <i>milhenius</i> <input type="radio"/> Geração Z

20	Se tivesse opção de escolha, qual o espaço físico você gostaria de exercer as suas atividades profissionais? <input type="radio"/> Na empresa <input type="radio"/> Em <i>home office</i>
21	Considera que a sua raça/cor/sexo afeta em suas oportunidades de emprego ou em sua progressão profissional? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
22	Considera que o seu gênero afeta as suas oportunidades de emprego ou em sua progressão profissional? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
23	Os efeitos dos avanços tecnológicos e da Inteligência Artificial (IA) no mercado de trabalho é: <input type="radio"/> Positivo <input type="radio"/> Negativo Justifique: _____
24	Considera que o Distrito Federal tem muitas oportunidades de emprego? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
25	Qual setor que mais oferta oportunidades de trabalho no DF? <input type="radio"/> Público <input type="radio"/> Privado Justifique: _____
26	É favorável à contribuição previdenciária pública? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não Justifique: _____
27	Investe em previdência privada? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não Justifique: _____
28	Conhece o termo uberização? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
29	O termo uberização está relacionado ao emprego do setor: <input type="radio"/> Formal <input type="radio"/> Informal
30	Conhece o termo meritocracia? <input type="radio"/> Sim

	<input type="radio"/> Não Explique o termo: _____
31	Acredita que as oportunidades de emprego são iguais para todos? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
32	Acredita que o crescimento profissional é mérito exclusivo do trabalhador? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não Justifique: _____
33	Acredita que no Brasil o mercado de trabalho é favorável para o crescimento profissional e da renda do trabalhador? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não Justifique: _____
34	Conhece o termo empreendedorismo? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
35	Caso sua resposta anterior seja afirmativa, tem o desejo de um dia ser empreendedor(a)? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não Justifique: _____
36	Acredita que as plataformas digitais favorecem ao empreendedorismo? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não Justifique: _____
37	Considera que o Estado brasileiro estimula o empreendedorismo? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não Justifique: _____
38	Observações: _____ _____ _____

ANEXOS

ANEXO A

PARECER DO CONSELHO DE ÉTICA⁴⁸

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O espaço urbano e as novas relações de trabalho: uma análise do Distrito Federal, do eldorado da década de 1960 ao pós-modernismo do século XXI

Pesquisador: Maria Solange Melo de Sousa

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 68327323.4.0000.5540

Instituição Proponente:

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.208.825

Apresentação do Projeto:

A pesquisa se desenvolve a partir do entendimento de que o processo de urbanização brasileira é um fenômeno recente e que, até os anos de 1930 a população urbana não era significativa e o trabalho estava associado às atividades do meio agrário. Com isso, o emprego formal urbano no país absorvia pequena parcela de mão-de-obra e os setores secundários e terciários tinham pouca representatividade. A partir da segunda metade do século XX, por meio da política desenvolvimentista, é que o país passou por um intenso processo de transformação econômica, quando se acelera a industrialização e a modernização da sociedade brasileira. Com isso, as relações de trabalho também sofreram profundas transformações e o emprego urbano atraiu grande quantidade de trabalhadores que saíram do campo e foram em busca de oportunidades nas grandes metrópoles. É nesse contexto de modernização que o país ganhou uma Nova

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

Página 01 de 04

⁴⁸ O trabalho foi encaminhado para o Conselho de ética antes da qualificação. Após a pesquisa passar pela banca de qualificação, o título foi alterado para, **As mudanças no mundo do trabalho no meio urbano: uma análise do emprego no Distrito Federal dos pioneiros da década de 1960 à Geração Z.**

Continuação do Parecer: 6.208.825

Capital: Brasília. Assim, a região Centro-Oeste se transformou em um centro de atração de migrantes vindo de várias partes do Brasil. Diante do exposto, percebe-se que o Distrito Federal, unidade federativa que abriga a Capital do país, transformou-se na terceira metrópole brasileira no século XXI, portanto, precisa-se entender como as novas gerações se relacionam com o mercado de trabalho frente a tantas mudanças ocorridas no país nos últimos 63 anos de existência da Nova Capital.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo geral da investigação é comparar as mudanças nas oportunidades de emprego para a juventude nas últimas décadas do século XX e a perspectiva de emprego para juventude do século XXI. Os objetivos específicos são relacionar a reconstrução histórica da formação econômica do Brasil a partir da década de 1960, quando se intensificou o processo de urbanização e industrialização e a construção de Brasília; mostrar as políticas públicas do pleno emprego adotadas no país entre as décadas de 1960 e 1980 e as mudanças nas relações de trabalho a partir do fortalecimento de novas políticas econômicas, na década de 1990; discutir os termos empreendedorismo, meritocracia e urbanização e as perspectivas para o mercado de trabalho nas próximas décadas do século XXI; e, compreender o papel da educação na formação e qualificação da juventude para o mercado de trabalho em processo de profundas transformações.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O risco da pesquisa é, provavelmente, em dimensão emocional, uma vez que as perguntas apresentadas podem levar os jovens entrevistados a indagar, o quanto o tema é sensível para a realidade que eles vivenciam. Na obra "Sociedade do Cansaço" (2015), Byun-Chul Han* analisa a

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

Continuação do Parecer: 6.208.825

sociedade do século XXI como a sociedade do desempenho e da produção, caracterizada pela positividade. Os sujeitos consideram que precisam ter desempenho e produtividade para superar a grande concorrência diante de poucas ofertas de emprego. Portanto, "positividade do poder" gera um sujeito mais rápido e mais produtivo e o excesso de desempenho causa esgotamento emocional, provoca a ansiedade, a hiperatividade ou a depressão. Han (2015) considera que na positividade, a sociedade produz pessoas depressivas e fracassadas, quando os projetos de iniciativa pessoal e de motivação não são concretizados.

*HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço; tradução de Enio Paulo Giachini – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015

Para minimizar os riscos emocionais que a investigação pode impactar nos entrevistados, a pesquisadora tentará sensibilizá-los quanto a importância da pesquisa para que eles entendam que a retração global na oferta de empregos formais pode ser desafiador e conduzir os trabalhadores à reflexão para a necessidade de se revolucionar, se reinventar e transformar a realidade imposta. Dessa forma, a pesquisa poderá trazer benefícios para a implantação de políticas de públicas relacionadas ao emprego que atendam às novas gerações, uma vez que o mundo do trabalho apresenta novos paradigmas decorrentes dos avanços tecnológicos e do desenvolvimento das plataformas digitais.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto de pesquisa está adequado às exigências das Resoluções CNS 466/2012, 510/2016 e complementares.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora forneceu todos os termos de apresentação obrigatória.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto de pesquisa está adequado às exigências das Resoluções CNS 466/2012, 510/2016 e complementares.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



Continuação do Parecer: 6.208.825

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2104925.pdf	16/06/2023 22:56:54		Aceito
Outros	carta_de_revisao_etica.pdf	11/05/2023 21:15:59	Maria Solange Melo de Sousa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_consentimento_Tcle.pdf	11/05/2023 20:55:35	Maria Solange Melo de Sousa	Aceito
Outros	Curriculum_lattes.pdf	27/03/2023 23:47:47	Maria Solange Melo de Sousa	Aceito
Outros	Aceite_Institucional.pdf	27/03/2023 23:45:07	Maria Solange Melo de Sousa	Aceito
Outros	Instrumentos_de_coleta_de_dados.pdf	27/03/2023 23:43:08	Maria Solange Melo de Sousa	Aceito
Outros	carta_de_encaminhamento.pdf	27/03/2023 23:40:40	Maria Solange Melo de Sousa	Aceito
Cronograma	Cronograma_da_pesquisa.pdf	27/03/2023 23:36:51	Maria Solange Melo de Sousa	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_tese.pdf	16/03/2023 18:18:04	Maria Solange Melo de Sousa	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_tese.pdf	16/03/2023 18:15:58	Maria Solange Melo de Sousa	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 31 de Julho de 2023

Assinado por:
ANDRE VON BORRIES LOPES
(Coordenador(a))

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

ANEXO B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “[*O espaço urbano e as novas relações de trabalho: uma análise do Distrito Federal, do Eldorado da década de 1960 ao pós-modernismo do século XXI*]”, de responsabilidade de [Maria Solange Melo de Sousa], estudante de doutorado da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é [entender as mudanças nas oportunidades de emprego para a juventude nas últimas décadas do século XX e a perspectiva de emprego para juventude do século XXI]. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de [entrevista e questionário em relação à temática da investigação]. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa pode implicar em riscos tais como: [O risco da pesquisa é em dimensão emocional, uma vez que as perguntas apresentadas podem levar os jovens entrevistados a indagar, o quanto o tema é sensível para a realidade que eles vivenciam. A sociedade do século XXI exige desempenho e produção, caracterizada pela positividade. Os sujeitos consideram que precisam ter desempenho e produtividade para superar a grande concorrência diante de poucas ofertas de emprego. Portanto, “positividade do poder” gera um sujeito mais rápido e mais produtivo e o excesso de desempenho causa esgotamento emocional, provoca a ansiedade, a hiperatividade ou a depressão. Apesar dessa percepção não ser clara, ela impacta na saúde dos entrevistados]. Estes riscos serão minimizados com as seguintes estratégias: [para minimizar os riscos emocionais que a investigação pode impactar nos entrevistados, a pesquisadora tentará sensibilizá-los quanto a importância da pesquisa para que eles entendam que a retração global na oferta de empregos formais pode ser desafiador e conduzir os trabalhadores à reflexão para a necessidade de se revolucionar, se reinventar e transformar a realidade imposta. Dessa forma, a pesquisa poderá trazer benefícios para a implantação de políticas de públicas relacionadas ao emprego que atendam às novas gerações, uma vez que o mundo do trabalho apresenta novos paradigmas decorrentes dos avanços tecnológicos e do desenvolvimento das plataformas digitais]

Espera-se com esta pesquisa [apresentar estudos que contribuam para o desenvolvimento de políticas públicas referentes ao emprego para a juventude que está cursando o ensino superior ou está tentando se inserir no mercado de trabalho].

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61)99211-0098 ou pelo e-mail solangemelosousa@gmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de [tese disponível no repositório da Universidade de Brasília], podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais

cep_chs_modelo_tcle

(CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br ou pelo telefone: (61) 3107 1592.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você.

Assinatura do/da participante

Assinatura da pesquisadora

Brasília, ____ de _____ de _____

ANEXO C

CARTA DE ENCAMINHAMENTO

1

CARTA DE ENCAMINHAMENTO

Ao Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília

Senhor/a Coordenador/a,

Eu, **Maria Solange Melo de Sousa**, RG nº [790.582 / SSP-DF], encaminho o projeto de pesquisa intitulado
“[O espaço urbano e as novas relações de trabalho: uma análise do Distrito Federal, do Eldorado da
década de 1960 ao pós-modernismo do século XXI] para revisão ética por parte deste Comitê.

Natureza do projeto: [natureza do projeto: tese de doutorado.]

Instituição a qual o projeto está vinculado: [Universidade de Brasília/ Departamento de
Geografia/Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA)]

Pesquisador/a responsável: Maria Solange Melo de Sousa

Link para o lattes: <https://lattes.cnpq.br/1996346183136521>

E-mail para contato: solangemelosousa@gmail.com

Orientador/a: [Marília Luíza Peluso]

Link para o lattes: <http://lattes.cnpq.br/9563937823266641>

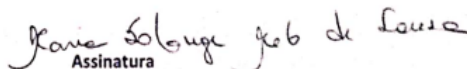
E-mail para contato: peluso177@gmail.com

Equipe de pesquisa: [não cabe]

Instituição onde será realizada a pesquisa: [não há]

Início da pesquisa/fase de coleta de dados: [abril/2023]

Eu me comprometo a iniciar a pesquisa/fase de coleta de dados apenas quando houver a aprovação ética de meu projeto de pesquisa por parte do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS)


Assinatura